

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**AÇÕES EM MOVIMENTO:**  
**Fórum Mineiro de EJA – da participação**  
**às políticas públicas**

LUIZ OLAVO FONSECA FERREIRA

BELO HORIZONTE

2008

LUIZ OLAVO FONSECA FERREIRA

**AÇÕES EM MOVIMENTO:**  
**Fórum Mineiro de EJA – da participação às políticas públicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Leôncio José Gomes Soares

BELO HORIZONTE

2008

F383a Ferreira, Luiz Olavo Fonseca.  
Ações em movimento: Fórum Mineiro de EJA – da  
participação às políticas públicas / Luiz Olavo Fonseca  
Ferreira. - Belo Horizonte: UFMG / FaE, 2008.  
123f.

Dissertação – Mestrado em Educação.  
Orientador: Leôncio José Gomes Soares

1. Políticas Públicas. 2. Educação de jovens e adultos. 3.  
Movimentos sociais. II. Título. II. Soares, Leôncio José  
Gomes. III. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Educação.

CDD – 374

**Catlogação da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG**

LUIZ OLAVO FONSECA FERREIRA

**AÇÕES EM MOVIMENTO:** Fórum Mineiro de EJA – da participação às políticas públicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação e Cultura

---

Prof. Dr. Leôncio José Gomes Soares (Orientador) – UFMG

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Inês Assunção de Castro Teixeira – UFMG

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Clara Di Pierro – USP

*Dedico este trabalho àqueles que passaram por muitas dificuldades para criar seus filhos. Àqueles que muito lutaram para que nada lhes faltasse. Àqueles que ensinaram aos filhos, com muito amor, dedicação e simplicidade, a importância de ser gente.*

*Ao meu pai Maurício e à minha mãe Maria José.*

## AGRADECIMENTOS

A muitos tenho que agradecer! Tantos foram aqueles que, sempre, trouxeram incentivo e motivação para eu prosseguir nesta caminhada. Embora haja a impossibilidade de eu citar todos os nomes das pessoas que, de alguma forma contribuíram para esta conquista, fica o meu reconhecimento a todos, de coração. Esta vitória é minha e de cada um de vocês! Agradeço:

Aos meus filhos, Ariane, João Paulo e Rafaela, que, começaram a trilhar a mesma estrada pela qual passei. Anseio que eles sejam defensores de um mundo melhor e com mais justiça, mediado pela Educação. Vocês são os principais motivos desta conquista.

À Márcia, minha esposa, por ter, com muita paciência, entendido as minhas ausências, os meus silêncios e os tantos dias passados diante do computador.

A toda a minha família, em especial aos meus irmãos, pela confiança e torcida no sucesso desta empreitada.

In memoriam, à minha Vó Cota e ao Tio Alcides, pelo orgulho que sempre mencionaram ter por mim. Penso que não os decepcionei.

Ao Léo, meu orientador, por dividir saberes, espaços, vitórias e tensões. Por me ensinar a ter paciência e mostrar que na vida há ritmos diferenciados e que devemos respeitá-los (essa foi a maior lição). Por demonstrar confiança e pelo estímulo, muitas vezes silencioso. Por ter sido motivador de paradoxos e contradições e pela eterna paciência, sua marca registrada.

Aos professores e às professoras da FaE, em especial à Ana Galvão, Amelinha e Inês Teixeira, pelas valiosas contribuições e incentivo, na trajetória deste trabalho.

À turma da REVEJ@, por tanta amizade, carinho e por todos os momentos bonitos e alegres que passamos, além das inúmeras aprendizagens das quais fomos sujeitos. Também pela revista, vitória da qual muito nos orgulhamos. Fica a certeza de que a distância física nunca irá nos separar.

À Fernanda, Cristiane, Mel e Rita, que comigo iniciaram o Mestrado, formando o Quinteto Fantástico do Léo. Uma equipe de sonhos e realidades, com quem dividi muitos momentos de construção coletiva.

À E.M. Prof. Edgar da Mata Machado, de onde me afastei na reta final deste trabalho, mas que nunca deixou de pertencer ao meu mundo. Em especial, à Mara, Flávia Renata, Sâmara, Moema, Fernandinha e Augusta, pelo apoio, contribuições e pela satisfação em tê-las como amigas.

Aos professores e amigos do ISEED, pelo incentivo para eu lutar pela entrada no Mestrado e por tantas conversas agradáveis nas madrugadas frias de Virgíópolis:

Cláudio Camargo, Paulo Carvalho, Pablo Menezes, Marcelo Seabra, Francis Andrade, Flávio Puff, Douglas Puglia e Antônio Cícero.

A todos aqueles que participaram e participam do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, objeto de pesquisa deste trabalho, por tantos momentos de construção, participação e amizade, ao longo dos seus dez anos de existência.

Aos companheiros do Movimento Nacional dos Fóruns, que dividem sonhos, buscam alternativas, lutam pelo direito à educação, mas não se esquecem, quando sobra tempo, de brincar, rir, dançar, divertir, conversar e ser amigos.

À Jane Paiva (RJ), Alex Aguiar (RJ), Liana Borges (RS), Cláudio Neto (SP), Maria Clara (SP), Roseane Araújo (PR), Márcia Pereira (GO), Margarida Machado (GO), Timothy Ireland (PB), Maria Luiza Angelim (DF) e Edna Castro (ES), companheiros dos fóruns estaduais, pelas contribuições durante a história desta pesquisa.

Aos sujeitos da pesquisa, que tão prontamente atenderam ao convite, feito por mim, para participarem, com suas concepções e idéias sobre o período que vivenciaram no Fórum Mineiro e, sem os quais, não seria possível este trabalho.

Às Secretarias do Fórum Mineiro, que desde 2004, vêm disponibilizando o acesso aos documentos para a pesquisa, em especial um agradecimento para a Glaucinha, que foi secretária do Fórum na UEMG e nos Maristas, pela força fundamental para impulsionar este trabalho.

Às “filhas do Léo”, bolsistas de pesquisa durante estes dois anos e meio nos quais estive na FaE-UFMG: Ana Rosa, Clarice, Ariane, Mariana, Eliete, Karen, Vera, Isabela e Marina que, com muita paciência me toleraram, apesar de “caras e bocas”, quando eu ia pedir alguma coisa na hora em que elas estavam trabalhando.

Aos funcionários da FaE-UFMG, nas pessoas da Rose e Raquel da Secretaria do Programa de Pós-graduação, e do Francisco (Chico), por toda colaboração, pela educação e boa vontade em ajudar.

Não podia deixar de agradecer aos amigos do Bar do Clésio, ponto de encontro para esquecer as dificuldades e os momentos de angústia, que sempre explicitaram o orgulho de ter um amigo “Professor”.

Enfim, só me resta dizer muito obrigado a todos. Se me faltou a memória e aqui deixei de citar alguém, espero que compreendam. Agradeço por terem, de alguma forma, acreditado em mim, pois só assim é que foi possível a concretização deste trabalho.

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador  
inverterado por continuar, sem relutar, a apostar  
no ser humano, a me bater por uma legislação  
que o defenda contra as arrancadas agressivas e  
injustas de quem transgride a própria ética.

*Paulo Freire*

## **RESUMO:**

Esta pesquisa investigou como educadores, freqüentadores do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, percebiam a participação desta ação coletiva na formulação de políticas públicas educacionais. A questão que direciona o trabalho surgiu da minha vivência como participante do Fórum Mineiro e do encontro que reunia os fóruns estaduais do Brasil, quando é possível perceber-se todo o movimento que envolve as pessoas que lutam pela EJA no país. A partir disso, articulando esta movimentação com o processo de regulamentação da EJA, na cidade de Belo Horizonte, enquanto modalidade da educação básica, e a participação dos educadores nas plenárias do Fórum, estabelece-se o cenário para a pesquisa. O intuito deste trabalho, então, é discutir o Fórum Mineiro como uma ação coletiva e perceber como as ações que ele desenvolveu contribuíram para que os participantes de suas plenárias intervissem na discussão, formulação e elaboração da política pública de educação de jovens e adultos na capital mineira. Foi realizada uma pesquisa empírica, com uma abordagem qualitativa; foram entrevistados sete sujeitos que participavam do Fórum. Além disto, foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos da secretaria do Fórum Mineiro e em documentos que tratavam de políticas públicas para EJA, no Brasil, bem como, pesquisa teórica para subsidiar as discussões sobre o caráter do Fórum dentro da Sociologia das Ações Coletivas. Os resultados deste trabalho demonstram dois aspectos importantes. O primeiro é que o Fórum se constitui um movimento dentro da sociedade e que os estudos acadêmicos não chegaram, ainda, a um consenso sobre o lugar que ele ocupa dentro das ações coletivas. O pertencimento ou não a uma categoria sociológica específica, também, é fato sem importância para os freqüentadores do Fórum. O segundo aspecto diz respeito ao papel que este espaço cumpre para os que dele fazem parte. Respondendo à proposta do trabalho, é possível considerar que o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos apresenta destacada importância na formação política dos seus freqüentadores e se constitui em um espaço de troca de experiências para aqueles que fazem a Educação de Jovens e Adultos, atuando assim, de forma indireta, no processo de construção de políticas públicas.

**Palavras-Chave:** Fóruns de EJA, Ações Coletivas, Participação, Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

This research has investigated how the educators, who have participated of the Forum Mineiro for Youth and Adult Education, perceived the participation of collective action in formulating educational policies. The question that directs the work came from my experience as part of the Forum Mineiro and the meeting that brought together the state forums of Brazil, where it was possible to understand the whole movement that involves people who fight for Youth and Adult Education in the country. From there, linking this handling with the Youth and Adult Education process of regulation, in the city of Belo Horizonte, as a method of basic education, and participation of educators in the sessions of the Forum, sets up the scenario for the search. The purpose of this work, then, is to discuss the Forum Mineiro as a collective action and see how the actions taken by the forum have helped the participants of its sessions to interfere in the discussion, formulation and development of public policy for education of youths and adults in the city. An empirical research was made, with a qualitative approach, when seven people who participated in the Forum were interviewed. In addition, a documentary research was conducted in the archives of the secretariat of the Forum Mineiro in documents that dealt with public policies for Youth and Adult Education, in Brazil, and theoretical research to support the discussions about the character of the Forum within the Sociology of Collective Action. The results of this study show two important aspects. The first one is that the Forum is a movement within the society and the academic studies have not concluded the place it occupies inside the collective actions yet. The belonging or not into a specific sociological category, also, is really unimportant to the visitors of the Forum. The second aspect concerns the role that this area is for those who are part of it. Responding to the proposal of work, it is possible to consider that the Forum Mineiro for Youth and Adult Education presents highlighted the importance of its visitors training policy and whether it is in an area of exchange experience for those who make the Youth and Adults Education, acting well, so indirect, in construction of public policies.

**Key-words:** Forums for Youth and Adult Education, Collective Action, Participation, Public Policy.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CAPE – Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação  
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
CME-BH – Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte  
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNEJA – Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos  
CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos  
CPP – Coordenação de Política Pedagógica  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DEMEC – Delegacia Regional do MEC  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos  
FaE-UEMG – Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais  
FaE-UFMG – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais  
FSM – Fórum Social Mundial  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
MEC – Ministério da Educação  
MLPC – Movimento de Luta Pró-Creches  
MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEJA – Núcleo de Educação de Jovens e Adultos  
NMS – Novos Movimentos Sociais  
ONG – Organização Não Governamental  
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PET – Projeto de Educação de Trabalhadores  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RME-BH – Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte  
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE-MG – Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SESI – Serviço Social da Indústria

SMED-BH – Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

UBEE – União Brasileira de Educação e Ensino

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 - LUZ.....	15
1.1 ADAPTAÇÃO - Justificativa .....	15
1.2 ROTEIRO - Metodologia .....	22
1.3 QUADRO - Objetivos .....	30
Objetivo Geral.....	30
Objetivos Específicos .....	30
CAPÍTULO 2 - CÂMERA.....	31
2.1 PROFUNDIDADE DE CAMPO - Revisão Teórica.....	31
2.1.1 Movimentos sociais .....	33
<i>O que são os movimentos sociais</i> .....	33
<i>Por uma teoria dos movimentos sociais no Brasil</i> .....	34
<i>Os diversos movimentos sociais</i> .....	35
<i>Os movimentos sociais no século XXI</i> .....	37
<i>Os movimentos sociais no Brasil</i> .....	39
2.1.2 Organizações em rede .....	41
2.1.3 O processo de redemocratização .....	43
2.1.4 Ações coletivas .....	46
2.1.5 Políticas Públicas .....	50
2.1.6 Fórum: Que objeto é esse? .....	55
<i>Fórum e as Ações Coletivas</i> .....	57
<i>O Movimento dos Fóruns no Brasil</i> .....	59
<i>O Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos</i> .....	66
<i>O Perfil dos frequentadores do Fórum Mineiro de EJA</i> .....	68
<i>Os Fóruns e as Políticas Públicas</i> .....	71
2.2 PRIMEIRO PLANO - Resultados das Entrevistas .....	75
2.2.1 O entrevistado e o Fórum .....	75
2.2.2 O Fórum (história, objetivos, ações, alcance, resultados).....	80
2.2.3 O Fórum e a representatividade dos participantes.....	86
2.2.4 O Fórum como espaço formativo e educativo.....	89
2.2.5 O Fórum enquanto ação coletiva .....	91
2.2.6 O Fórum no cenário político e no campo da educação.....	96
2.2.7 CME-BH / Fórum / Processo de regulamentação da EJA em BH .....	100
CAPÍTULO 3 - AÇÃO .....	107
3.1 MONTAGEM - Considerações Finais .....	107
3.2 PERSPECTIVA - Contribuições para o Movimento dos Fóruns .....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	118
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	122
ANEXO 1 .....	123

## INTRODUÇÃO

No mundo do cinema, a expressão “Luz, câmera, ação!” é dita para aqueles que estão em um *set* de filmagem, com o intuito de se avisar que o trabalho de gravação da cena proposta será iniciado. Irei me apropriar de tal expressão para anunciar o meu trabalho de pesquisa e desenvolver a apresentação escrita da mesma. Cada capítulo e suas divisões, aqui apresentados, serão introduzidos por um título, que contemplará uma das palavras desta expressão e por subtítulos relacionados com o mundo do cinema<sup>1</sup>. Aproveitando o ensejo, os sujeitos da pesquisa serão identificados por nomes de astros da chamada “sétima arte”.

No sentido figurado, luz é aquilo que pode esclarecer ou tornar alguma coisa compreensível. Assim, ao tomar a palavra “LUZ” para dar título ao primeiro capítulo, contextualizo a pesquisa que propus cumprir, citando, também, a minha trajetória profissional. Ainda apresento aquilo que justifica este trabalho, os caminhos percorridos para alcançar os resultados obtidos e os objetivos dos quais me investi para a realização do mesmo, sob os subtítulos ADAPTAÇÃO, ROTEIRO e QUADRO, respectivamente. Esclareço, também, que, no registro escrito desta pesquisa, utilizo o termo luz em seu sentido figurado.

O segundo capítulo é intitulado “CÂMERA”, pois esse é “um olho pelo fato de, de maneira ‘objetiva’, registrar o mundo pró-fílmico sem transformá-lo.” Na segunda parte do trabalho, sob os subtítulos PROFUNDIDADE DE CAMPO e PRIMEIRO PLANO, mencionarei as bases teóricas e empíricas, utilizadas para a realização da pesquisa. Em outras palavras, citarei aquilo que tornou possível a análise da minha proposta de trabalho.

Por fim, no terceiro capítulo, cujo título é “AÇÃO”, aparecerá o meu trabalho “em movimento”, em ação (ou seja, o desenvolvimento da pesquisa e os resultados da mesma), já que, nos termos do cinema, a ação é “o andar dos acontecimentos em um drama”. Nesta parte, serão expostas as considerações finais (MONTAGEM) e serão

---

<sup>1</sup> Os termos do mundo do cinema, aqui utilizados, foram retirados do livro: AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário Teórico e Crítico de Cinema**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

citadas as contribuições (PERSPECTIVA) desta pesquisa para o campo de estudo ao qual ela se insere.

Convido os leitores deste trabalho a buscarem, nas histórias e nas narrativas nele contidas, reflexões que possam colaborar com debates acerca da importância da participação dos atores sociais e setores da sociedade, envolvidos na educação, em fóruns e em outros encontros com formato similar ao do Fórum Mineiro de EJA, em especial. Também que se repense a necessidade de se contribuir, através desta participação, com proposições voltadas para a construção de políticas públicas educacionais.

Portanto, **“LUZ, CÂMERA, AÇÃO!”**.

# CAPÍTULO 1 - LUZ

## 1.1 ADAPTAÇÃO - Justificativa

Iniciarei este trabalho com um breve relato que tratará de parte da minha trajetória profissional, da minha inserção na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da forma como, a partir desta experiência, passei a estabelecer contato com o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos<sup>2</sup>.

O Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos é um espaço diferenciado de discussão sobre a temática a qual se propõe e isso despertou a minha atenção, levando-me, pela diversidade dos assuntos tratados e pelas características próprias do seu funcionamento interno, às inúmeras indagações para as quais, anteriormente ao meu acesso ao Fórum, eu não encontrava respostas. Devido ao processo de questionamentos e de análises sobre as situações e assuntos diversos relativos à educação de jovens e adultos, este lugar tornou-se foco de aprofundamento de meus estudos, culminando por se formatar no objeto de pesquisa desta dissertação.

No ano de 1985, comecei minha trajetória profissional docente. Atuava em espaços formais de educação e ministrava aulas em um colégio da rede particular de ensino de Belo Horizonte, que patrocinava uma equipe de futebol de salão da qual eu era técnico. Até então, eu não havia pensado em lecionar em escolas, já que meu objetivo, quando cursava Educação Física no Ensino Superior, era preparar-me para trabalhar na área de treinamento desportivo, (o que já acontecia desde 1982).

Em 1988, por meio de concurso público, fui aprovado para o cargo de professor da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME-BH). Ao fazer a escolha da escola onde iria trabalhar, optei por lecionar em escolas localizadas em bairros da periferia da Capital Mineira. Descobri, então, a escola pública e comecei a perceber as diferenças existentes entre as práticas pedagógicas realizadas na rede particular e na rede municipal de ensino, entre o conceito de espaço escolar e o uso deste nestas duas redes, entre as concepções de educação aceitas nas mesmas, dentre outros elementos. Também passei a

---

<sup>2</sup> Em grande parte desse trabalho, o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos será chamado, apenas, de Fórum ou Fórum Mineiro, já que é dessa forma que aqueles que dele participam o denominam no cotidiano.

observar as diferenças entre os alunos da rede pública e os da rede particular, no que se refere à relação com o processo de ensino-aprendizagem, ao convívio estabelecido na escola e na comunidade escolar, dentre outros.

Nos anos 90, existia, na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH), um grupo de pessoas que trabalhava vinculado ao gabinete da secretária e que tinha por objetivo a disseminação do uso dos computadores nas escolas e a promoção de discussões sobre “informática educativa”<sup>3</sup>. Como parte da minha vida profissional ocorreu na área de computação e devido ao meu interesse por este assunto específico, comecei a participar das discussões deste grupo.

Passado algum tempo, fui convidado para atuar em uma das regionais<sup>4</sup> da Prefeitura, para trabalhar com a formação dos profissionais da educação das escolas municipais quanto ao uso de computadores.

Em 1998, por motivos particulares, solicitei afastamento das minhas atividades na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Recebi, em abril de 1999, um convite para trabalhar na equipe do Departamento de Educação da Regional Nordeste, no setor administrativo. Retornei, assim, ao trabalho, mas não como docente. Passei a conviver com aqueles que compunham o Departamento de Educação da Regional aqui citada. Esta convivência foi fundamental nas mudanças que ocorreram em minha vida profissional, como mencionado anteriormente.

Uma vez inserido na equipe do Departamento de Educação da Regional Nordeste da PBH, tive a oportunidade de aprofundar minhas leituras e estudos na área de educação e foi através deste trabalho que aconteceu um contato mais amigável com a Educação de Jovens e Adultos<sup>5</sup>. Em certa época, um dos componentes da equipe pedagógica<sup>6</sup> se licenciou por motivo de saúde. A diretora do Departamento perguntou-me se eu me interessaria em assumir, temporariamente, o cargo ocupado pelo funcionário licenciado. Uma das atribuições do mesmo era a de se prestar apoio e assessoria às escolas que ofertavam a modalidade de educação de jovens e adultos, na Regional. Aceitei a

---

<sup>3</sup> Este grupo passou por uma reformulação de sua estrutura em 1998.

<sup>4</sup> Unidade administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem por objetivo a prestação de serviços públicos municipais descentralizados.

<sup>5</sup> “Categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas”. (SOARES, 2002, p.31).

<sup>6</sup> Equipe responsável pelo assessoramento pedagógico às escolas.

proposta e, a partir desta experiência, a relação que estabeleci com a modalidade de educação ofertada para os jovens e adultos se consolidou.

Pelas características desta nova frente de trabalho, era necessário que eu me mantivesse atualizado sobre as discussões acerca da EJA, o que me levava a participar de inúmeros espaços de debate e de formação sobre o assunto. Um dos lugares que conheci no período, como membro da equipe da Regional Nordeste, foi o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos. Naquela época, a SMED-BH era a instituição responsável pela secretaria do Fórum e os encontros mensais eram realizados no auditório da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Participar destes encontros era uma das minhas atribuições na Regional. As reuniões se configuravam como momentos ricos de informações e de formação. Esta atividade levou-me à ampliação dos conhecimentos e à expansão do meu olhar crítico nas discussões das quais participava sobre a EJA. Assim, passei a ser um frequentador habitual das reuniões do Fórum, aprofundando, paulatinamente, a minha compreensão sobre a modalidade de educação aqui tratada.

No início do ano letivo de 2004, depois de atuar em outros espaços de formação e acompanhamento na SMED-BH, retornei para a atividade docente e escolhi trabalhar em uma escola que oferecia a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Durante o período em que eu participava do Fórum, como membro de equipes pedagógicas das regionais Nordeste e Norte<sup>7</sup>, dois momentos foram marcantes em minha trajetória. O primeiro deles foi o período das discussões coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME-BH): estas discussões visavam à regulamentação da Educação de Jovens e Adultos como modalidade de educação a ser oferecida no Sistema Municipal de Ensino da cidade. O outro momento foi a minha participação como delegado, pelo Estado de Minas Gerais, no V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), realizado em Cuiabá-MT, no ano de 2003. Esse encontro congrega, anualmente, os fóruns estaduais de educação de jovens e adultos do Brasil e sua proposta é “contribuir para a ampliação e a melhoria da qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil, mediante o estabelecimento de políticas articuladas de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos governamental e não-governamental.” (PAIVA; MACHADO; IRELAND,

---

<sup>7</sup> Regional para qual me transferi no início do ano de 2001, com a mudança do governo municipal.

2004, p.96). Nesses encontros, também, se discutem os caminhos percorridos pelos fóruns e as estratégias de articulação entre eles em prol da EJA em nosso país.

Os vários momentos ocorridos durante o V ENEJA – conferência de abertura, mesas redondas, grupos temáticos, plenárias, além das conversas informais mantidas com outros participantes – proporcionaram, em mim, o amadurecimento da proposta de estudo do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos.

Assim, partindo-se do pressuposto de que a movimentação, realizada em cada estado, por meio de reuniões e plenárias, e culminada em um encontro nacional, se configurava em uma ação coletiva, perguntava-me de qual maneira se estabelecia a cooperação entre os entes federados, a partir da atuação dos frequentadores do Fórum, e como este espaço de discussão promovia intervenções para melhorar a qualidade da educação, uma vez que compreendia a existência do Fórum como sendo uma ação direta na construção de políticas públicas educacionais.

Partilho do entendimento de que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação que

tem por objetivo assegurar o direito à educação escolar a jovens e adultos que, pelas razões mais diversas, não tiveram a oportunidade de frequentar ou de concluir a educação básica [...] [A EJA] não se restringe aos espaços e tempos escolares, caracterizada por constituir-se especialmente por uma relação íntima com o mundo do trabalho que marca a vida dos sujeitos que a procuram. (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE, 2002).

A EJA é vista, muitas vezes, como uma modalidade de educação que deva ser ofertada de forma compensatória, ou seja, nesta modalidade deve-se compensar/recuperar o “tempo perdido” por aqueles que não tiveram acesso aos bancos escolares na idade “correta”. “Durante muito tempo, concebeu-se e praticou-se no Brasil e em outros países do mundo a EJA como uma educação compensatória. Visão essa consagrada na Lei 5692/71 que a transformou numa educação supletiva”. (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE, 2002).

Os vários encontros, ocorridos nacional e mundialmente, sobretudo na última década do século passado, mostraram a necessidade de que iniciativas locais e regionais assumissem o papel de se discutir essa modalidade da educação (EJA), tomando-se como base as especificidades de cada região onde se fosse implantá-la. Apontou-se para a necessidade de se assumir que esses espaços locais se tornassem um cenário privilegiado de discussão,

onde a macroburocracia estatal e o poder empresarial funcionam mal, abrindo uma imensa avenida de organização capilar da sociedade [...] se no conjunto o equilíbrio a ser construído entre mercado, Estado e sociedade civil deve buscar um reforço nos pólos enfraquecidos - Estado e sociedade civil -, assume um papel importante o município, o Poder local, onde a articulação entre Administração pública e as organizações da sociedade civil pode ser mais facilmente organizada. É no plano local que as políticas de saúde, de educação [...] podem ser articuladas em dinâmicas sinérgicas em torno da qualidade de vida do cidadão. (DOWBOR, 1999, p.20).

Assim, diante da não responsabilização/atuação do poder público frente às demandas sociais, a iniciativa privada e a sociedade civil encontraram um ambiente propício para que houvesse o desenvolvimento de atividades, no sentido de que ambas passaram a assumir as ações que deveriam ser realizadas pelos governantes: articular e organizar essa atuação, que é emanada da sociedade, passou a ser uma necessidade, visando o bem-estar coletivo. Então, aqueles que se envolviam nessa empreitada, os atores sociais e instituições/entidades (Organizações Não Governamentais - ONGs, Empresas Privadas, etc.), em busca da melhor qualidade de vida coletiva, apontaram para a criação de espaços de discussões locais que pudessem favorecer essa integração e, por conseguinte, pudessem exercer um papel de cooperação com o poder público, possibilitando a satisfação de algumas necessidades básicas para o cidadão.

Foram criados espaços para diálogo entre os segmentos diversos da sociedade, nos quais os assuntos de interesse comum eram discutidos em conjunto com o poder público, na busca da clareza nas discussões, da eficácia e da coerência nas ações praticadas. Emergem, disto, ambientes coletivos para a discussão e para a problematização de assuntos da área educacional e dentre estes espaços, que surgem da mobilização na luta pelo direito a uma educação de qualidade, estão os fóruns estaduais de educação de jovens e adultos.

No Brasil, especificamente, essa mobilização vem crescendo desde 1996 e resultou no aparecimento dos fóruns e na constituição do ENEJA, para a articulação nacional. Na ausência de uma política governamental consistente, forjou-se um espaço plural para uma articulação entre todos os diferentes atores sociais envolvidos no campo da educação de jovens e adultos. (IRELAND, 2003).

Na busca por estudos acadêmicos sobre os fóruns, encontrei uma dissertação que tratava sobre o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba: nesta, fazia-se alusão à dificuldade de se estudar os fóruns, já que existiam poucas pesquisas a respeito destes movimentos. Silva (2003, p.123) afirma que “o maior desafio em nossa carreira acadêmica foi dar vida documental a uma experiência relativamente nova” (referindo-se

a recente história dos fóruns de educação de jovens e adultos no Brasil e a pouca bibliografia existente sobre o assunto). O autor prossegue relatando ter sido necessário a ele recorrer à colaboração das pessoas que cooperaram com a criação dos primeiros fóruns, para que, assim, realizasse sua investigação científica. A partir desta constatação e devido ao meu envolvimento pessoal com o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, acredito que um dos aportes do presente estudo é o da contribuição a ser dada para o conhecimento a respeito daquilo que é inerente a esse Fórum, trazendo elementos para elucidar como é o seu funcionamento, organização e atuação, o que demonstra a relevância desta pesquisa.

Outro aspecto significativo nesta investigação é que ela pretende possibilitar o entendimento das formas de atuação dos atores sociais nas ações coletivas e em qual medida ocorre a interferência destes na formulação e na elaboração de políticas públicas no campo da educação, levando-se em conta as especificidades locais, regionais e nacionais. Creio que, com as conclusões que eu venha a trazer ao final deste trabalho, seja possível formular alguns subsídios no sentido de se ampliar a compreensão de como atuam as ações coletivas, no Brasil, na construção de políticas públicas educacionais. Em decorrência, esses aportes podem auxiliar no deslindamento teórico acerca das ações coletivas e a relação dessas com o movimento dos fóruns.

Sistematizar o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, escrevendo um pouco de sua história, funcionamento, estrutura e representatividade e, ainda, problematizar alguns assuntos relevantes a respeito do mesmo são outras contribuições que podem resultar deste trabalho.

Concluo esta seção mencionando que, ao se estudar e ao se problematizar as ações coletivas e os atores que dela participam, torna-se essencial verificar de qual maneira o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, atuando no campo educacional, traz, em seu cerne, o caráter educativo e o caráter político próprio dessas ações. Estudar a relação entre estas duas dimensões (a educativa e a política) poderá levar à promoção de discussões sobre a capacidade das ações coletivas de se constituírem em espaços de aprendizagem de práticas sociais e intervenções políticas na sociedade.

Portanto, parto do pressuposto de que as ações coletivas promovem a formação dos atores que delas participam e esse processo formativo é importante elemento para subsidiar as intervenções dos atores sociais nos espaços de formulação e discussão de políticas públicas. Assim, esta dissertação tem como elemento norteador a hipótese de

que as ações desenvolvidas no Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos são constitutivas de saberes e de conhecimentos para os seus frequentadores, entendendo estes enquanto atores políticos que, através da formação adquirida nos fóruns, se fortaleceram na luta para a formulação e elaboração das diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte. Então, apresento a questão que pautará este trabalho: O Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, enquanto uma ação coletiva, consegue intervir na construção de políticas públicas, quer seja de forma direta ou indireta?

## 1.2 ROTEIRO - Metodologia

Como marco temporal para este trabalho, tomei o período do processo de construção da regulamentação da Educação de Jovens e Adultos, até a instauração desta modalidade na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. As discussões acerca da regulamentação, cujo parecer foi aprovado em novembro de 2002 e a resolução homologada em setembro de 2003, têm início no final do ano de 2000, quando o CME-BH, conforme atas das suas reuniões, participou de um Seminário organizado pela SMED-BH sobre Educação de Jovens e Adultos. Neste, foi lançado o documento sobre as diretrizes da EJA no município. Desde então, as referências sobre esta modalidade de educação (EJA) começaram a aparecer, com maior frequência, nas atas do CME-BH. Partindo deste contexto, busco analisar a constituição do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos enquanto uma ação coletiva e, também, procuro investigar de qual forma a presença das pessoas nas plenárias do Fórum se constituiu em um instrumento para que elas pudessem intervir para a formulação de políticas públicas municipais para a Educação de Jovens e Adultos.

Visto que a análise da participação dos atores, que freqüentam as reuniões do Fórum, e da forma como a presença dos mesmos nas reuniões se transformava em atuação na construção de políticas públicas era parte fundante da pesquisa, eu entendia que a utilização de diferentes instrumentos metodológicos eram necessários, já que existia uma variada gama de concepções, idéias, práticas e ações, a partir das impressões a serem vistas (a partir de cada sujeito da pesquisa). Só assim seria possível verificar as variáveis da hipótese proposta para estudo.

Estou certo de que o grau de subjetividade e o simbolismo que o indivíduo fornece a cada elemento são os constituintes das opiniões que ele estabelece sobre um tema. Estas opiniões, por sua vez, partem do princípio de que a compreensão das relações e atividades humanas, com os significados que as animam, é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações, experimentações e pela descoberta de leis que ordenam o social. Portanto, eu teria que realizar uma abordagem que permitisse uma aproximação fundamental e de intimidade entre o sujeito e o objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza e esta se conforma na empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos

quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. (MINAYO; SANCHES, 1993. p.244).

Assim, fazia-se necessário utilizar-me de uma metodologia que permitisse uma maior flexibilidade na sua aplicação, cujos instrumentos favorecessem uma pesquisa constituída no âmbito das relações sociais e na pluralização contida nestas relações. Temos que as pesquisas sociais se deparam, no mundo atual, com

novos contextos e perspectivas sociais; situações tão novas para eles [os pesquisadores] que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisa derivadas de modelos teóricos e testadas sobre a evidência empírica – fracassam na diferenciação de objetos. Conseqüentemente, a pesquisa é, cada vez mais, obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários “conceitos sensibilizantes” para a abordagem de contextos sociais a serem estudados. (FLICK, 2004, p.18).

Ou seja, optei pelo uso de metodologias investigativas que, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos, já que a sensibilidade e o olhar do pesquisador são elementos importantes na análise dos dados da pesquisa, que surgirão da vivência dos atores em ambientes de ação e de intervenção social. Assim,

por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais (para se utilizar uma expressão kantiana), a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. (MINAYO; SANCHES, 1993).

É importante trazer a revisão teórica no escopo deste trabalho. Esta necessidade acontece “quando o problema em estudo é gerado por uma teoria, ou quando não é gerado ou explicado por uma teoria particular, mas por várias”. (SILVA; MENEZES, 2001, p.38). Quanto a esta revisão, a mesma terá como “pano de fundo” dois grandes temas: a discussão acerca das ações coletivas, trazendo para a pauta alguns assuntos que lhe são inerentes (como a democracia, a participação, a representação, dentre outros), e a discussão das políticas públicas, que deriva dos debates que emergem do primeiro.

Busco, neste trabalho, estabelecer, de forma panorâmica, a discussão entre as diferentes formas de ações coletivas, relatando, a sua trajetória histórica e sua contextualização no Brasil. Assim, procuro promover as relações conceituais dessas ações com as práticas realizadas em nosso país, como o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos e o movimento ao qual ele pertence. Ressalto que a própria Sociologia diverge de outras ciências que estudam os mesmos movimentos, no que diz respeito aos aspectos conceituais dessas ações.

Quanto às políticas públicas, esta abordagem visa a entender o que é e como é construído o papel dos atores sociais neste contexto de ação político-educacional e como as ações coletivas podem interferir nos processos de construção coletiva. A partir da constituição da base teórica sobre estes dois temas, desenvolvo a articulação deles com o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, entendendo-o como uma ação coletiva que, de alguma forma, participou na construção da política educacional da EJA, na cidade de Belo Horizonte.

Nesta pesquisa, o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos é mencionado a partir da narração da sua história e da descrição da sua estrutura, organização e funcionamento. Para tanto, realizei pesquisa documental, que é, segundo Silva e Menezes (2001, p.21), aquela pesquisa “elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico”, entendendo eu ser este um importante instrumento para a construção do conhecimento acerca do objeto de análise, no caso o Fórum Mineiro, já que o acesso e a leitura de documentos sobre este objeto permite a elaboração de idéias, análises e julgamentos que são fundamentais na sua compreensão. Considerei como documento “qualquer registro escrito que possa ser usado com fonte de informação”. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.169). Foram consideradas, por exemplo, as listas de presença, que são assinadas pelos participantes nos encontros do Fórum. A análise permitiu a elaboração de um perfil sobre o público freqüente às reuniões e o estabelecimento de algumas prováveis relações, entre a presença do público e os temas que são tratados nos encontros.

O processo analítico dos documentos partiu do levantamento quantitativo dos dados contidos nas listas de presença e dos resultados das informações ali presentes. A pesquisa quantitativa é conceituada como aquela que

considera que tudo pode ser quantificável o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.). (SILVA; MENEZES, 2001, p.20).

Uma outra forma de explorar o objeto aqui estudado, o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, é através da participação nos espaços que o constituem. Em algumas abordagens é enfatizado o fato de que

as práticas somente podem ser acessadas através da observação, e de que as entrevistas e as narrativas tornam acessíveis apenas os relatos das práticas e não as próprias práticas. O que normalmente se pede é a observação, que permite ao pesquisador descobrir como algo efetivamente funciona ou ocorre. (FLICK, 2004).

A observação participante é definida por Denzim, citado por Flick (2004, p.152), como “uma estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação diretas, e a introspecção”. Esta estratégia foi importante para o conhecimento do Fórum, visto que ela me possibilitou a convivência dentro do campo, criando condições, inclusive, de ação como membro e, segundo Flick (2004, p.152), “de influenciar o que é observado graças a sua participação”. Ela foi realizada nas reuniões mensais do Fórum, em algumas reuniões da Secretaria, no Interfórum<sup>8</sup> e nos encontros dos Fóruns Regionais.

Apresento, ainda, um outro fator. Para Minayo e Sanches (1993),

é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos. [...] Elas são tecidas pelos fios de material ideológico; servem de trama a todas as relações sociais; são o indicador mais sensível das transformações sociais, mesmo daquelas que ainda não tomaram formas; atuam como meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas; são capazes de registrar as fases transitórias mais íntimas e mais efêmeras das mudanças sociais. Nestes termos, a fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO & SANCHES, 1993, p.245).

Então, para completar a minha pesquisa, fiz a opção do uso da “palavra”, conforme essa concepção, visto que compartilho da idéia de que a palavra seja elemento fundamental de uma pesquisa qualitativa.

As entrevistas se constituíram em uma etapa essencial deste trabalho, já que permitiram “tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade”. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.168). Elas foram realizadas com alguns participantes do Fórum. Eu objetivava entender as influências que cada um deles percebia, a partir da sua participação no Fórum, em vários aspectos da sua vida profissional e, especificamente, se o Fórum cumpria algum papel que os levava a participarem do processo de construção de Políticas Públicas para a EJA. Eu buscava “compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana”. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.168).

Para a escolha das pessoas a serem entrevistadas para este trabalho, foi realizada uma pesquisa documental exploratória. Ressalto que a minha participação e a vivência que

---

<sup>8</sup> Instâncias da estrutura organizacional do Fórum Mineiro de EJA.

tive nas reuniões do Fórum e do CME-BH, na época pesquisada, foram importantes neste processo de escolha: serviram de suporte para que eu realizasse uma triangulação dos dados que obtive da leitura das atas do Conselho e das listas de presença dos encontros do Fórum Mineiro, no mesmo período. Permitiu que eu levantasse elementos suficientes para definir os possíveis entrevistados e avaliasse a participação destes em cada um dos espaços estudados. Nesta pesquisa, fiz a leitura das listas de presença das plenárias do Fórum e das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CME-BH (ambas datando do período entre os anos de 2000 e 2003), bem como das transcrições de plenárias e audiências públicas do Conselho, disponíveis para consulta. O critério de seleção foi o de maior frequência: assim, durante a pesquisa, foi possível identificar quem mais participava dos espaços de discussão da Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Belo Horizonte.

A partir da identificação da função e do local de trabalho dos freqüentadores do Fórum, na época do processo de regulamentação da EJA, estando eu de posse dos dados, agrupei os nomes por área de atuação profissional e representação no mesmo<sup>9</sup>. O orientador desta pesquisa e eu definimos que seriam entrevistados sete pessoas selecionadas neste agrupamento. Com o objetivo de se garantir que concepções e/ou idéias diferenciadas sobre o processo de regulamentação da EJA em Belo Horizonte estivessem presentes na investigação, optamos pelas seguintes escolhas: dois entrevistados deveriam ser do segmento de gestores públicos, dois do CME-BH, dois deles seriam professores que atuassem em sala de aula e um deles seria participante que militasse em movimentos sociais. Relembro, então, que o critério utilizado para eu convidar aqueles que seriam os sujeitos da pesquisa foi o de maior número de participações nas plenárias do Fórum, dentro de cada segmento.

Para realizar o trabalho, utilizei-me da metodologia prevista na entrevista semi-estruturada (Anexo 1), que é aquela na qual, segundo Alves-Mazzotti & Gewandszajder (2004, p.168), “o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos”. Qualifico que este é o método mais indicado, pela sua estruturação, para a investigação aqui disposta, pois apresenta características que abrangem determinadas especificidades coerentes com a análise que proponho.

---

<sup>9</sup> Considerei, para efeito da divisão, os seguintes segmentos: Educadores, Poder Público, ONGs e Sindicatos.

Como as entrevistas são a base analítica de toda esta pesquisa, eu decidi por propiciar uma situação de diálogo na qual o entrevistado se sentisse livre para fazer suas colocações, assim, eu poderia identificar as suas percepções sobre os assuntos que foram discutidos.

Para preservar a identidade dos entrevistados, de acordo com os encaminhamentos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, previstos para esta pesquisa, os mesmos serão, neste trabalho, identificados por nomes de atores e atrizes do mundo do cinema, escolhidos aleatoriamente.

O entrevistado identificado, nesta pesquisa, pelo nome de Ava Gardner é professor há mais de vinte anos e a maior parte de sua trajetória profissional, na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, ocorreu no ensino noturno e na EJA. Ele possui formação em Pedagogia, Licenciatura em História e Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação. Foi militante do movimento estudantil, do movimento social (com viés religioso), do movimento sindical e está inserido, atualmente, no movimento de EJA local, estadual e nacional. Já atuou em várias funções na RME-BH e, também, no CME-BH, de 2000 a 2005.

O entrevistado identificado pelo nome de Marilyn Monroe possui formação em Serviço Social e Letras e atua como educador há mais de vinte anos, desde quando cursava o primeiro curso superior. Foi militante do movimento sindical, do movimento comunitário popular, de partido político e exerce militância na educação. É professor da RME-BH e já trabalhou na SMED-BH, participou do Projeto de Educação de Trabalhadores (PET)<sup>10</sup> e do CME-BH, de 2000 a 2005.

O entrevistado identificado pelo nome de Greta ndo possui formação em Pedagogia e Especialização em Orientação e Supervisão Escolar, com ênfase em Coordenação Pedagógica. Trabalha na RME-BH há vinte anos e já atuou em todos os níveis e modalidades de educação, da educação infantil até o ensino superior, tendo trabalhado com EJA e com suplência. Exerceu diversas funções nas escolas nas quais trabalhou e, há oito anos, atua na SMED-BH com a organização da legislação que rege escolas.

O entrevistado identificado pelo nome de Marlon Brando é licenciado em História e atua como professor no Ensino Fundamental e no Ensino Superior. Possui Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação. É professor da RME-BH há mais de dez anos,

---

<sup>10</sup> Programa desenvolvido pela Escola Sindical 7 de Outubro (ligada à CUT) e que foi implementado em uma escola da RME.

tendo trabalhado com a Educação de Jovens e Adultos. Atuou, também, na SMED-BH onde acompanhou o processo de regulamentação da EJA no CME-BH. Também foi militante de movimento religioso.

O entrevistado identificado pelo nome de James Dean é licenciado em História e atua como professor do 3º ciclo da RME-BH, há mais de dez anos. Trabalha, também, como educador da EJA, em um município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele é militante do movimento sindical, representando esse segmento no Fórum Mineiro.

O entrevistado identificado pelo nome de Elizabeth Taylor é professor licenciado em Matemática da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e possui, também, formação superior em Filosofia. Trabalha na EJA há mais de cinco anos. Sua vida profissional sofreu forte influência da mãe, professora aposentada na RME-BH. Este entrevistado foi militante do movimento sindical.

O entrevistado identificado pelo nome de Cary Grant é professor há mais de doze anos, com formação em Matemática e, na RME-BH, sempre trabalhou à noite, com a EJA. Já atuou em equipe pedagógica de uma das Regionais da PBH, fazendo acompanhamento de escolas e no CME-BH, de 2001 a 2003. Atualmente, possui dois cargos na Prefeitura, desenvolvendo projetos específicos, no período da tarde, com informática educativa.

Dos sete integrantes selecionados para as entrevistas, quatro são mulheres e três são homens. Como característica comum, todos os entrevistados eram<sup>11</sup> professores da RME-BH, porém, como dito anteriormente, exercendo suas funções em segmentos diferentes do Fórum.

O Fórum, em sua atuação, abrange todo o estado de Minas Gerais. Contudo, no período pesquisado, havia uma frequência maior de professores municipais da RME-BH no mesmo, fato que pode ser explicado pela razão de o assunto em pauta, no momento da minha investigação, dizer respeito a uma realidade própria da Capital Mineira: justificasse, então, a presença maior de professores municipais como parte interessada.

Concomitantemente, posso alegar que a falta de espaço que o Governo do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) dispensam para as discussões em torno da Educação de Jovens e Adultos, com a presença da sociedade e os interessados nesta temática, faz com que a participação de outras cidades mineiras seja menos intensa nas plenárias.

---

<sup>11</sup> Na época da realização da pesquisa, todos os entrevistados, ainda, continuavam como professores da RME-BH.

Destacam-se dois fatos que despertaram minha atenção durante as entrevistas os quais, posteriormente, serão analisados com mais rigor. O primeiro deles diz respeito à trajetória profissional dos entrevistados: todos eles possuem, atualmente, mais de dez anos de carreira e todos já atuaram e/ou atuam no ensino noturno. O segundo fato é que, a propósito da trajetória de vida dos entrevistados, quatro deles declararam terem sido militantes de diferentes movimentos sociais. E mesmo os que não mencionaram tal militância, foi possível, pelo conhecimento de suas trajetórias de vida, afirmar que, também, participaram e/ou participam de movimentos religiosos, político-partidários e sindicais.

Para a análise das entrevistas, as respostas foram organizadas em categorias, com o objetivo de se facilitar a compreensão das mesmas e de se possibilitar o agrupamento das idéias dos entrevistados sobre um mesmo tema. Estas categorias surgiram a partir das leituras das entrevistas e são: I- As relações dos sujeitos com o Fórum; II- O Fórum e o seu funcionamento; III- A representação e o Fórum; IV- O Fórum como espaço formativo e educativo; V- O Fórum enquanto ação coletiva VI- O Fórum no cenário político e no campo da educação; VII- As relações entre o Fórum, o CME-BH e o processo de regulamentação da EJA em BH.

Além da organização das categorias, para eu analisar o depoimento dos entrevistados, conforme mencionado no parágrafo anterior, criei um oitavo item, que foi denominado Sugestões para o Fórum: neste, agrupei as idéias dos entrevistados sobre o que deveria ser melhorado ou modificado no Fórum, ou seja, aquilo que, nas respostas dadas às entrevistas, foi deixado como contribuição para o fortalecimento deste movimento específico, no que concerne à sua atuação.

Descrito o percurso metodológico adotado para meu trabalho, apresento, no próximo capítulo, os objetivos propostos para esta pesquisa e, no capítulo, seguinte a discussão teórica que subsidiou as análises da investigação.

### **1.3 QUADRO - Objetivos**

#### **Objetivo Geral**

Compreender a natureza do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos entendendo-o como uma ação coletiva, analisando-o a partir de estudos teóricos e identificando de qual maneira as ações por ele desenvolvidas contribuíram para a participação daqueles que o integram: na discussão, na formulação e na elaboração das políticas públicas de educação de jovens e adultos no município de Belo Horizonte, no período de 2000 a 2003, quando esta modalidade de educação foi regulamentada na RME-BH.

#### **Objetivos Específicos**

- Sistematizar a história do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos;
- Analisar o perfil do público, que frequenta as reuniões do Fórum, articulando a presença destas pessoas com os temas tratados nas reuniões, também avaliando os motivos que levaram as mesmas a participarem das discussões realizadas;
- Detectar o alcance do Fórum Mineiro e o papel que o mesmo desempenha em todo o Estado de Minas Gerais, verificando a representatividade das cidades do Estado, por meio dos seus representantes nas reuniões;
- Observar como o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos contribui para o processo de formação de seus integrantes e como estes transformam tais contribuições em ações efetivas na construção de políticas públicas de educação de jovens e adultos;
- Compreender e discutir a forma de atuação da ação coletiva, que se concretiza na existência do Fórum e na construção de políticas públicas, identificando como os participantes do Fórum articulam-se para a construção desse movimento específico.

## CAPÍTULO 2 - CÂMERA

### 2.1 PROFUNDIDADE DE CAMPO - Revisão Teórica

Ao iniciar a exposição sobre o embasamento teórico que sustentou a minha pesquisa, ressalto que busquei realizar as discussões feitas neste trabalho a partir de autores que procuraram adequar seus estudos à realidade vivida em nosso país. Isto se explica pelo fato de que a experiência estudada por mim apresenta características próprias que são inerentes ao Brasil e, por isso, uma aproximação maior com estudos desenvolvidos em outros países poderia gerar análises equivocadas no resultado alcançado.

É recorrente, no meio acadêmico brasileiro, a utilização de conceitos e modelos construídos em países da Europa e nos Estados Unidos. Percebe-se uma busca por estas teorias, para se explicar fatos diversos que ocorrem no Brasil. No campo das ciências sociais, tal ocorrência pode ser percebida com maior frequência. Assim “a situação de dependência cultural dos países da América Latina faz com que muitos pesquisadores adotem, de modo acrítico, modelos teóricos gerados nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos e na França”. (TEDESCO *apud* ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.183).

Esta tendência pode ser explicada pelo desejo do pesquisador em demonstrar que suas argumentações caminham em conformidade com as discussões acadêmicas atuais e em dizer que os seus estudos estão concernentes com as pesquisas internacionais. É necessário estar atento a essa prática alertando que

ser internacional não é ser universal e para ser universal não é necessário situar-se nos centros do mundo. Inclusive pode-se ser universal ficando confinado à sua própria língua, isto é, sem ser traduzido. Não se trata de dar as costas à realidade do mundo, mas de pensá-la a partir do que somos, enriquecendo-a universalmente com as nossas idéias; e aceitando ser, desse modo, submetidos a uma crítica universalista e não propriamente européia ou norte-americana. (SANTOS, 1999, p.5-7).

Nas discussões que irei apresentar nesta pesquisa, considerarei as condições políticas, econômicas, históricas e sociais dos fatos aqui registrados. Em concordância com o que menciona Gohn (1997, p.14-15), não assumirei categorias de análises que são próprias para os estudos em outros países e continentes, e que procuram explicar as realidades

vivenciadas naqueles contextos, mas tomarei como base outras tais que melhor se ajustam, em meu ponto de vista, às análises que aqui proponho.

Muitos conceitos são formulados considerando o momento histórico em que são emitidos, outros consideram o comprometimento político-ideológico de quem os formulou, enquanto outros tentam estabelecer uma relação entre o termo e a etimologia das palavras. O importante, para mim, é tentar superar visões que podem reduzir o objeto de pesquisa proposto nesse trabalho, buscando, outrossim, uma análise que procure dialogar com as experiências, as motivações e a convivência dos atores sociais com o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos.

No plano teórico e epistemológico permanece a necessidade de passar de uma visão unicamente histórico-empírica dos fenômenos coletivos para uma leitura analítica, consciente do fato de que cada definição constrói o seu objeto e seleciona dimensões dos fenômenos em relação ao ponto de vista do observador. Os fenômenos empíricos dos movimentos nunca são uma realidade homogênea e o trabalho de decomposição analítica obriga a sair-se de uma idéia romântica dos movimentos para reconhecer que os fenômenos coletivos são feitos de motivações, formas de relação, orientações diversas. (MELLUCI, 2001, p.8).

Antes de iniciar a discussão propriamente dita, ressalto que vou tratar o termo “movimento” como algo dinâmico, antônimo de estático, daquilo que está parado. É possível dizer que aquilo que se move, no âmbito da sociedade, é tudo o que está perpassado por um processo de indignação; por outro lado, ser estático, na sociedade, é pensar que nesse lugar ocorre um processo de alienação. Isso significa dizer que indignação e alienação são opostos no que diz respeito ao movimento “na” e “da” sociedade, o que não implica em se reduzir a forma de reação nesta mesma sociedade. A sociedade pode se encontrar para contrapor-se a alguma coisa quando existe um sentimento de indignação, da mesma maneira que isso é possível quando esse sentimento ou estado é o de alienação. Nessa perspectiva, a sociedade se reúne em grupos e promove ações coletivas no intuito de responder àquilo que a move.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos *constatando* apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a *inserção*, que implica *decisão*, *escolha*, *intervenção* na realidade. (FREIRE, 1996, p.86). (grifos do autor).

Esta revisão pretende promover, então, o debate acerca de construções teóricas que buscam caracterizar as ações dos atores na sociedade brasileira, com o objetivo de trazer luz para a discussão que farei sobre o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos e sobre as relações que se estabelecem entre os atores que dele fazem parte.

### 2.1.1 Movimentos sociais

Os Movimentos Sociais, estudados sob o prisma dos comportamentos coletivos, se constituem em um tema que, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986, p.787), ocupa lugar de destaque nas reflexões realizadas pelas Ciências Sociais, mas para o qual, até hoje, não se elaborou uma teoria que possa satisfazer as inúmeras dúvidas que afloram no processo de discussão. Os autores apontam para a necessidade de se fazer uma definição dos Movimentos Sociais que não comprometa sua análise, respeitando-se todas as interpretações que são traçadas em torno do mesmo.

#### *O que são os movimentos sociais*

Ampliando esta discussão, tratarei do conceito de movimento social, para o qual a Sociologia abarca muitas definições. Ao apresentar alguns destes conceitos, procuro trazer a noção da complexidade que cerca esta expressão.

Primeiramente, citarei duas definições, encontradas em dicionários do campo das Ciências Políticas e Sociais, a respeito do que seja o movimento social e, depois, apresentarei conceitos defendidos por alguns teóricos do assunto:

- “São as tentativas coletivas de provocar mudanças, no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem social”. (SILVA, 1986, p.788).
- “Constituem em tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986, p.787).

No campo do pensamento marxista, movimentos sociais são “processos coletivos e de comunicação realizados por indivíduos, em protesto contra as situações sociais existentes”. (KÄRNEN, 1987, p.33).

Scherer-Warren (1987, p.37) entende os movimentos sociais

como uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (SCHERER-WARREN, 1987, p.37).

Para Touraine, citado por Gutiérrez (1987, p.202), o movimento social é a “confrontação entre interesses opostos, pelo controle das forças do desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade”.

Melucci, pesquisador italiano dos movimentos sociais, diz que o movimento social apresenta como uma de suas características

a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa. (MELUCCI, 2001, p.35).

Em um esforço de condensar as diversas definições com as quais trabalhou, objetivando construir uma proposta metodológica para o estudo dos movimentos sociais, mesmo reconhecendo o risco de cometer equívocos, Gohn (1997) elabora uma definição de movimentos sociais. Para a autora, então,

movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 1997, p.251).

Portanto, como visto anteriormente, variada é a gama de definições na tentativa de se conceituar o que seja um movimento social. Nota-se que muitas delas possuem pontos em comum, mas cada uma reflete um dado momento histórico e está perpassada pelas crenças de quem a formulou.

#### *Por uma teoria dos movimentos sociais no Brasil*

Retomando-se o objetivo de se explicar os fenômenos sociais, propondo a realidade do nosso país como campo de análise, concordo com Gohn (1997, p.263-265) no que concerne à construção de uma teoria sobre os movimentos sociais, na qual se atenha à observação das ações por eles empreendidas no âmbito interno e externo, como também à observação da articulação desses dois níveis.

Segundo a autora, mesmo não havendo teorias consistentes sobre os movimentos sociais, categorias de análises foram criadas em função de uma característica particular: os movimentos de caráter popular. As referências que se seguem são matrizes para fundamentar os estudos na área: participação; experiência; direitos; cidadania; exclusão social e identidade coletiva.

Gohn cria uma tipologia para o estudo dos movimentos sociais, mas lembra dos riscos deste ato ser compreendido como simplificação e generalização. Ela procurou indicar caminhos para superar a dicotomia rural/urbana, presente na categorização dos movimentos. Isso levou a autora a uma visão integrada dos movimentos, cuidando para não privilegiar a questão das classes sociais, reconhecendo existirem problemas que não advêm das classes. Ressalta, ainda, que preferiu agrupar “os movimentos em categorias

independentes da contemporaneidade ou não de suas reivindicações e formas de atuação”. (GOHN, 1997, p.271).

Os movimentos sociais, segundo a proposta de análise feita por Gohn, podem ser vistos a partir da seguinte caracterização: 1º- Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou abriga seus demandatários. Ex: movimentos religiosos, sindicais, das corporações, políticos-partidários; 2º- Movimentos construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor. Ex: movimentos das mulheres, dos índios, dos negros dos homossexuais; 3º- Movimentos construídos a partir de determinados problemas sociais. Neste tipo, há aqueles que buscam a solução ou criação de equipamentos de consumo e aqueles que lutam pela preservação do meio ambiente. Ex: movimentos pela saúde, pelos transportes, pela habitação, ecológicos, pacifistas; 4º- Movimentos construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação. Ex: revoltas, motins, insurreições, revoluções; 5º- Movimentos construídos a partir de ideologias. Ex: anarquismo, marxismo, cristianismo.

#### *Os diversos movimentos sociais*

Mesmo não havendo homogeneidade quanto à abordagem clássica dos movimentos sociais, nas diferentes linhas de pensamento sociológico, existe consenso em relação às seguintes características: 1º) O núcleo analítico destes pensamentos baseia-se na teoria da ação social; cujo objetivo principal se cumpre por meio da busca pela compreensão dos comportamentos coletivos; 2º) Os comportamentos são analisados sob o enfoque sócio-psicológico; 3º) A ênfase ocorre na ação institucional; 4º) Os comportamentos coletivos são entendidos como frutos de tensões sociais. (GOHN, 1997, p.23-24).

Encontram-se várias linhas analíticas dos movimentos sociais. Citarei duas: a primeira linha engloba os estudos desenvolvidos sobre os movimentos sociais clássico-ortodoxos, a partir do movimento proletário da década de 60. Segundo Doimo (1995, p.39), esta corrente sociológica entendia o movimento social como a ação revolucionária do proletariado, classe explorada pelo capital. A organização do movimento se concretizava pela ação dos sindicatos e dos partidos políticos de natureza socialista. Uma segunda linha defendia a Teoria da Mobilização de Recursos, na qual enquadravam-se as ações coletivas em explicações comportamentalistas e organizacionais. Suas ferramentas básicas eram advindas de categorias econômicas, cuja variável mais importante é a dos recursos, sejam eles humanos, financeiros, ou de

infra-estrutura variada. Os movimentos são vistos indistintamente dos partidos, lobbies e grupos de interesses. (GOHN, 1997, p.50-51).

No fim da década de 60, o mundo passou por inúmeras modificações no campo social, político e econômico, devido ao aparecimento de vários movimentos sociais espontâneos na Europa. Nesse período, emergiram os chamados “novos movimentos sociais”. (DOIMO, 1995, p.40).

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) tinham como base a cultura; negavam a possibilidade de que a teoria marxista explicasse a “ação dos indivíduos”; eliminavam o “sujeito histórico redutor da humanidade” e traziam a política para o centro da análise. Os atores sociais eram estudados por suas ações coletivas e pela identidade coletiva do processo. Os movimentos das mulheres, os ecológicos, aqueles contra a fome e outros estavam compreendidos na categoria dos NMS. É importante salientar que, nesse conjunto, não se enquadravam os movimentos de caráter de classe, como os movimentos sindicais e operários, localizados em torno do mundo do trabalho. Os novos movimentos sociais propõem posturas alternativas àquelas desenvolvidas pelos “velhos” e tradicionais movimentos sociais por possuírem práticas e objetivos diferentes. (GOHN, 1997, p.121).

A mudança do eixo reivindicatório das lutas de classes para as questões relativas à cultura significou a gradativa perda da importância das mobilizações que tratavam do trabalho e do salário, e, conseqüentemente, se favoreceu o surgimento de novos atores no cenário social. Sendo assim, o renascimento da vida pública passa mais próximo da reivindicação de uma série de direitos culturais, que do tipo de luta desenvolvido. Mais que os movimentos opostos à lógica liberal, estas novas formas de ação é que, segundo Touraine, merecem o nome de movimentos sociais, mesmo concordando com o fato da inexistência de um conflito, condição necessária para assim denominá-lo. (TOURAINÉ, 1999, p.53-80).

Gohn (1997, p.129) também diz que a teoria que sustenta os NMS não está completa e que pode ser vista como um “diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado”.

## *Os movimentos sociais no século XXI*

Com a chegada do século XXI, ocorreram significativas modificações nas instâncias sociais, políticas e econômicas em todo o mundo. As transformações advindas dos aparatos tecnológicos, o acesso à informação e a consolidação de inúmeros direitos civis demonstraram que o ser humano modificou as suas formas de ação social, bem como as relações que ele estabelecia na sociedade.

O mundo no século XXI requereu um novo ator social e o “novo homem”, nascido de tal circunstância, necessitou se adaptar a um modo de vida diferenciado. As mudanças que ocorreram no âmbito social como um todo interferiram sobremaneira nos movimentos sociais, que passaram a exigir a configuração de um cidadão com perfil globalizado, ou seja, alguém conectado com as lutas que já não ocorreriam apenas no plano geográfico local, mas que adquiririam um caráter universalizado.

O novo ator social do século XXI passa a ser um cidadão que deva pautar seus conflitos visualizando-os dentro de um cenário mais amplo, ou seja, de forma global, pois os seus interesses sociais perdem o caráter individual e passam a ser parte de um outro maior, pertencente a uma sociedade globalizada. Neste cenário, os movimentos sociais, em nosso país, se interconectam com as grandes lutas mundiais, criando uma vasta tessitura em redes.

No final do século passado, as políticas neoliberais – com a perda de sua legitimidade junto à classe média e junto a uma parte da elite – chegaram ao limite de sua eficácia, não produzindo efeitos significativos que sustentassem maior adesão. O neoliberalismo passou a ser visto como causa de atraso dentro da sociedade, visto que privilegiava a concentração de renda e a diminuição da massa salarial, além da elevação do custo de vida, com o conseqüente aumento das desigualdades existentes na sociedade e o desmonte do Estado. O aumento dos problemas sociais – pobreza, desemprego, violência urbana – tornou visível o esgotamento da solidez do sistema político neoliberal, pelas conseqüências inerentes a ele.

Surgem, então, os movimentos antiglobalização (os *grassroots*)<sup>12</sup>, movimentos de caráter global, cujo alvo principal é o neoliberalismo. Suas características são

---

<sup>12</sup> *Grassroots* (no contexto de um movimento político) é um movimento dirigido por membros de uma comunidade. A criação do movimento e de um grupo de apoio acontece de forma natural e espontânea, o que o torna diferente dos movimentos orquestrados através de estruturas de poder tradicionais. Frequentemente, se localizam no nível local, com muitos voluntários da comunidade, podendo se integrar a um movimento nacional, de acordo com o seu objetivo.

multifacetadas, flexíveis, inovadoras e estão em constante movimento, pois sugerem que as transformações econômicas, políticas, culturais, e sociais, geradas pelo capitalismo neoliberal, já encontram a sua contraparte num novo caudal mundial de movimentos populares. (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003, p.848). Estes autores alertam que, mesmo estes movimentos sendo muito novos, há de se considerar que as estratégias de combatividade desenvolvidas por eles proliferam-se rapidamente e a idéia de um novo mundo, gradativamente, se consolida. A internet é comumente utilizada para articular as várias redes que compõem os *grassroots*, integrando diversos grupos e ONGs.

Para enfrentar os desafios atuais, a sociedade se organiza em forma de redes sistêmicas estruturadas. As características principais deste formato de associação são: 1º) Organização policêntrica, segmentar e em rede ideologicamente integrada; 2º) Formato flexível, fluído e autônomo; 3º) Nós da rede estão em constante expansão e movimento; 4º) Comunicação realizada pela internet e de forma horizontalizada; 5º) Táticas de luta que incluem a *blitz* e a guerrilha estilo "enxame de abelhas"<sup>13</sup>; 6º) Não há distinção entre a ação ofensiva e defensiva; 7º) Desafiam-se os limites e as separações entre o Estado e a sociedade, entre o nacional e o internacional, entre o público e o privado, entre o legal e o ilegal. (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003, p.854).

Assim, os movimentos sociais passaram a desenvolver lutas em torno de grandes eixos temáticos: como exemplo, cito o Fórum Mundial Social (FSM)<sup>14</sup>. As ONGs, que já haviam passado por reestruturações para poderem assimilar as mudanças ocorridas durante as décadas de 80-90, sofrem novas modificações na sua organização e tiveram o seu papel de atuação redimensionado.

As ONGs passaram a qualificar os atores sociais a partir do momento em que elas ocuparam lugar de prestígio nas políticas em parceria. No Brasil vimos que, no universo dos movimentos sociais, mesmo considerando os grandes eixos temáticos,

a sociedade civil cresceu e ampliou o leque de atores e de formas organizativas. A maioria atua não apenas de forma endógena, dentro da

---

<sup>13</sup> Conhecido, também, pelo nome de "*swarming*", é doutrina militar recente que utiliza-se da capacidade crescente de destruição de pequenos grupos e o aumento da precisão do armamento, mas, no caso, a palavra significa, principalmente, agitação e proliferação temporária.

<sup>14</sup> O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Conceito retirado do site do FSM. Acesso em 07/04/2008. Disponível em: [http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=19&cd\\_language=1](http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1).

própria sociedade civil, mas participam dos espaços e mecanismos de debates dos problemas nacionais em espaços públicos; e muitas estão articuladas à própria gestão pública. (GOHN, 2005, p.107-108).

Há várias formas de ações coletivas acontecendo no País neste início de século: fóruns; conselhos gestores; redes (de sociabilidade, locais, virtuais, temáticas, sócio-culturais, etc.); movimentos urbanos contra a violência, interligados a redes internacionais; movimentos populares (de luta pela moradia, em prol da saúde, pelo transporte, pela educação, etc.); movimentos ambientalistas e outros.

### *Os movimentos sociais no Brasil*

As pesquisas sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina têm início na década de 70, a partir da reestruturação da área dos estudos acadêmicos e da criação dos cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que procuravam entender as formas de participação social e que, também, buscavam se engajar na luta contra o Regime Militar. As bases de análise dos movimentos eram os estudos europeus, já que a pequena produção nacional procurava explicar o modelo institucional de desenvolvimento social e era utilizada para montar a história do aparecimento destes movimentos. (GOHN, 1997, p.215).

Até 1964, os movimentos sociais reconhecidos no Brasil eram os chamados movimentos sociais tradicionais, que eram aquelas organizações populares com caráter de atuação clientelística, assistencial e autoritária. Havia os movimentos de caráter urbano, representados pelas Associações de Amigos de Bairro, e os movimentos oriundos do campo, representados pelo sindicalismo camponês, que lutava por tutela política. Deve-se fazer referência, também, ao movimento de mulheres, onde inúmeros deles surgiram sob a bandeira de uma reivindicação pontual, mas que desaparecia diante do desgaste ou do atendimento dessa exigência. Como ações do movimento feminista, podem ser citadas as que assumiram um caráter reacionário (Marcha pela Tradição, Família e Propriedade) e as lutas reivindicativas dos direitos femininos (pelo direito ao voto, por melhorias salariais e das condições de trabalho e por uma participação política ampliada). (SCHERER-WARREN, 1987, p.41-45).

Com a tomada do poder pelo Regime Militar, houve um período de silêncio, imposto pela Ditadura, o que impedia a atuação de quaisquer movimentos sociais, já que o autoritarismo ditatorial não permitia a livre associação em nosso território. A partir de meados da década de 70, a situação começou a se modificar. O povo consciente da

necessidade de empreender lutas para a garantia de determinados direitos, passou a reivindicar mudanças no regime e a clamar pela redemocratização do país.

No Brasil, as décadas de setenta e de oitenta representaram um dos períodos mais emergentes no que concerne à atuação dos movimentos sociais. Desejava-se restabelecer os direitos individuais da população, bem como se objetivava a redemocratização em nosso país. Nesta época, ocorreram importantes manifestações públicas, como a saída do povo para as ruas reivindicando a mudança nos processos políticos, econômicos e sociais.

É neste período que aconteceram os movimentos populares e trabalhistas, que simbolizaram a luta pela reconquista da cidadania. Muitos deles se organizaram em torno da ala progressista da Igreja Católica, com destaque para o Movimento do Custo de Vida (que teve início em 1974). Em 1978, começou a se popularizar o movimento operário, quando das greves no ABC Paulista. Outro movimento que chamou a atenção foi o das Diretas Já, em todo o país, quando o povo foi para as ruas pedir eleições diretas para presidente da República.

Os primeiros anos da década de 90 foram tempos de reorganização dos movimentos sociais no Brasil. As lutas pela reconquista dos direitos políticos e as manifestações empreendidas na década anterior alcançaram êxito, que foi confirmado ao se promulgar a nova Constituição, em 1988.

O ator social coletivo precisaria repensar o seu modo de ação, já que novos atores sociais se configuravam no cenário nacional e mundial. Iniciava-se, mundialmente, um processo em direção à globalização planetária, em direção a internacionalização dos processos econômicos e à queda das fronteiras entre os países, através da consolidação dos grandes blocos políticos e econômicos.

Diante desse cenário, os movimentos sociais passaram a repensar o seu *modus operandi* e suas formas de organização. As ONGs, atores que atuavam diretamente nos movimentos sociais, passaram a ser agentes de mobilização e de execução das demandas da população e com a efetiva “abertura dos canais de participação e representação política, os movimentos sociais perderam paulatinamente a centralidade que tinham nos discursos sobre a participação da sociedade civil”. (GOHN; HAMEL, 2003, p.108).

A centralidade das lutas dos atores sociais passa a ser a sociedade política, cujo foco é o processo de elaboração, discussão e efetivação das políticas públicas. A questão da

cidadania passa a ser o alvo dos movimentos sociais, com ênfase na participação civil e na responsabilidade social dos diversos atores que começam a emergir. Surgem as parcerias nas políticas públicas sociais, fazendo dialogar o cidadão e governo. Não podemos deixar de considerar essa participação como uma conquista dos movimentos sociais. (GOHN, 2005, p.75).

Assim, é possível perceber que os movimentos sociais apresentavam algumas premissas básicas, a saber: possuíam uma identidade; tinham um opositor; articulavam ou fundamentavam um projeto de vida e de sociedade. Na atualidade, procuram a construção de uma sociedade democrática; buscam a sustentabilidade; lutam por desenvolver culturas a favor de políticas inclusivas; querem o reconhecimento da diversidade cultural; perseguem a justiça social, a solidariedade e a autonomia de inserção social; redefinem e têm como tema a esfera pública; promovem parcerias com outros atores das sociedades política e civil; possuem poder de controle social; e, por fim, constroem modelos de inovação em nossa sociedade. (GOHN, 2004, p. 13).

Concomitantemente ao processo de transformação mundial, no qual as modificações das relações no campo econômico e político afetam diretamente as relações sociais, a globalização conduz a uma remodelação das formas de associação coletiva. O avanço da internacionalização da economia faz com que a sociedade perceba a necessidade da criação de novos mecanismos de representação, já que passamos a viver em um mundo onde não existem mais fronteiras, mas os problemas continuam a apresentar especificidades locais.

### **2.1.2 Organizações em rede**

Outra forma de organização social e que, atualmente, está no foco das discussões no campo teórico das ações coletivas são as redes. O conceito de rede se modificou nas duas últimas décadas. Rede é uma palavra originada do latim *retis*, cujo significado é o entrelaçamento de cordas, fios, arames, barbantes, etc., formando uma malha; conjunto de elementos interligados. Então, partindo-se do sentido de “entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações”. (SILVA, s/d).

Historicamente, é possível identificar, no mundo moderno, a existência da noção de atuação em rede, há bastante tempo. No campo acadêmico, a noção de rede não é uma

novidade. Mas existe uma coincidência no uso intelectual e na prática do trabalho em rede com o aparecimento daquilo que chamamos de terceiro setor<sup>15</sup>.

O terceiro setor é, essencialmente, uma rede e aqui podemos imaginar uma grande teia de inter-conexões. Redes de Educação Ambiental, redes de emissoras de TV e rádio, redes de lideranças, rede de trabalho e renda... Por mais diversas que sejam as organizações e suas causas, elas têm em comum o propósito de estender suas ações e idéias a um universo sempre mais amplo de interlocutores: beneficiários, parceiros, financiadores, voluntários, colaboradores, etc. Para isso, precisam contar com meios adequados para o desenvolvimento de fluxos de informação, gerenciamento organizacional e comunicação institucional. (SILVA, s/d).

As redes, então, são uma forma de associação que permite a aproximação de diferentes atores e organizações, que, mesmo geograficamente distantes, buscam, apesar das diferenças, lutar por interesses e valores comuns. Isto pode ser considerado uma mudança no foco da ação dos movimentos sociais, baseados em uma identidade única para a luta em torno de um “sujeito plural”, devido a capacidade destas redes serem multifacetadas, permitindo-lhes múltiplas possibilidades de organização e ação. (SCHERER-WARREN, 2006, p.115).

As redes podem ser constituídas de forma presencial ou virtual e serem chamadas, também, de comunidades. São estruturas sociais estabelecidas de forma orgânica, o que significa dizer que se constituem a partir de “dinâmicas coletivas e historicamente únicas. Sua própria história e sua cultura definem uma identidade comunitária. Esse reconhecimento deve ser coletivo e será fundamental para os sentidos de pertencimento dos seus cidadãos e desenvolvimento comunitário”. (SILVA, s/d).

São estabelecidos alguns pressupostos quanto à forma de organização do poder das ações que se articulam por meio de redes. Parcialmente, o poder se distribui e o poder se democratiza. Mas não deixam de existir alguns atores que exercem a liderança ou funções estratégicas, os quais detêm maior influência dentro do movimento, servindo como referência. Esses são os “circuitos relevantes para o empoderamento das redes de movimento”. As redes não fogem às regras de convivência social e nas redes, também, existem conflitos e disputas pelo poder, assim como chances de construir-se a solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. (SCHERER-WARREN, 2006, p.121-122).

---

<sup>15</sup> “O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.” <http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>. Acesso em 17/05/2008.

Existem, portanto, alguns parâmetros norteadores que regem o trabalho colaborativo em rede. São eles: Pactos e padrões de rede (a intencionalidade); Valores e objetivos compartilhados; Participação; Colaboração; Multiliderança e horizontalidade; Conectividade; Realimentação e informação; Descentralização e capilarização; Dinamismo.

Podem existir diferentes tipos de rede, desde as híbridas até as especializadas, que são categorizadas em redes temáticas (organizam-se em torno de um tema ou área de atuação de seus integrantes), redes regionais (organizam-se a partir de uma determinada região) e redes organizacionais (vinculadas a uma entidade supra-institucional ou a organizações complexas). (SILVA, s/d).

Percebo que a organização em redes é mais do que uma troca de informações entre pontos dispersos, ela representa a possibilidade de uma ação coletiva onde todos atuam de maneira concreta e colaborativa, de forma a atingir mais rapidamente aquilo a que se propõem.

### **2.1.3 O processo de redemocratização**

Após a promulgação da Constituição de 1988, o processo de intervenção social e as formas de participação na vida política do país sofreram consideráveis mudanças. Muitas destas podem ser explicadas pelas facilidades criadas pela Carta Régia com o objetivo de se facilitar o acompanhamento dos processos decisórios nas instâncias governamentais.

Ressalta-se, dentre as mudanças originadas nas duas últimas décadas, o rompimento da hierarquia das políticas públicas, trazendo o eixo para a mobilização local e a discussão de questões específicas. Ocorreu, concomitantemente, a inclusão dos direitos sociais nos debates em âmbito local, o que provocou uma transformação profunda na forma de se fazer política pública em nossa sociedade. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 17).

Dessa forma, frente às demandas geradas nesse novo cenário, a sociedade civil começou a se mobilizar, objetivando atender as demandas coletivas e efetivar o acompanhamento das discussões que diziam respeito ao seu destino. Surge, assim, a necessidade do estabelecimento das formas de intervenção e participação nos processos de decisão.

Para a compreensão do que seja sociedade civil, utilizarei o conceito de que

sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SCHERER-WARREN, 2006, p.110).

A autora faz uma tipificação dos níveis de mobilização social, presentes na sociedade brasileira: o primeiro nível foi denominado, por ela, associativismo local. O segundo nível foi chamado formas de articulação inter-organizacionais. E o terceiro deles foi denominado de mobilização na esfera pública.

O primeiro nível é aquele do qual fazem parte as

associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o terceiro setor. Essas forças associativistas são expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada. [...] As organizações locais também vêm buscando se organizar nacionalmente e, na medida do possível, participar de redes transnacionais de movimentos. (SCHERER-WARREN, 2006, p.110).

O segundo nível é composto pelos “fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local”. (SCHERER-WARREN, 2006, p.111). Por ele, segundo a autora, ocorrem as parcerias institucionais e o diálogo entre a sociedade civil e o Estado.

Nos dois primeiros níveis, mencionados nos parágrafos anteriores, encontram-se formas de organização institucionalizadas, com algumas possuindo registros legais ou normas e regimentos procedimentais, no âmbito interno das associações, como maneira de disciplinar o funcionamento das organizações. Cabe, então, o questionamento do lugar sobre as formas de ação mais abrangentes e conjunturais. A partir dessa necessidade, surge o terceiro nível. (SCHERER-WARREN, 2006, p.111-112).

No terceiro nível ocorre a mobilização na esfera pública, advinda de atores integrantes de movimentos sociais localizados, ONGs, fóruns e redes de redes, mas que buscam ampliar o alcance que cada uma dessas organizações têm

por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (SCHERER-WARREN, 2006, p.112).

Como fruto do processo articulatório, segundo a autora, surge a definição teórica de rede de movimento social, que “pressupõe a identificação de atores coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações

sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”. (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A idéia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

A sociedade civil deve estar atenta à preparação de atores capazes de se mobilizar diante das novas formas de atuação do Estado, e isto é possível através da participação destes atores nos mais diversos espaços:

mobilizações de base local na esfera pública; empoderamento através dos fóruns e redes da sociedade civil; participação nos conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado; e, nos últimos anos, a busca de uma representação ativa nas conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parcerias com a sociedade civil organizada. (SCHERER-WARREN, 2006, p.123).

A esse ator deve ser possibilitada a “emersão” para um papel participante, já que, quando se encontrava imerso, ele

era puramente espectador do processo, na emersão descruza os braços e renuncia à expectativa e exige a ingerência. Já não se satisfaz em assistir. Quer participar. A sua participação, que implica numa tomada de consciência apenas e não ainda numa conscientização – desenvolvimento da tomada de consciência – ameaça as elites detentoras de privilégios. (FREIRE, 1967, p.63).

Para Freire, os homens têm que cumprir determinados papéis, partindo do princípio que não se está no mundo para a ele se adaptar, “mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes.” (FREIRE, 2000, p.33).

Isso é possível nos espaços onde a sociedade local se mobiliza, se reafirmam e se consolidam as identidades coletivas e o sentimento de pertencimento, a idéia de unidade na diversidade e os projetos e utopias que sustentam o movimento. Nesse lugar, onde o fórum pode se localizar, é que se constroem, de forma sistemática, propostas e a transformação da sociedade, bem como os instrumentos de negociação com o Estado e o mercado. (SCHERER-WARREN, 2006, p.124).

Estudos e pesquisas têm destacado a importância dos fóruns, plenárias, audiências públicas, mesas de concertação, redes e outras formas de articulação enquanto espaços políticos estratégicos para a ampliação da participação e democratização da informação, bem como mecanismos de ativação e dinamização dos próprios conselhos. [...] A gestão das políticas

públicas poderá ser mais ou menos cidadã, ou seja, influenciada pela sociedade civil. Isto dependerá das relações de força ou das possibilidades de convergência entre representantes das redes de movimentos, da esfera estatal e do mercado nos conselhos setoriais e nas conferências de promoção de direitos da cidadania; bem como das possibilidades e efetivo empoderamento e democratização no interior das próprias redes de movimento, na direção do desenvolvimento de sujeitos com relativa autonomia na construção de seus destinos pessoais e coletivos. (RAICHELIS *apud* SCHERER-WARREN, 2006, p.126).

Avritzer e Pereira (2005) mencionam que o novo conjunto de formas ampliadas de participação política é híbrido, visto que este modelo de participação envolve atores sociais e estatais, em um mesmo espaço, dividindo os processos deliberativos. Nestes espaços a ação, os debates e o ajuste das estratégias acontecem levando-se em conta uma ação coletiva e negociada.

O local se torna o lugar da elaboração de políticas públicas, de tomada de decisão discutidas e compartilhadas sob a forma de orçamentos participativos, de fóruns e arenas público-privadas e projetos participativos, seja através de novas relações jurídico-institucionais entre as instâncias federal, estadual, municipal, seja através da construção de um novo espaço democrático com as comunidades locais e suas representações sociais e políticas. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 17).

A partir da Constituição de 1988, nota-se o aumento do número das instâncias de participação, de debate e deliberação política. Semelhantemente, percebe-se o crescimento do número de participantes e dos espaços de relacionamento entre os atores sociais e os atores estatais envolvidos com a elaboração de políticas públicas. Não se pode desconsiderar que a diversidade presente nesse contexto conduz a uma considerável variação no que diz respeito à capacidade de deliberação desses espaços. (AVRITZER e PEREIRA, 2005, p. 38).

#### **2.1.4 Ações coletivas**

Nesse cenário, ampliam-se os espaços para os atores se integrarem nas discussões sobre os seus interesses. Antes de situar a discussão teórica proposta nesta parte da pesquisa, faz-se necessário entender o significado da palavra ação e de se compreender a representatividade desse conceito para os indivíduos. Neste intuito, será utilizada a definição de ação presente no campo sociológico.

É importante salientar que toda sociedade se constrói a partir de pessoas e das ações realizadas pelos indivíduos, coletivamente ou não. Portanto, para se entender determinada sociedade, torna-se fundamental compreender como agem as pessoas no seio social. No campo sociológico, esta análise se focaliza nas atitudes dos indivíduos, desde que elas sejam representativas de padrões e significados assumidos pela

sociedade pesquisada. Portanto, partindo-se desse preceito, percebe-se que é “devido a esta dimensão da ação cuja origem escapa à vontade individual que ela se inclui nos temas fundamentais da Sociologia, sob a denominação específica de ação social”. (ÁGORA NET, s/d).

Concluo, a partir do exposto no parágrafo anterior, que, no âmbito social, as ações empreendidas pelos atores trazem consigo as características do espaço no qual eles vivem e são incorporadas no convívio mútuo. A atuação do ator não deve ser reduzida a um simples condicionamento, visto que, apesar da vivência social, em seus atos, existe espaço para inovações e improvisos. (ÁGORA NET, s/d).

A expressão ação coletiva foi difundida por Olson, quando ele propôs a discussão sobre o comportamento dos indivíduos que, agindo a partir de seus próprios interesses, tinham por objetivo ampliar os seus ganhos dentro de associações organizadas. Para Olson, o objetivo das associações é a promoção dos interesses que são comuns aos seus membros. O resultado atingido pela associação é um ganho de todos e nenhum membro pode ser excluído dos benefícios alcançados. (ÁGORA NET, s/d).

Segundo Olson, quando acontece o reconhecimento consciente da existência de objetivos que são comuns aos indivíduos, estes planejam, então, uma ação coordenada, buscando atingir tais objetivos: ocorre, assim, o que ele denominou de ação coletiva, que, por sua vez, é composta por ações racionais e não necessita ser executada, diretamente, por todos aqueles que fazem parte da organização. (ÁGORA NET, s/d).

Para Olson (1999, p.13) é do âmbito do senso comum a idéia de que, se existem interesses comuns entre os indivíduos, a formação e aproximação de grupos é um processo natural, cujo objetivo é tornar factível a concretização destes interesses, principalmente se esses estiverem no plano econômico. Não obstante, é necessário que exista um interesse pessoal envolvido na busca coletiva, para justificar a presença de um indivíduo na ação de um grupo, já que este ator somente mobilizará esforços para atingir o objetivo coletivo, se houver algum tipo de ganho individual.

Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal. Tal altruísmo é, de qualquer maneira, considerado uma exceção, e o comportamento centrado nos próprios interesses é em geral considerado a regra, pelo menos quando há questões econômicas criticamente envolvidas. (OLSON, 1999, p. 13-14).

O autor prossegue afirmando que existe uma noção difundida, principalmente no âmbito das ciências sociais, de que os grupos têm a tendência de agir na promoção de seus

interesses comuns, mas isso não se justifica visto que a afirmação se baseia no princípio de que os grupos agem em busca de seus interesses, porque os seus membros assim o fazem. Contudo, empiricamente, os estudos desenvolvidos por ele buscam demonstrar que “essa possibilidade lógica geralmente não tem a menor importância prática. Portanto, a costumeira visão de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum”. (OLSON, 1999, p. 15).

A maioria das ações engendradas por grupos de pessoas ocorrem por meio de organizações e associações; porém esses agrupamentos só existem para promover os interesses de seus membros. O pertencimento a uma associação não é o que move os atores sociais a se unirem a essa forma de organização, e sim o interesse que ela possa desenvolver. (OLSON, 1999, p. 18). Exceções podem ocorrer nas associações de cunho filantrópico e religioso, visto que delas

não se espera necessariamente que sirvam **somente** aos interesses de seus membros; tais organizações têm outros propósitos considerados mais importantes, independente do quanto seus membros “precisem” pertencer ou se sintam melhorados ou auxiliados pelo fato de pertencer. (OLSON, 1999, p. 18). [grifo meu].

Boudon e Bourricaud (2001) definem ação coletiva a partir do conceito de grupo latente, defendido por Dahrendorf: conjunto de indivíduos que têm como característica um interesse comum. Na situação de o grupo não encontrar nenhuma forma de resistência ou tipo de obstáculo e havendo “consciência” do interesse comum, este grupo atuará “naturalmente” visando atingir o interesse. Então, a tomada de consciência provoca a ação coletiva, cujo objetivo é o interesse comum. Por corolário, os autores discursam que: por um lado, a oposição à ação coletiva se manifesta pela demora na tomada de consciência do interesse comum, por outro, a resistência ocorre quando há interesses contrários, ou díspares, de outros grupos. (BOUDON; BOURRICAUD, 2001, p. 8).

Ainda, Boudon e Bourricaud alegam a impossibilidade de se admitir que a tomada de “consciência” e o reconhecimento do interesse comum sejam suficientes para a promoção da ação coletiva. Para que essa ação aconteça, faz-se necessário satisfazer outras condições relacionadas ao tamanho do grupo, aos mecanismos coercitivos e de estímulo direto, para citar algumas. (BOUDON; BOURRICAUD, 2001, p. 10).

Neste trabalho, compartilharei do conceito defendido por Olson no qual a palavra grupo é utilizada para denotar “um número de indivíduos com interesse comum”, descartando,

assim, o entendimento de que seja aquela reunião de pessoas selecionadas aleatoriamente, também denominada como grupo. Explica-se a minha escolha pelo fato de a maioria das discussões existentes sobre comportamento de grupos basearem-se nos grupos que têm interesse comum. Não se descarta, aqui, o fato do indivíduo pertencer a um grupo, que possui interesses comuns, e manter os seus interesses individuais e que são diferentes daqueles de outras pessoas que compõem o mesmo grupo ou organização. (OLSON, 1999, p. 20).

É possível inferir, a partir da constatação exposta no parágrafo anterior, que subgrupos se formam dentro de grupos maiores, ou pelos interesses individuais existentes, ou por fatores inerentes à organização coletiva. Assim, conflitos podem acontecer dentro de um grupo, já que ele é formado por diversos subgrupos, muitas vezes, antagônicos; o que não descaracteriza o fato de que as organizações existam e sua existência seja fundamentada pelo interesse comum. O importante é que os subgrupos possuem os interesses que são comuns, além dos interesses individuais de cada subgrupo e, algumas vezes, estes interesses residem no fato de derrotar um outro subgrupo. (OLSON, 1999, p. 20).

Para melhor entendimento do nosso estudo, faz-se aqui uma diferenciação: partindo-se do princípio de que o grupo luta por interesses comuns, se este agrupamento atinge seus objetivos, podemos dizer que a organização alcançou um benefício que será usufruído pelo grupo, especificamente. Mas existem benefícios coletivos que atingem um público maior (a nação) e que são proporcionados pela organização do Estado. Esses são os chamados benefícios públicos, que são aqueles benefícios ou serviços mais elementares, proporcionados por um governo, e que alcançam a todos ou praticamente a todos na nação. Mesmo os cidadãos que não arcam com o ônus de se conseguir o benefício público, dele podem usufruir, ou seja, não podem ser excluídos de seu consumo. (OLSON, 1999, p. 26-27).

Na perspectiva da participação e de que o indivíduo não age em prol de um interesse comum, salvo haja ganhos de cunho individual, cabe referenciar aquilo que move o sujeito à participação em um grupo para além dos incentivos econômicos. É sabido que a nossa sociedade valoriza a convivência com aqueles que pertencem a um mesmo ciclo de amizade e, também, busca preservar algumas conquistas no plano deste convívio (prestígio, auto-estima, *status*, etc.). Assim, existem incentivos denominados sociais que fazem com que o indivíduo dê a sua parcela de trabalho em prol do objetivo coletivo.

Esse incentivo social, então, é o que o move a participar de determinada ação coletiva, quando não há o envolvimento de um ganho econômico, visto que é fato “que status social e aceitação social são benefícios individuais, não coletivos”. (OLSON, 1999, p. 72-73).

### **2.1.5 Políticas Públicas**

A discussão, então, sobre benefícios públicos e sociais conduz para a importância do debate sobre as políticas públicas como um ponto que merece consideração na fundamentação teórica deste trabalho. Primeiramente, optei por trazer a definição de cada uma das partes que compõem este termo, para, em seguida, buscar o entendimento do termo como um todo. Segundo Ferreira (2001, p.430), política é o “conjunto dos fenômenos e das práticas relativos ao Estado ou a uma sociedade; a arte e ciência de bem governar, de cuidar dos negócios públicos”. No mesmo dicionário, público é o “relativo ou destinado ao povo, à coletividade, ou ao governo dum país; que é do uso de todos, ou se realiza em presença de testemunhas”. (FERREIRA, 2001, p.450).

Partindo dessas definições, posso inferir que o termo “políticas públicas” tem como significado as práticas do Estado destinadas ao povo. Contudo, se faz necessário aprofundamento maior na análise, para se determinar o que são estas práticas destinadas à sociedade, de modo que, ao se fazer a discussão proposta nesta pesquisa, seja contemplada a forma como se estabelece as interações entre as ações coletivas e o processo de construção de políticas públicas.

Há uma diferenciação entre os termos política e políticas (em inglês, *politics* e *policy*). Apresento, nos parágrafos seguintes, duas perspectivas opostas quanto às formulações sobre esses termos, pois, a exemplo do que defende Rocha (1999, p.11), é possível chegar a um significado que seja mais abrangente, articulando essas duas correntes de pensamento.

Aristóteles já defendia, na Antiguidade, que, para haver política, faz-se necessário a existência de pessoas diferentes convivendo juntas. Neste cenário, as diferenças existentes entre os homens, em determinado momento, tendem a aparecer na expressão do que pensam, o que faz surgirem as diferentes idéias do que seja política.

Não serão abordados, neste trabalho, os conceitos que fazem parte da construção desta idéia, já que estes fogem ao objetivo aqui proposto. Para Hannah Arendt, a característica principal da política é a capacidade de comunicação existente entre os homens na busca

de consensos. Já Weber parte do princípio que o conflito é o fato gerador da política, já que os homens buscam a imposição de suas vontades sobre os outros. Weber diz que o entendimento só é possível em situação de conflito, quando este for primordial para alcançar o sucesso do sujeito. (ROCHA, 1999, p.11-12).

O autor prossegue analisando que o poder é fator determinante, mas a interpretação de Weber diz respeito ao poder enquanto força, que se torna dominação na relação entre os homens. Para Arendt, poder é a formação de uma vontade comum, mediada pela comunicação. De forma mais radical, Carl Schmitt analisa a política como uma luta ou conflito e que esta objetiva-se em manter as fronteiras entre as sociedades diversas. Para ele, distinguir entre o amigo e o inimigo é a definição do que seja domínio político.

Partindo-se dessas visões contraditórias, Rocha (1999, p.13-14) busca articulá-las utilizando-se dos conceitos de Alessandro Pizzorno sobre participação política: defende a participação abarcando as ações que buscam poder e afirmação de valores. Para isso, Pizzorno introduz a noção de “sistema de interesses” e “sistema de solidariedade” para explicar sua tese. Então,

para Pizzorno a política aparece como uma relação dialética entre solidariedade e interesses ou, confluindo as perspectivas apresentadas sobre o conceito de política, entre consenso e conflito, integração e luta. Pode-se colocar a questão em termos de dois momentos inter-relacionados: o momento da “construção do poder” – no sentido de busca do consenso –, que envolve a capacidade de criação de “áreas de qualidade” para a formação do sistema de solidariedade, e o momento da “distribuição do poder”, em que indivíduos ou grupos entram em disputa para fazer valer seus interesses. (ROCHA, 1999, p.14).

Portanto,

pode-se afirmar, por um aspecto, que a política deve ser vista como referida ao conflito de interesses, valores e atitudes. Por outro aspecto, como na disputa política as ações do “outro” estão sempre presentes, implicando em limitações na busca de objetivos para ambas as partes, a política introduz também a necessidade da interação e cooperação, consenso ou solidariedade. (ROCHA, 1999, p.15).

Pensando em termos de sociedade moderna, observa-se que a principal característica da política é a diferenciação social, ou seja, para além de especificidades identitárias (idade, sexo, religião, gênero, renda, escolaridade, etc.). Os membros desta sociedade possuem, também, “idéias, valores, interesses, e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência”. (RUA, 1998).

Surge, na modernidade, uma sociedade bastante complexa, fator que ocasiona, em seu interior, conflitos freqüentes. Assim, Rua (1998) explica que para a manutenção de uma sociedade com condições dignas de sobrevivência e que possa progredir, é necessário

que se mantenha o conflito dentro de limites aceitáveis. Para isso, os meios existentes são a coerção e a política. A coerção, segundo a autora, esgota-se rapidamente, já que, com o tempo, esta passa a não exercer efeitos e seus custos se elevam. Continuando, a autora afirma que

resta, então, a política. Esta envolve coerção – principalmente como possibilidade – mas que não se limita a ela. [...] política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. (RUA, 1998).

Discutida a concepção assumida para a definição de política, cabe lembrar que as relações que acontecem no seu âmbito, na maior parte das vezes, visam o controle do Estado, em territórios delimitados, organizados a partir de um sistema de solidariedade, apesar de acontecerem, no interior destes territórios, alguns conflitos por dominação. Por não haver objetivos perpétuos, a política se pauta pelos fins a que um grupo se propõe. Assim, se faz necessário existir uma ordem pública, organizadora das relações internas, que é denominada de poder político. Este se sobrepõe a outras formas de poder. Portanto, o controle do Estado gera influências, já que ele é fonte de poder, o que provoca o estabelecimento de uma estrutura administrativa e de domínio, que necessita ser duradoura. (ROCHA, 1999, p.16).

Assim, é postulada uma subestrutura do conceito de política, denominado políticas ou políticas governamentais: são as formas de subtração ou transferência de recursos de alguns setores da sociedade para outros setores, alocados através de tomada de decisão ou formação de políticas, de forma imperativa. As políticas governamentais devem ser consideradas como os principais elementos analíticos da política. Então, políticas serão definidas como “efeitos provocados por um conjunto complexo de forças, que surgem na medida em que certos problemas apresentam soluções viáveis”. (ROCHA, 1999, p.18-19).

Para o autor, as políticas referem-se a decisões governamentais feitas para atacar problemas, visam a construir possibilidades entre uma situação presente e um futuro possível; referem-se a um programa de ação governamental; são predicados dos governos; têm como função a distribuição de recursos escassos na sociedade; são decisões governamentais. Então, políticas públicas (*policies*)

são outputs<sup>16</sup>, resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. [...]

---

<sup>16</sup> Do inglês: produção, rendimento. Novo Michaelis. Dicionário Ilustrado. Volume I. Inglês-Português. 25ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1979.

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, 1998, grifos do autor).

Outra discussão necessária nesta exposição é sobre o caráter das políticas públicas, o que significa dizer que elas não são privadas ou coletivas. O significado público não diz respeito ao tamanho do grupo social que estas políticas conseguem atingir, mas sim à sua característica imperativa. Em outras palavras, a dimensão pública é dada pelo fato de serem elas compostas por decisão (ões) e ação (ões) que trazem consigo o marco da autoridade soberana do poder público. (RUA, 1998).

As políticas públicas, até a década de 80, tinham como característica a centralização decisória e financeira (localizada na esfera federal), a fragmentação institucional e o caráter setorial. Além destas características, elas eram excludentes e seletivas, visto que a implementação e distribuição dos recursos referentes a elas eram influenciadas pelo clientelismo político, o corporativismo e o insulamento burocrático. (FARAH, 2001, p.122-123).

Como agravante, observa-se que, quando a discussão girava em torno de políticas chamadas de “massa”, embates acalorados e questões que geravam impasses vinham à tona, o que provocava um

ambiente decisório pantanoso, com baixa velocidade de processamento, frágeis e efêmeras hegemonias e altos custos de transação. A inércia e a estagnação dificultam movimentos de ruptura e/ou desequilíbrios capazes de liberar energias transformadoras represadas no tecido social e/ou no *background* das instituições envolvidas. [grifos do autor]. (GAETANI, 1997, p.8).

Com o processo de redemocratização, vivido pelo Brasil, a partir da década de noventa, a agenda constituída pelos governos de oposição tomou como eixo de suas discussões a democratização dos processos decisórios, já que isto poderia resultar na eficiência da distribuição das políticas públicas. Nasce a idéia da descentralização e da participação dos cidadãos na formulação e implementação dessas políticas. (FARAH, 2001, p.125).

Ao se transferir parte da responsabilidade sobre as políticas públicas para as esferas locais de governo, o governo central faz emergir, no contexto de nossa sociedade, a atuação e participação de novos atores, fazendo com que os municípios tenham sua importância aumentada, exponencialmente, no campo das políticas sociais. Surge, assim, a necessidade de uma maior articulação da população em torno de seus

interesses, na busca da integração da formulação das políticas voltadas para ela. (FARAH, 2001). Estas mudanças no âmbito da atuação política fazem com que os governos locais assumam

um papel de coordenação e de liderança, mobilizando atores governamentais e não-governamentais e procurando estabelecer um processo de “concertação” de diversos interesses e de diferentes recursos em torno de objetivos comuns. Através dos novos arranjos institucionais assim constituídos, tende a crescer a perspectiva de sustentabilidade de políticas públicas que, de outra forma, poderiam sofrer solução de continuidade a cada mudança de governo. (FARAH, 2001, p.142).

Faz-se necessário pontuar que é preciso a manutenção de um aparato que vá além daquele criado e/ou surgido para a participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas. É preciso que todos os cidadãos tenham acesso e possam acompanhar a implementação das políticas e, num momento posterior, convém que eles participem de mecanismos de avaliação desta política, ou seja, que eles efetivem aquilo que chamamos de controle social.

O estudo aqui apresentado contempla a análise acerca da política e das políticas públicas. O horizonte da pesquisa é a observação do processo de marginalização sofrido no trato da educação de jovens e adultos, nas discussões que ocorreram durante a reforma educacional, na segunda metade da década de 90.

Neste período, a reforma de Estado, adotada no Brasil, assumiu preceitos que apregoavam a restrição dos gastos públicos. Como a reforma era norteada pelas diretrizes da desconcentração, da focalização e da redefinição das atribuições dos setores públicos e privados, surgiu um conflito no campo da educação envolvendo aqueles que estavam comprometidos com a educação popular, devido ao processo de exclusão da EJA das fontes de financiamento.

As informações que analisamos autorizam concluir que, ao longo dos últimos quinze anos, o financiamento público da educação de jovens e adultos manteve-se contido em patamares irrisórios, sempre inferiores a 1% da despesa total com educação e cultura realizada pelas três esferas de governo. Esse resultado não se deve exclusivamente ao fato de que o contingente de estudantes matriculados nas redes públicas de ensino supletivo seja reduzido, de vez que em 1997 as matrículas nesta modalidade de ensino representavam 5,85% do ensino básico público no seu conjunto. Os cálculos aproximados do gasto público médio por aluno ao ano demonstram que o investimento realizado na educação de jovens e adultos é aproximadamente nove vezes menor que aquele realizado no ensino básico regular. (DI PIERRO, 2000, p.14).

Então, emergiu-se<sup>17</sup> “o movimento dos fóruns de educação de jovens e adultos, conformando espaços públicos de expressão e legitimação de reivindicações, diálogo e negociação”. (DI PIERRO, 2005, p.1123).

Diante da nova configuração política nacional, da compreensão e do reconhecimento da educação de jovens e adultos como sendo um direito do cidadão e do entendimento da necessidade de que novas formas de associação coletiva ocorram para a defesa das prerrogativas legais dos membros da sociedade é que surge e se consolida a idéia desta pesquisa. Ou seja, estabeleço o estudo do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva de que, ao analisar a articulação do Fórum com as políticas públicas e as ações coletivas, eu ofereça um entendimento mais claro sobre qual seja a função por ele desenvolvida e de qual seja a sua eficiência no cumprimento de seu papel.

#### **2.1.6 Fórum: Que objeto é esse?**

Historicamente, o *Forum*, característico das grandes cidades romanas, era um espaço pavimentado, uma ampla praça pública, onde funcionava o centro de todo o planejamento. Era lá que aconteciam as feiras, nas quais os aldeões vizinhos vinham trocar produtos. A estes lugares de mercado, os romanos chamavam *Fora*. Estes locais deram origem às povoações e às cidades importantes.

O *Forum* era circundado por edifícios (edifícios públicos e administrativos), templos (edifícios religiosos) e lojas. O *Forum* era o centro da vida religiosa, política, judicial, social e comercial da cidade. Nele, encontravam-se todo o tipo de pessoas: advogados e litigantes, banqueiros e corretores, comerciantes, prostitutas, vadios e outros.

O mais importante deles foi o *Forum romanum*, que com o fim da República, tornou-se demasiado pequeno para a cidade. Os Imperadores Júlio César, Augusto, Vespasiano, Nerva e Trajano mandaram construir novos *Fora*. Com o declínio de Roma e com o advento de Constantinopla, que se tornou, no período, o centro do mundo, assiste-se ao declínio do *Forum*. (OLIVEIRA, 2000).

---

<sup>17</sup> Outros motivos desencadearam esse movimento, mas cabe ressaltar a importância do movimento realizado no Brasil preparatório à V CONFINTEA, que será retomado mais à frente nesse trabalho, bem como, um dos resultados desta Conferência, a “Agenda para o Futuro”, que nos seus itens 3, 12 e 14, deixa recomendações para o fortalecimento da participação da sociedade nas discussões de políticas públicas para a EJA. Para consulta à Agenda para o Futuro da Educação de Adultos, acessar o endereço: <http://www.unesco.org/education/uie/confintea/agendeng.htm>. Acesso em 16/05/2008.

A noção de *Forum* como espaço de intercâmbio mantém-se ainda hoje, embora esteja ligada a novos contextos. Fala-se de *Forum* para se designar um espaço físico urbano e bem delimitado, mas, sobretudo, para traduzir uma possibilidade de interação, discussão e de troca.

Segundo o blog<sup>18</sup> da professora Neiva Cardins<sup>19</sup>, o termo “fórum” é proveniente do latim *forum*, originando-se na fase republicana romana aproximadamente há 600 anos a.C. e apresenta os seguintes significados:

- sentido próprio: recinto ou cercado em volta de uma casa;
- linguagem rústica: partes do lugar onde se colocam as uvas ou as azeitonas para serem pisadas;
- sentido genérico: praça pública na antiga Roma, local para debates ou reunião para o mesmo fim, centro de múltiplas atividades.

Assim, para o termo fórum, pode-se pensar: em limites (em volta de), em transformação (uvas e azeitonas pisadas, para serem transformadas em vinho e azeite) e em presença, interação, participação (debates, reunião).

O significado do termo evoluiu desde sua criação. No campo jurídico, ele pode significar sala de julgamentos, onde se examinam e julgam os crimes e os criminosos, ou, ainda, demandas que precisam de um mediador para ser resolvidas. No campo educacional, ela pode ser entendida como uma sessão de discussões a respeito de temas de interesse de um grupo, com finalidades decisórias e/ou pedagógicas<sup>20</sup>.

No Dicionário de Língua Portuguesa On-Line/Priberam, “fórum” é definido como reunião ou local de reunião sobre tema específico ou para debate público; seminário; congresso; encontro<sup>21</sup>.

No Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa<sup>22</sup>, encontramos:

**fo.ro** <sup>1</sup> *sm (lat foru)*

**1** *Antig rom* Praça de mercado, onde também se faziam as reuniões públicas e se julgavam as causas nas cidades romanas. **2** *por ext* Lugar onde se exercem os debates judiciais e se trata dos negócios públicos.( ó).

---

<sup>18</sup> Um weblog, blog ou blogue é uma página na Internet cujas atualizações (chamadas posts) são organizadas cronologicamente de forma inversa (como um diário). Estes posts podem ou não pertencer ao mesmo gênero de escrita, referir-se ao mesmo assunto, ou ter sido escritos pela mesma pessoa.

<sup>19</sup> <http://e-foruns.blogspot.com/>.

<sup>20</sup> Definição encontrada em <http://e-foruns.blogspot.com/2007/11/etimologicamente-falando.html>.

Publicado em 3 de novembro de 2007. Acesso em 04-01-2008.

<sup>21</sup> <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>.

<sup>22</sup> <http://www2.uol.com.br/michaelis/>.

**fo.ro**<sup>4</sup> *sm (lat foru)*

**1** Quantia ou pensão que o enfiteuta de uma propriedade paga anualmente ao senhorio direto. **2** Domínio útil de uma propriedade. **3** Encargo habitual. **4** Imunidade. **5** Uso ou privilégio garantido pelo tempo ou pela lei. **6** Tribunal judicial. **7** Jurisdição. *sm pl* Direitos, privilégios, imunidades: *Pedro adquiriu foros de cidadania*. *F. civil*: tribunal ou juízo em que se tratam as causas de natureza civil ou se decidem os casos litigiosos dos civis. *F. competente*: juízo onde a causa deve ser tratada. *F. comum*: juízo perante o qual se tratam as causas em geral. *F. criminal*: juízo que julga os autores de crimes. *F. especial*: juízo em que são processados e julgados, privativamente, os funcionários públicos, os magistrados e os militares, quando praticam delitos funcionais. *F. militar*: juízo especial onde são processados e julgados os membros das classes armadas por infrações de caráter militar. *Pl: foros (ó)*.

### *Fórum e as Ações Coletivas*

Entender o movimento dos fóruns a partir da noção das ações coletivas é uma escolha feita neste trabalho, por vários motivos:

Amparo minha decisão em Alain Touraine, quando esse autor aponta que

é necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política. É aceitável aplicar análises, ligadas à noção de “*resource mobilization*” a todas as formas de ação coletiva e de conflito. Aliás, é mais aceitável que as ações coletivas consideradas possam ser analisadas mais em termos de busca de participação no sistema político, mas não há dificuldade de princípio em aplicar essa categoria a todos os tipos de ação coletiva. Em compensação, a sabedoria residiria em reservar o emprego da categoria “movimentos sociais” ao conjunto dos fenômenos que, de fato, receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica. O essencial, aqui, é reservar a idéia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. (TOURAINÉ, 2006, p.18).

Sendo assim, prossegue o autor,

um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito. (TOURAINÉ, 2006, p.19).

Entendo que o movimento dos fóruns, apesar de se organizar em torno de um objetivo comum e de enfrentar conflitos no âmbito da educação, não possui um adversário a combater. Mas se articula na busca do entendimento entre os diversos segmentos da nossa sociedade, procurando encontrar os caminhos que possam qualificar e melhorar as condições de acesso e da prática da EJA.

A idéia de Touraine é reforçada por Haddad (2007, p.14), visto que, na opinião deste segundo, “os fóruns podem ser considerados parte de um movimento por educação de

jovens e adultos [...] Os fóruns continuaram de forma autônoma, reunindo-se de tempos em tempos, passando a ser espaço de diálogo e troca de informações. [...] Dependendo da natureza do fórum em cada estado e da composição dos seus participantes, tornam-se mais ou menos eficazes como força de pressão.”.

Os fóruns ganharam importância, nos últimos anos, por se constituírem em uma instância de articulação entre várias ações coletivas, que trabalham em prol da cidadania e na construção de políticas públicas. Eles servem como elementos de mediação entre a sociedade de base local e o Estado.

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. (SCHERER-WARREN, 2006, p.114).

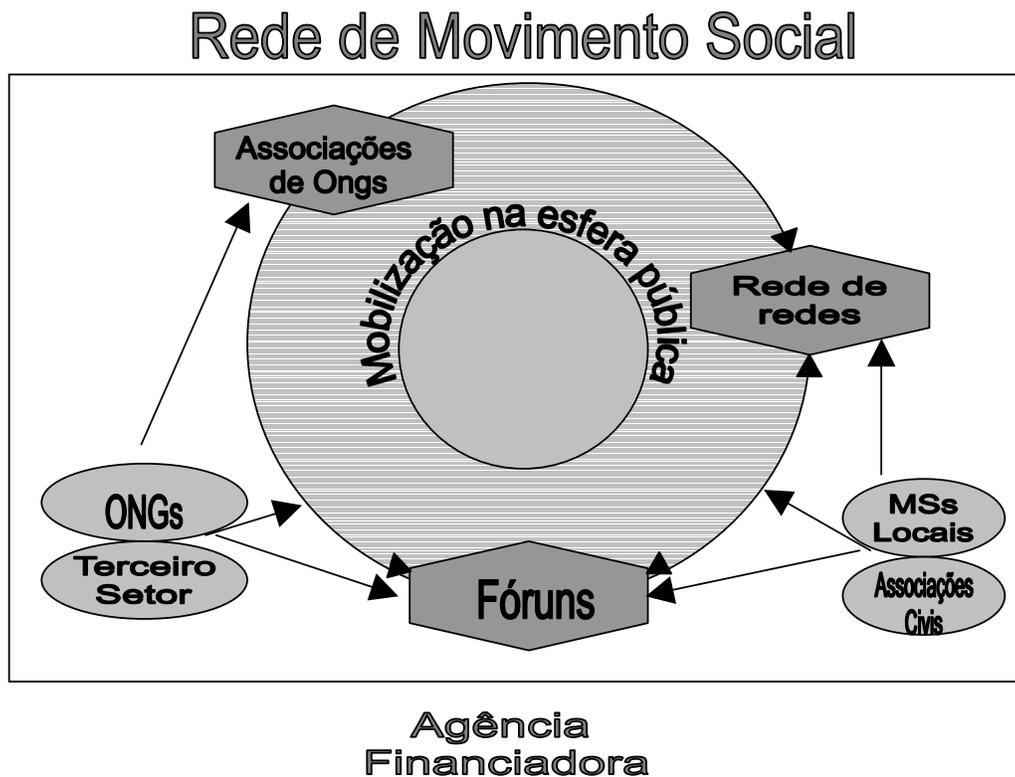


Figura 1 – Organização da sociedade civil, atualmente. (SCHERER-WARREN, 2006, p.114).

### *O Movimento dos Fóruns no Brasil*

No Brasil, o movimento dos fóruns de educação de jovens e adultos nasceu a partir das discussões realizadas no cenário mundial, das quais nosso país participou, inclusive como signatário de acordos provenientes destes encontros, sendo que o mais importante encontro desta agenda foi a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA).

Professores de universidades públicas e educadores ligados à educação popular, que participaram dos encontros preparatórios para a reunião mundial, trouxeram os debates realizados durante esse período para a agenda do nosso país, deflagrando o processo de surgimento do primeiro fórum, o do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1996, com o apoio das universidades públicas e do Ministério da Educação. Cabe salientar que algumas dessas pessoas estiveram presentes nessa Conferência, realizada na Alemanha, no ano de 1997, na cidade de Hamburgo.

De acordo com Soares (2001, p.204), as reuniões faziam parte de uma agenda que contava com a participação de vários segmentos da sociedade brasileira, os quais lutavam pela EJA. Dentre eles, estavam os governos estaduais e municipais, as universidades e as empresas da iniciativa privada.

A agenda de encontros contou, dentre outros, com os encontros estaduais de Educação de Jovens e Adultos, seguidos de encontros regionais (em Curitiba e em Salvador), um encontro nacional (em Natal) e um encontro latino-americano (em Brasília, no mês de janeiro de 1997), culminando com a Conferência Internacional, na Alemanha. (SOARES, 2001, p.204).

Antes disto, o Ministério da Educação (MEC) criou a Comissão Nacional de Jovens e Adultos (CNEJA) que

buscou incrementar essa mobilização. Para tanto, recomendava-se realizar em cada estado um encontro para diagnosticar as metas e as ações de EJA naquele território. Desde então, as instituições que se envolveram no evento estadual do Rio de Janeiro decidiram dar prosseguimento a esses encontros, criando assim aquele que seria o primeiro fórum de EJA no Brasil. (SOARES, 2003, p.16).

Di Pierro (2005, p.1130) afirma que o movimento dos fóruns surge quando ocorre o acirramento das divergências nascidas nos encontros estaduais e regionais, entre os diferentes segmentos presentes, no momento que o governo federal assume uma postura autoritária e intransigente na coordenação das políticas para a educação de jovens e adultos, inclusive com o fechamento do diálogo com a sociedade.

Neste período, verificou-se, ainda, a “perda na capacidade de coordenação do MEC nesse campo educativo [a EJA], de que são sinais a desativação do conselho consultivo até então existente<sup>23</sup> e a dispersão de programas de educação de pessoas adultas em outros órgãos públicos federais.” (DI PIERRO; GRACIANO, 2003, p.15).

A sociedade se vê obrigada a adotar estratégias de articulação descentralizadas, com o intuito de permitir a discussão da gestão e o controle das políticas educacionais. Esta articulação tinha como característica a criação de espaços públicos e sem marcas de institucionalidade. Nestes, as representações governamentais e não-governamentais poderiam se reunir com a perspectiva de se informar, formar, mobilizar e intervir. (DI PIERRO, 2005, p. 1130-1131).

Constitui-se, então, “um movimento nacional de continuidade da V CONFINTEA, que se materializa na criação de fóruns estaduais de EJA”. (SOARES, 2002, p.9).

O primeiro deles, o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro foi uma estratégia de trabalho que

contribuiu para a desconstrução de posturas e atitudes centralizadoras, adquiridas ao longo de muitos anos na sociedade, possibilitando o estabelecimento de relações mais igualitárias, fator decisivo para um processo de democratização da educação nas esferas locais, como preconiza a LDB, ao mesmo tempo que representava um grupo de pressão organizada e permanente, em defesa dos interesses da educação de jovens e adultos. (PAIVA, 2004, p.36).

Já Dantas (2005), por sua vez, define o Fórum do Rio de Janeiro como

uma articulação informal de diversos segmentos da sociedade civil na luta pelo direito à educação. [...] uma nova institucionalidade, pois é palco de uma forma particular de ação política. Sua pretensão não é somente cobrar e exigir, mas é construir coletivamente, junto aos que atuam na EJA e, principalmente, com os que formulam as políticas para este segmento. (DANTAS, 2005, p.7).

Para Paiva (2000), o papel desses fóruns é o de ser uma

articulação informal de educadores e educadoras, que somam suas experiências em movimentos da sociedade civil, ONGs, Prefeituras, Secretaria de Estado da Educação, Universidades, pelo interesse em discutir, fortalecer e propor caminhos para a educação de jovens e adultos... (PAIVA, 2000, pág. 2).

---

<sup>23</sup> A autora se refere, aqui, à “Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA) na qual tinham assento representantes dos governos subnacionais, das instituições de ensino superior, igrejas, confederações empresariais e de trabalhadores, dentre outras organizações da sociedade civil. Divergências acirradas no processo de consulta preparatório à V Confinteia foram a provável razão pela qual o MEC desativou a CNEJA, sem contudo anular a Portaria pela qual a Comissão fora designada.” (DI PIERRO; GRACIANO, 2003, p.16).

Outro autor menciona que,

os fóruns tomaram para si os compromissos firmados pelo país na V CONFINTEA e, nos anos que a ela se seguiram, utilizaram uma estratégia de articulação em rede para organizar anualmente, em colaboração com instâncias dos três níveis de governo, Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), quando o movimento tenta influir nas políticas em âmbito nacional. (DI PIERRO, 2005, p.1131).

Silva (2003), ao abordar os fóruns estaduais de educação de jovens e adultos, busca categorizá-los a partir de uma perspectiva sociológica e afirma que os Fóruns possuem as características de um movimento social e, por isso, devem ser considerados como pertencentes a esta categoria. De acordo com o autor, quando se refere ao Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba – movimento com as mesmas características básicas de grande parte dos fóruns estaduais, “o fenômeno pesquisado adquire a característica de um movimento social, por ser um produto da ação humana”. (SILVA, 2003, p.1).

Em seu trabalho, Silva (2003) define o Fórum Estadual da Paraíba como Novo Movimento Social, devido às especificidades por ele apresentadas enquanto movimento. Pensamento semelhante apresenta Dantas (2005) ao dizer que

a trajetória do Fórum evidencia elementos que o configuram como um expressivo movimento social, que busca garantir ampla e democrática participação da sociedade civil na formulação de políticas, em defesa da melhoria da situação educacional de extensa parcela da população. (DANTAS, 2005, p.16).

Por outro lado, no mesmo trabalho, a autora traz uma outra idéia sobre o que é o Fórum do Rio de Janeiro, quando ela diz que este Fórum

se autodenomina como articulação informal, e essa denominação tem-se traduzido na sua organização. Ao contrário dos estudiosos da área que sinalizam para uma progressiva formalização das ações dos movimentos sociais, o Fórum tem procurado manter-se na informalidade e busca introduzir uma lógica diferenciada à sua estrutura, fomentando uma nova cultura política e organizacional, na esfera da sociedade civil. (DANTAS, 2005, p.31).

Doimo (2004) discorda da colocação dos fóruns estaduais de EJA dentro da categoria de movimentos sociais, defendendo que a configuração dos fóruns não os torna movimentos integrantes da categoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Ela afirma que esse modelo de movimento social já se esgotou, em detrimento a um outro que é emergente no Brasil. Segundo ela,

o tema dos NMS já teve seu "ponto alto" entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980 e, no Brasil, foi utilizado como sinônimo de movimentos sociais urbanos (carências de meios de consumo coletivo, como transporte, habitação, saúde, saneamento, etc.). [...] Com o tempo a nomenclatura caiu em desuso e perdeu, por assim dizer, eficácia teórica.

Entretanto, tornou-se corriqueiro chamar de "novos" aqueles movimentos referidos a questões raciais, étnicas, de gênero e faixa etária, que manifestam-se através de "identidades". (DOIMO, 2004).

A pesquisadora prossegue dizendo que

os Fóruns podem ser pensados como dispositivos orgânicos de agregação de interesses decorrentes desses conflitos de ação direta [conflitos ocorridos no âmbito do Estado Capitalista em crise, a despeito dos canais de representação política]. Há, contudo, quem veja nisto a construção de "novos espaços públicos", no sentido da ampliação e do aprofundamento da democracia. (DOIMO, 2004).

Haddad (2007)<sup>24</sup> avalia que o movimento de EJA, do seu início até os dias de hoje, mudou muito nas suas características e nas suas formas de organização. Em sua opinião, os Fóruns deram capilaridade ao movimento de Educação de Jovens e Adultos e, talvez, certa amplitude. Mas, ao mesmo tempo, um fato interessante, prossegue Haddad, é que, no âmbito nacional, o movimento de EJA perdeu força. Eles deixaram para trás um certo espaço, já que o movimento cresceu muito. Para ele, os Fóruns cresceram muito enquanto fóruns e não como instâncias políticas de representação.

Para ele, os últimos anos foram aqueles nos quais, de fato, a Educação de Jovens e Adultos ganhou espaço e políticas, perdendo a idéia de serviço social, culminando com a sua incorporação no financiamento, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Avalia que a EJA cresceu como base e, talvez, tenha perdido como força reivindicativa. Mesmo correndo o risco de estar sendo injusto, é o que percebe.

Ao mencionar o Fórum Social Mundial (FSM) e o movimento dos fóruns, avalia que o primeiro é um espaço de troca, de encontros, de intercâmbio e de fortalecimento. Segundo ele, isso vem da idéia antiga do *forum* grego, como um espaço horizontal, de decisões coletivas. Para Haddad (2007), o movimento dos fóruns apresentou um crescimento em prol desta necessidade específica de articulação e ampliação e, então, continuou a crescer.

Ele prossegue dizendo que um dos espaços políticos existentes para a discussão da Educação de Jovens e Adultos no país, a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), não interage suas ações e/ou decisões com os fóruns. Questiona em qual medida as representações dos fóruns encaminham as demandas dos mesmos para a Comissão. De outra forma, questiona se a CNAEJA

---

<sup>24</sup> Informações obtidas através da gravação realizada na palestra proferida pelo Professor Sérgio Haddad, na reunião do Interfórum, no dia 25-05-07, na sala de Vídeo-conferência da FaE-UFMG.

apresenta suas necessidades para discussão dentro dos fóruns. Exemplifica dizendo que, durante o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, a EJA não discutiu e não soube o que houve no evento e que este é um exemplo de que a EJA cresce na base, mas perde a dinâmica do ponto de vista político.

Reforçando esse crescimento na base do movimento, conforme as ponderações feitas por Haddad, e, seguindo uma tendência adotada em nosso país nos últimos anos, o movimento dos fóruns percebeu, também, que o processo de interiorização de suas ações era um caminho a ser traçado, surgindo, a partir dessa percepção, as instâncias regionais. Segundo Bandeira (2006), a

institucionalização de "micro" e "meso" regiões acompanha uma tendência observada nas duas últimas décadas, tanto na literatura quanto na prática das políticas relacionadas com o tema. A valorização dessas escalas contribui para o ajuste das políticas regionais brasileiras ao novo paradigma dominante da área, que enfatiza a influência da dinâmica interna das regiões – inclusive em termos políticos e sociais – sobre o seu potencial de desenvolvimento. (BANDEIRA, 2006, p.34).

Esse modelo, segundo o autor, pensado na Europa para estimular o crescimento econômico de regiões mais pobres através da criação de distritos industriais, encontrou dificuldades de promover o desenvolvimento pretendido. Então, foram pensadas novas alternativas que

buscavam promover a competitividade por meio da mobilização do potencial endógeno das regiões. Elas tendem a favorecer ações concebidas "de baixo para cima", envolvendo múltiplos atores, que são específicas para cada região e adotam uma perspectiva de longo prazo. O novo enfoque destaca a importância de fatores como a influência das instituições formais e informais, os valores e as racionalidades dos atores, as suas características culturais e comportamentais, e a composição das redes sociais e econômicas. (BANDEIRA, 2006, p.34).

Outro fato que colaborou com a tendência em se criar regiões menores, para as discussões no âmbito político, é o surgimento de uma corrente denominada “democracia participativa”<sup>25</sup>, do campo da Teoria Política. Essa corrente defendia e anunciava o caráter essencial da deliberação pública no sentido de que se possa conceder legitimidade às decisões democráticas, o que promoveu um impacto em áreas da administração pública, principalmente no planejamento urbano. O que se pregava é que deveria haver consensos e interação entre aqueles que formulavam as políticas públicas

---

<sup>25</sup> Segundo Santos citado por Marques (2008, p.71), a democracia participativa constituiria um dos grandes campos sociais e políticos, nos quais, no início do novo século, a emancipação social está sendo reinventada. Ela está ligada aos processos de democratização por que passaram os países do Sul, nos quais houve um processo de redefinição de seu significado cultural e da gramática social, possibilitando a disputa pelo significado de práticas políticas e a incorporação de novos atores sociais e novos temas à democracia.

e a comunidade. Assim, explica-se a tendência de que a institucionalização de “micro” e “meso” regiões seja o caminho para a modernização da administração pública no Brasil. Obedecendo-se a este formato, diversos modelos de conselhos e fóruns foram criados e usados como espaços de representação e articulação da sociedade e seus atores, em várias cidades no nosso país. (BANDEIRA, 2006, p.34-35).

Encontra-se em estudo<sup>26</sup> quais critérios foram utilizados para a criação de fóruns regionais de Educação de Jovens e Adultos. Contudo, acredito que um dos princípios fundamentais é o da construção de um espaço coletivo onde os atores e suas regiões específicas pudessem se articular e se mobilizar, devido ao fato de que a existência de um fórum centralizado, normalmente sediado na capital do estado, não contemplaria plenamente estas regiões. Esse é um princípio que pode favorecer o reconhecimento dessa região como um lugar politicamente relevante. Leve-se em conta, também, que a

formação de uma imagem conceitual e simbólica da região serve para distingui-la de outros territórios, compondo a base para a formação de uma identidade regional. Ela pode apoiar-se em elementos históricos, culturais, econômicos ou ambientais que diferenciem a região. Especialmente importante é o fato de a região receber um nome, que sintetize a idéia de uma identidade própria. (BANDEIRA, 2006, p.35).

Assim, os fóruns estaduais e regionais

devem ser entendidos, simultaneamente, como instâncias de representação, debate e deliberação e como organizações que promovem processos de articulação dos atores locais. São importantes para a construção social e política das regiões, fortalecendo redes e práticas de alcance "regional" e ajudando a transformar os territórios em "entes coletivos". [...] Além disso, proporcionam ao poder público um interlocutor para a formulação e implementação de ações de promoção do desenvolvimento, cuja legitimidade e representatividade seja reconhecida pelo conjunto dos atores regionais. (BANDEIRA, 2006, p.36).

Embasando-me no pensamento de Brown, citado por Bandeira (2006), acredito que os fóruns de EJA podem ser caracterizados como uma instância

de articulação dos atores regionais, [onde] essas instâncias podem ser caracterizadas como *bridging organizations*, que são instrumentos de integração entre diferentes entidades. A principal função das *bridging organizations* é possibilitar que atores com perfis e interesses diversos cooperem no sentido de formular e implementar soluções conjuntas para problemas complexos. (BANDEIRA, 2006, p.36, grifos do autor).

As *bridging organizations* podem desempenhar importantes papéis no sentido de formar coalizões para ações de *advocacy*<sup>27</sup>. Isso significa que podem ter como objetivo a inclusão de novos temas nas agendas governamentais, a mudança de prioridades nas

---

<sup>26</sup> Pesquisa de mestrado em andamento, na FaE-UFGM, em fase final de conclusão.

<sup>27</sup> Atividades desenvolvidas com a finalidade de influenciar a formulação de políticas públicas.

ações a serem empreendidas na agenda governamental, além de procurarem influenciar as características de determinadas políticas ou desejarem garantir a sua efetiva implementação. (BANDEIRA, 2006, p.36).

Discutindo sobre o papel e os objetivos dos Fóruns, entendidos como instância de representação e deliberação, segundo (BANDEIRA, 2006), estes espaços de discussão

devem formular propostas e demandas para serem discutidas com as instâncias do poder público ou para serem diretamente implementadas pelos próprios atores regionais ou por agências por eles criadas. Para que suas decisões possam ser consideradas legítimas, sua composição deve ser abrangente e plural, e suas decisões devem ser adotadas preferencialmente por consenso ou, no mínimo, por ampla maioria. O número de membros deve ser suficiente para acolher os segmentos mais relevantes da sociedade da região – não excluindo nenhum que manifeste interesse em dele participar – além de compor uma representação que inclua elementos ligados às diferentes porções do território. (BANDEIRA, 2006, p.36).

O autor menciona que, no seu funcionamento, os fóruns podem ser lembrados como um exemplo do conceito de “situação ideal de fala”, da teoria da ação comunicativa de Habermas, conceito este que define que em

um contexto ótimo de comunicação, pressupondo que todos aqueles que tenham um interesse legítimo em participar da discussão de um tema tenham o direito de expressar livremente suas opiniões, que a influência das desigualdades de poder seja eliminada, que haja uma busca sincera do entendimento, que não ocorra comportamento manipulativo, e que todos sejam obrigados a argumentar racionalmente em defesa de suas posições, para que os resultados da discussão e da deliberação decorram apenas da força dos melhores argumentos. (BANDEIRA, 2006, p.37)

Uma outra característica defendida pelo autor é que os fóruns

devem ser autônomos em relação ao poder público. Pode ser admitida a participação de entidades ligadas a governos. No entanto, sua representação deve ser minoritária e restringir-se a órgãos cuja atuação esteja diretamente ligada à região, como é o caso de universidades ou outras instituições públicas de ensino superior. Representantes de outros órgãos públicos devem colaborar com o trabalho dos fóruns ou conselhos, sem deles fazerem parte com direito a voto. Sua atuação não deve interferir com a autonomia dos fóruns ou conselhos, especialmente de forma que possam caracterizar tentativas no sentido de direcionar suas deliberações. (BANDEIRA, 2006, p.37).

É importante que os fóruns produzam

propostas e demandas relevantes para o desenvolvimento da região. Cabe ao poder público discutir as propostas com a comunidade, seja viabilizando sua execução, seja solicitando sua reavaliação e reformulação. O aspecto mais importante da atuação dessas instâncias é promover a interação, primeiro entre os próprios atores da região, para criar consensos, articular demandas e formular propostas, e depois entre os atores e o poder público, para permitir o aperfeiçoamento e a implementação das propostas. (BANDEIRA, 2006, p.37).

### *O Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos*

Impulsionados pelo surgimento do Fórum do Rio de Janeiro, outros estados se integraram ao movimento iniciado a partir da V CONFINTEA e se articularam para a criação de seus próprios fóruns. Foi o caso de Minas Gerais, que viu surgir o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos em junho de 1998 e teve seu primeiro encontro, conforme Matos (2002), realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG).

Naquela reunião, aqueles que estavam presentes no Fórum decidiram proporcionar a continuidade dos encontros e propuseram que os mesmos se realizassem mensalmente e, neles, as pessoas estariam discutindo a Educação de Jovens e Adultos no Estado de Minas Gerais. Segundo Soares (2003, p.16), a proposta de continuidade se justificava pelo fato de que as pessoas ali reunidas estavam bastante motivadas pelo que acontecia no Rio de Janeiro, na instância educacional, devido ao andamento do Fórum do estado carioca.

Na época da sua criação, existia no Fórum um coletivo, que levantava e discutia temas de interesse do grupo, cujo objetivo era o de se chegar ao consenso sobre o que seria levado para as reuniões. Essa discussão era subsidiada pelas demandas trazidas da plenária e uma comissão se incumbia de possibilitar o atendimento das demandas levantadas, a partir dos participantes do Fórum. Isso foi logo no início do Fórum, em 1998. (CARY GRANT).

Segundo o entrevistado, quanto à organização do Fórum, nesse período inicial, primeiramente, o grupo que ali estava presente procurou organizar uma comissão composta por um representante de cada grupo: UFMG, Delegacia Regional do MEC (DEMEC), um representante de ONG, um representante de uma entidade religiosa evangélica e um professor de rede pública.

Prosseguiu dizendo que o funcionamento era sem muita estrutura, utilizando a DEMEC como apoio. As discussões aconteciam no grupo maior (as plenárias) e, então, era marcada uma reunião da comissão, que se encontrava em outro momento para organizar a próxima plenária. Para facilitar o trabalho, segundo o entrevistado, visto que nem sempre conseguiam uma comunicação eficiente com o grupo maior, deliberaram que a reunião plenária do Fórum aconteceria, sempre, na última sexta-feira do mês, no período da tarde, e em local pré-definido. Ou seja, acontecia o debate, pelo grupo maior, sobre o próximo assunto a ser tratado no Fórum e a comissão buscava organizar o

próximo encontro. “A gente pegava, definia, tirava a tarefa, quem vai fazer o quê e cada um saía executando e, no final, tudo dava certo”. (CARY GRANT).

Relatou que uma das maiores dificuldades que o Fórum encontrou em seu começo foi quanto a participação dos membros. Como não havia apoio financeiro, pensavam que era necessário trazer entidades que dessem credibilidade ao Fórum e que pudessem fortalecê-lo. Um revés nessa trajetória foi a extinção da DEMEC, pois era esta a instituição que fornecia o apoio necessário para todo o funcionamento<sup>28</sup> do Fórum. Disse que foram momentos difíceis, mas que, a partir do ocorrido, todos começaram a buscar uma forma de fazer com que a SMED-BH reconhecesse e assumisse o Fórum. (CARY GRANT).

Mencionou, ainda, que, a partir de um esforço coletivo, ao final de um mês, conseguiram convencer a secretária municipal da SMED-BH da importância do Fórum, fazendo com que a Secretaria participasse institucionalmente do movimento e que assumisse as tarefas que, até então, eram de responsabilidade da DEMEC.

Refletiu: “talvez, não sei nem se a gente ia continuar existindo, ou sei lá, naquele momento, se a gente ia ter que suspender e voltar depois, tentando fortalecer, mas ali foi, realmente, que a gente conseguiu”. (CARY GRANT).

Mencionou que, além da SMED-BH, a FaE-UFMG, através do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA), passou a participar da estrutura do Fórum. Esses apoios foram importantes para que outras entidades aderissem ao movimento (UEMG, SESI, Marista Dom Silvério, dentre outros). Contribuíram, também, para que o mesmo existisse com “a estrutura de uma entidade jurídica, mas sem ser jurídica, sem ser instituição pública, existindo de fato e não de direito”. Em sua avaliação, esta maior adesão fortaleceu o movimento e o Fórum conseguiu “andar com as próprias pernas”. E, devido a isto, avaliou que o Fórum tomou este formato, com uma feição mais institucional e política. (CARY GRANT).

Desde o seu primeiro encontro, até o ano de 2007, já aconteceram setenta e uma reuniões do Fórum, onde foram tratados vários temas relacionados à Educação de Jovens e Adultos no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Nos encontros, o Fórum contou com a participação de pessoas ligadas à Educação de Jovens e Adultos e à Educação em geral, vindas de todas as regiões do estado. Compareceram representantes

---

<sup>28</sup> O apoio da DEMEC consistia em confecção e envio de *folder* e comunicações, empréstimo de auditório, realização de contatos telefônicos e outras tarefas de cunho burocrático.

do poder público federal, estadual e municipal, das universidades, das entidades e instituições do setor privado e do Terceiro Setor, além de professores e alunos das redes públicas e privadas.

Excepcionalmente, no ano de 2008, durante o primeiro semestre, período no qual o Fórum Mineiro completava dez anos de existência, só aconteceu uma plenária, no mês de junho. Isto aconteceu em razão do envolvimento do Fórum com a agenda do MEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que contou com a parceria dos fóruns na organização e na preparação dos encontros regionais e estaduais, para a construção do documento nacional, que seria apresentado no encontro regional preparatório da América Latina, para a VI CONFINTEA. O Fórum Mineiro, além de realizar o encontro estadual, no mês de março, também foi o responsável por organizar e sediar o encontro regional, que contou com a presença dos estados da região Sudeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, encontro esse acontecido no mês de abril.

O Fórum, em sua estrutura organizacional, conta com uma secretaria, que funciona sob a responsabilidade de uma das instituições participantes. Essa secretaria possui um caráter itinerante, pois, anualmente, pode-se modificar a instituição que está responsável por ela. Durante a sua existência, já estiveram à frente da secretaria do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, as seguintes instituições: a Delegacia de Ensino do MEC de Minas Gerais (DEMEC-MG), a FaE-UFMG (através do NEJA), a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH), a Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG), a UBEE-Marista/Colégio Marista Dom Silvério, SMED-BH e, atualmente, esta secretaria é exercida, novamente, pela FaE-UFMG.

#### *O Perfil dos frequentadores do Fórum Mineiro de EJA*

Com o intuito de traçar um perfil do público que frequenta os encontros do Fórum Mineiro de EJA, analisei quinze listas de presença ao Fórum (do 25º encontro ao 40º, excetuando o 26º), realizados de junho de 2001 até setembro de 2003. Durante a realização dos encontros do Fórum Mineiro de EJA, fica à disposição dos participantes uma lista de presença, cuja assinatura não é obrigatória. Sendo assim, o perfil aqui detalhado não reflete a totalidade das pessoas presentes ao encontro e, conseqüentemente, os segmentos e cidades que elas representam, mas, a partir dele, podem se estabelecer algumas observações passíveis de análise.

Na lista de presença, os campos preenchidos pelos participantes são: nome, cidade, instituição que representa e formas de contato (telefones e/ou email). Constatei, no formulário, um fato que, normalmente, gera equívocos no processo de registro da presença das pessoas no Fórum. Um dos mais importantes balizadores para a avaliação da representação no Fórum é o segmento ao qual pertence o participante, mas como esse não está contemplado no formulário, normalmente, as pessoas não fazem essa identificação, citando somente a instituição em que trabalham ou estudam.

Diante das dificuldades percebidas na análise das listas, a apreciação realizada partiu do levantamento dos registros preenchidos corretamente (preenchimento de todos os itens) e, também, da inferência a respeito do segmento ao qual as pessoas pertenceriam, através do nome da instituição, mencionado no formulário do Fórum.

De cada um dos encontros, foi levantado o número total de participantes, o número de cidades representadas, o número de segmentos representados, o número de participantes por cidade e o número de participante por cidade/segmento. É importante ressaltar que, para a indicação dos segmentos, foram levados em consideração os seguintes itens: Município (gestor-professor), Estado (gestor-professor), Universidade (professor-aluno), ONG's e Movimentos Sociais (gestor-professor), Sistema S<sup>29</sup> (gestor-professor), Sindicatos (gestor-professor), Alunos de EJA, Convidado e Outros.

Para a análise dos temas abordados pelo Fórum, foi feito um agrupamento dos mesmos, tomando-se como base a classificação apresentada por Soares (2003), com poucas adaptações. Assim, considerou-se:

- a) Política e direito à educação;
- b) Histórico e Diretrizes;
- c) Sujeitos e educação inclusiva;
- d) A escola e a formação de educadores;
- e) Contribuição de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos;
- f) Relatos de experiências;
- g) Relatos e avaliações de encontros e fóruns.

---

<sup>29</sup> Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Brasileira. As receitas arrecadadas pelas contribuições ao Sistema S são repassadas a entidades, na maior parte de direito privado, que devem aplicá-las conforme previsto na respectiva lei de instituição.

Em relação aos temas tratados nos encontros do Fórum Mineiro, constatou-se que “Política e direito à educação”, incluindo nesse escopo a questão relativa ao financiamento para a Educação de Jovens e Adultos, apareceu o mesmo número de vezes que os encontros onde foram abordados temas relacionados ao “Histórico e Diretrizes da EJA”, e aqueles nos quais foram tratados os “Sujeitos e educação inclusiva”. Em número menor de vezes, apareceram “Relatos de Experiências em EJA” e “Relatos e Avaliações de Encontros”. Ainda, havia os temas “A escola e a formação de educadores” e a “Contribuição de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos”. No que diz respeito à participação dos municípios no Fórum Mineiro de EJA, levantou-se a presença de noventa cidades diferentes<sup>30</sup>. Aos encontros, compareceram municípios de todas as regiões de Minas Gerais, sendo que o número maior dos que se fizeram representar é daqueles localizados mais próximos de Belo Horizonte.

As cidades, de acordo com o levantamento, que participaram do Fórum foram: Acaiaca, Açucena, Águas Formosas, Almenara, Araxá, Arcos, Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Brumadinho, Buritizeiro, Cachoeira da Prata, Cachoeira do Pajeú, Caeté, Carandaí, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cataguases, Cláudio, Comercinho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Esmeraldas, Ferros, Francisco Badaró, Governador Valadares, Guaraciaba, Ibirité, Ipatinga, Itabira, Itapeverica, Itatiaiuçu, Itaúna, Iturama, Juatuba, Justinópolis, Ladainha, Lagoa Santa, Manhuaçu, Mário Campos, Mateus Leme, Medina, Mirabela, Moema, Montalvânia, Montes Claros, Muriaé, Nova Lima, Nova Serrana, Orizânia, Ouro Branco, Ouro Preto, Ouro Verde, Pará de Minas, Paracatu, Patos de Minas, Pedra Azul, Pedro Leopoldo, Ponte Nova, Ponto dos Volantes, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, S. Vicente de Minas, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Preto, São Gotardo, São João Del Rey, São José da Lapa, São Sebastião do Paraíso, São Tiago, Senador Firmino, Sete Lagoas, Sylvania, Sobrália, Taiobeiras, Três Pontas, Uberlândia, Várzea da Palma, Vespasiano, Viçosa, Virginópolis e Virgolândia.

O Fórum Mineiro de EJA contou, ainda, com a presença de participantes de outros estados. Geralmente, essas pessoas são convidadas(os) que participaram das atividades do Fórum. Listaremos abaixo as cidades e os estados que vieram aos encontros e assinaram as listas de presença.

---

<sup>30</sup> Não foi levado em consideração o número de vezes que a cidade se fez representar no Fórum.

Estiveram presentes: Afonso Cláudio, Alegre, Cariacica, Colatina, Ecoporanga, Guaçuí, Mimoso do Sul e Vitória, todas elas pertencentes ao Estado do Espírito Santo. O Fórum recebeu, também, visitantes de Brasília (DF), Rio de Janeiro e Cachoeiro do Macau (RJ) e do estado do Rio Grande do Norte (a cidade não foi citada).

Dos encontros do Fórum Mineiro de EJA analisados, o que apresentou maior número de participantes assinando a lista de presença contou com a participação de 354 pessoas, seguido por uma plenária com 159 participantes e outra com 156 pessoas, com média de 114 participantes.

### *Os Fóruns e as Políticas Públicas*

Ao pesquisar a construção de políticas públicas para a educação de jovens e adultos, identifiquei momentos onde esta elaboração foi pauta dos governos, nas três esferas da administração pública e, em alguns momentos, percebi movimentos da sociedade no sentido da mobilização em torno da preocupação em se construir estas políticas, visando-se ao atendimento das demandas emanadas neste campo.

Como exemplo, cito, no plano federal, o Plano Decenal de Educação para Todos, contendo diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos, elaborado em 1993, como desdobramento da Constituição de 1988. Este viria ser o documento de referência para a elaboração dos planos educacionais nos níveis municipais e estaduais. Buscava, também, estabelecer as diretrizes para a universalização da educação básica. O Plano Decenal apontava para a atenção com os jovens e adultos, mas “faltava, no entanto, a exemplo do que já se fizera anteriormente com outros segmentos, um documento que desse desdobramento ao Plano, estabelecendo, de forma mais precisa, as linhas prioritárias de ação”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO, 1994, p. 7).

Foi feito, então, um documento, organizado pela Comissão Nacional de Jovens e Adultos, no qual ficaram estabelecidas, no âmbito federal, as diretrizes da política de Educação de Jovens e Adultos. A EJA “reaparece como tema relevante nos compromissos públicos a serem assumidos pelo Governo e toda a sociedade brasileira”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO, 1994, p. 9).

No âmbito estadual, em Minas Gerais, através de convocação feita pela Assembléia Legislativa, realizou-se, no mês de junho de 2000, o Fórum Técnico de Educação de Jovens e Adultos. A proposta de realização deste Fórum surgiu a partir do Seminário Legislativo “Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais”, quando, ao

final do encontro, apontou-se a necessidade de se “garantir um espaço para opiniões e sugestões de todos os participantes e de se estabelecer decisões com base na vontade da maioria”. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2000, p. 5).

A Educação de Jovens e Adultos é, dentre os assuntos debatidos no Seminário, um dos que chamou a atenção para a necessidade de um fórum próprio naquela casa. Então, organizou-se o Fórum Técnico, que contou com a participação de mais de quinhentas pessoas e que aprovou, em sua plenária final, quarenta e nove itens, considerados como estratégias básicas para que, em Minas Gerais, acontecessem as articulações necessárias para a consecução da EJA. Esses itens foram divididos em quatro eixos maiores, a saber: Políticas de Educação de Jovens e Adultos; Formação Docente; Organização do Tempo Escolar e Currículo. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2000, p.7).

No que diz respeito às políticas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito municipal, em 1989, concebeu-se um Fórum suprapartidário, reunido como grupo de trabalho e discussão, que congregava administrações consideradas, naquele momento, de caráter “popular e progressista”. Reuniram-se equipes responsáveis pela EJA em onze cidades governadas pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e PDT (Partido Democrático Trabalhista). Esse fórum foi composto por cidades do estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e tinha como objetivo

subsidiar a formulação de políticas municipais de educação de jovens e adultos, promover o intercâmbio de experiências entre as administrações que o compõem e contribuir para o aperfeiçoamento das equipes dirigentes responsáveis pela educação de adultos nos municípios. (FÓRUM DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1990, P. 7).

O Fórum contou com a assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), atualmente Ação Educativa, e realizou quatro seminários no ano de 1989, nos quais foram discutidos os seguintes temas: política de ampliação do atendimento educacional para jovens e adultos; articulação da educação de jovens e adultos com o ensino regular; política de formação de educadores e opções político-pedagógicas e metodológicas. Participaram educadores pertencentes a vários segmentos ligados à educação de jovens e adultos no movimento popular e nas redes públicas.

Esses encontros resultaram em um documento final, que foi a síntese de diversos documentos apresentados pelos municípios e síntese das discussões realizadas durante os seminários. Ressalto aqui a importância deste Fórum, no tocante aos seus

participantes, para o movimento da Educação de Jovens e Adultos no nosso país, visto que alguns daqueles educadores, que nele estiveram presentes, participaram ativamente do movimento de criação dos fóruns estaduais de Educação de Jovens e Adultos, sendo que alguns, ainda hoje, fazem parte do movimento nacional dos fóruns.

Poder-se-ia questionar sobre a efetiva participação da sociedade na construção de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, visto que, as iniciativas citadas anteriormente, apontaram, somente, diretrizes para a consolidação da Educação de Jovens e Adultos, enquanto direito do cidadão. Não foram, naquele momento, criadas políticas reais que pudessem, por si só, efetivar a EJA, enquanto modalidade de educação.

Isso pode ser, em parte, explicado pelo fato de que as diretrizes nacionais para a EJA e o parecer que as subsidiam, elaborados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), só vieram a ser publicados no ano de 2000. As ações mais eficazes e específicas, voltadas para a EJA, somente ocorreram após o reconhecimento, por parte do CNE, da Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade da educação básica.

Quando se fala da construção de políticas públicas, mesmo que de forma não tão visível quanto ocorre com outros movimentos e mobilizações na área da educação<sup>31</sup>, existe a preocupação de uma parcela da sociedade que, há alguns anos, vem lutando em favor da melhoria das ações no campo político, em prol da Educação de Jovens e Adultos.

Outras iniciativas que ocorreram por todo o Brasil nos últimos anos e que mostram esta mobilização em prol da EJA, principalmente após o processo de descentralização das políticas educacionais, poderiam ser citadas<sup>32</sup>. Mas, o propósito aqui apresentado foi, apenas, de exemplificar estes acontecimentos.

É recorrente, para mim, um fato: várias das lutas empreendidas pela sociedade civil em favor da Educação de Jovens e Adultos contemplam questões que acompanham a caminhada histórica do movimento. São temas que, ainda, permanecem no foco de atenção do processo de articulação social em favor da Educação de Jovens e Adultos: a articulação entre os programas de alfabetização e a escolarização posterior do educando;

---

<sup>31</sup> A atuação do Movimento de Luta Pró-Creches (MLPC), para muitas pessoas, apresenta maior visibilidade, já contabilizando, inclusive, várias inserções na mídia nacional, fato que não ocorre com o movimento de EJA, exceção feita quando se aborda a questão do analfabetismo.

<sup>32</sup> Movimentos durante a Constituinte para garantir o direito de todos à educação; movimentos durante os debates sobre a LDB para garantir a formulação da EJA na lei, e no âmbito municipal ver: HADDAD, Sérgio (Coord.). **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileira. São Paulo: Global. 2007.

o direito a uma educação pública e de qualidade; o financiamento para a EJA e a forma pela qual a EJA deva ser inserida nos sistemas de ensino.

Tendo apresentado a fundamentação teórica que norteia este trabalho, irei, em seguida, efetuar a análise das entrevistas utilizadas para subsidiar a pesquisa realizada, visto que o pensamento dos freqüentadores do Fórum Mineiro é o material que sustentará os resultados obtidos por mim. Relembro que a coleta dos dados teve como recorte temporal o processo de regulamentação da EJA no município de Belo Horizonte, ou seja, a percepção dos participantes dos encontros do Fórum, além da minha vivência nesse movimento, trouxeram a impressão necessária para que eu estabelecesse as conclusões, que exporei ao final do trabalho.

## **2.2 PRIMEIRO PLANO - Resultados das Entrevistas**

Para a análise das entrevistas realizadas durante a pesquisa, como dito anteriormente, foram criadas sete categorias. O intuito é o de se facilitar a compreensão sobre o que pensam os entrevistados em relação aos temas tratados, já que a entrevista semi-estruturada possibilitou aos entrevistados expressarem-se com maior liberdade, tendo a possibilidade de retomarem algum assunto que avaliassem importante e sobre o qual já houvessem falado. Além das categorias, foram acolhidas as sugestões dos sujeitos da pesquisa para o funcionamento do Fórum, no sentido de se colher suas opiniões sobre o que deveria ser melhorado, modificado, enfim, aquilo que eles deixavam como contribuição para o fortalecimento do movimento aqui referido.

Assim, suas respostas foram organizadas em categorias, da seguinte forma: I- As relações dos sujeitos com o Fórum; II- O Fórum e o seu funcionamento; III- A representação e o Fórum; IV- O Fórum como espaço formativo e educativo; V- O Fórum enquanto ação coletiva VI- O Fórum no cenário político e no campo da educação; VII- As relações entre o Fórum, o CME-BH e o processo de regulamentação da EJA em BH.

### **2.2.1 O entrevistado e o Fórum**

A primeira categoria, considerada para a análise realizada nesta pesquisa, é a relação do entrevistado com o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, para que se pudesse perceber qual o grau de envolvimento do sujeito entrevistado com este movimento e quais as razões o levaram a se aproximar desse espaço específico de discussão.

Ava Gardner disse que, a princípio, chegou ao Fórum “não fisicamente”. Esta fala se justificou devido à explicação que segue: enquanto membro do CME-BH, ele tinha conhecimento das ações que ali eram empreendidas no Fórum e das discussões que eram feitas nele, contudo, não era freqüentador do mesmo, situação que se reverteu mais tarde, devido ao seu interesse pelas questões propostas naquele lugar.

Estando no CME-BH, sempre defendeu a postura de que aquele órgão deveria ampliar os seus espaços de participação e de discussão em torno da educação. Ao tomar conhecimento da existência do Fórum, defendeu a necessidade de que o CME-BH dele fizesse parte, visto que, o Conselho já integrava outros fóruns, e que “independentemente de saber o que o fórum fazia ou deixava de fazer, eu avaliei que era

fundamental o CME-BH participar desse espaço, porque nós poderíamos ser ali mais um parceiro e conseguir ali mais parceiros para a questão que a gente queria”. (AVA GARDNER).

O entrevistado participava esporadicamente das plenárias do Fórum Mineiro de EJA. Havia uma representação do CME-BH no Fórum, realizada por outrem. Quando a pessoa, que representava o Conselho, deixou de participar das plenárias do Fórum, o entrevistado defendeu a importância da continuidade desta representação e, sob a avaliação dos conselheiros, assumiu este compromisso, tornando-se o novo representante do CME-BH no Fórum Mineiro.

Relatou que sua participação no Fórum se concretizava no segmento dos educadores de EJA, com o qual melhor se identificava. Prosseguiu dizendo que já desempenhou diversas funções no Fórum, situação comum a muitos de seus integrantes. Para o entrevistado, “isso dá vida ao Fórum, nós não temos um núcleo pensante e o núcleo executante, eu acho isso muito bom”. (AVA GARDNER). Afirmou, ainda, gostar muito da forma como se dialoga no interior do Fórum: “lá as coisas são ditas abertamente, sem subterfúgios e entrelinhas”. E, ainda, “entre nós não existe essa questão de ele sabe, ele fala, ele não sabe, ele não fala; não tem isso entre as pessoas do Fórum”. Não sabe dizer se esta é uma característica inerente ao movimento dos fóruns ou se é algo próprio das pessoas que compõem o Fórum Mineiro, mas isso demonstra aquilo que denominou de “postura freireana”.

Por fim, a respeito de suas relações com o Fórum, disse: “no início, eu tinha uma certa resistência em relação ao Fórum, porque, apesar de reconhecer a importância dele como movimento social, porque eu acho que o Fórum é um movimento social, me preocupava um pouco a participação privilegiada de gestores e da universidade nesse lugar”. Cabe aqui uma observação, pois a própria referência do entrevistado à participação privilegiada de alguns segmentos em detrimento de outros, já se constitui em elemento para contrapor o seu pensamento de que o Fórum é um movimento social.

Marilyn Monroe, quando foi trabalhar no PET<sup>33</sup>, programa que tinha uma representação no Fórum Mineiro, pôde conhecer as ações deste. Quando o entrevistado passou a integrar o CME-BH, sua participação no Fórum se intensificou. Na época, lembrou o

---

<sup>33</sup> O entrevistado não precisou a data que foi para o PET, mas acredito que o primeiro contato dele com o Fórum ocorreu em 1999, através das informações obtidas com o representante desse Programa no Fórum.

entrevistado, a discussão sobre a regulamentação da EJA estava na pauta proposta pela SMED-BH: “Quando eu assumi a responsabilidade pelo Fórum, na verdade, eu fiz o CME-BH assumir”. (MARILYN MONROE). No Fórum, assumiu a sua secretaria, quando seu funcionamento era na UEMG; assumiu, também, a organização do IV ENEJA, em Belo Horizonte.

Greta Garbo conheceu o Fórum através da solicitação de sua chefia na SMED-BH, no ano de 2000, que indicou sua participação neste espaço, porque isso faria parte das funções que Greta Garbo teria que exercer na Gerência de Funcionamento Escolar. Ele se tornaria a referência da Gerência naquele espaço, com o intuito de estabelecer uma interlocução entre a SMED-BH e aqueles que estavam dialogando sobre a Educação de Jovens e Adultos naquele momento. Isso ocorreu porque o processo de regulamentação da EJA havia começado. O entrevistado completou: “[...] na verdade, ela me intimou, ela falou assim: você vai participar”. (GRETA GARBO).

Para Greta Garbo, devido a sua participação no Fórum, o seu pensamento acerca da Educação de Jovens e Adultos foi reformulado. Ele identificava a EJA com a suplência, visto acreditar, naquele época, que o objetivo do aluno, ao buscar uma escola, era somente o da procura daquilo que não tivera durante a infância. “Então, o Fórum, a importância do Fórum, foi o fórum que abriu a minha cabeça para a questão da pluralidade da dimensão humana, do ensino e da aprendizagem nessa perspectiva”. (GRETA GARBO).

O entrevistado apresentava enorme resistência à forma de trabalho do PET, onde eram desenvolvidas experiências consideradas inovadoras. Por isso, tinha dificuldade em encontrar uma maneira de registrar estas inovações e as diferentes formas de trabalho desenvolvidas pelo Programa. Esta dificuldade residia no fato de pensar o legal em detrimento do legítimo. Em sua opinião, este era o maior problema enfrentado pela gerência da qual fazia parte. Ou seja, pensar como as vivências escolares poderiam significar escolaridade. Assim, o Fórum era um espaço onde poderia discutir essas situações diferentes, e, então, “eu ia com uma meta, sempre, para os fóruns, com a meta de fazer o papel de advogado do diabo.” (GRETA GARBO).

Marlon Brando chegou ao Fórum por meio de um convite que recebeu para trabalhar na SMED-BH. No trabalho, lidava com a Educação de Jovens e Adultos. Uma de suas funções era a de contribuir na discussão para a regulamentação da EJA. Como

representante oficial da SMED-BH no Fórum, deu-se início a sua participação neste espaço de discussão.

O entrevistado disse que causou estranheza o fato de que, aos poucos, foi

notando é que a minha participação [no Fórum] era como se fosse um apêndice de tudo que eu tinha que fazer. [...] a gente tinha que apresentar um dia por semana, uma espécie de relatório das atividades, das ações, dos conflitos, de como é que foi desenvolvido, o Fórum Mineiro nunca era perguntado. (MARLON BRANDO).

Complementou dizendo que, em sua opinião, o único momento em que o Fórum fez parte da pauta de discussões da SMED-BH aconteceu por ocasião da realização, em Belo Horizonte, do IV ENEJA, pois a Prefeitura arcou com parte das despesas da organização do evento.

Afirmou que o fato de ele participar do Fórum proporcionou ganho para si próprio, já que, por esta razão, foi levado a conhecer melhor as obras de Paulo Freire, no campo da Educação de Jovens e Adultos. Configurou-se, também, como uma oportunidade de contato com outras cidades, com outras propostas, o que fez com que ele aprofundasse seu conhecimento sobre o funcionamento das ONGs e das Universidades.

James Dean conheceu o Fórum Mineiro de EJA por sugestão de uma professora da UFMG. Ampliou sua participação no Fórum, quando, nele, passou a realizar a representação do sindicato no qual militava. Ele acredita que sua participação no Fórum está muito ligada ao desejo do próprio sindicato de se envolver com as lutas do trabalhador da educação, dentre elas, a da construção e da ampliação dos espaços de formação. Avaliou que, em sua opinião, não existia, por parte do poder público, uma preocupação específica com a formação dos educadores de jovens e adultos. Assim, o sindicato busca mobilizar e articular os educadores para participar do Fórum.

Disse que o Fórum, em sua visão, no que tange as relações internas, não é tão hierárquico. Segundo ele,

as relações são menos hierárquicas, [...] quase, não chega a isso em momento algum, mas quase que você constrói relações pessoais e institucionais, quase que, digamos assim, sem uma separação muita rígida. [...] as relações estão imbricadas, estão no caldeirão, o processo está ali, acontecendo. (JAMES DEAN).

Manifestou que a sua participação no Fórum satisfaz as suas expectativas pessoais e afirmou que

[...] os fóruns têm me alimentado, é..., através de reflexões, de discussões, de reuniões de interfórum, etc., na construção de eixos norteadores para construir a EJA, no movimento, no processo, então eu diria assim, as expectativas estão satisfeitas sim, a partir da minha participação no Fórum, eu

fui ampliando, também, as minhas relações com a universidade, enquanto historiador educador e enquanto sindicalista. (JAMES DEAN).

Elizabeth Taylor conheceu o Fórum por meio das cartas-convite, meio utilizado para divulgar e convidar as pessoas para comparecerem nas plenárias, que chegavam à escola na qual trabalhava, e por meio dos comentários dos colegas de trabalho sobre aquele espaço de discussão. Ele lecionava no período da tarde, em uma escola da Rede Estadual. Assim, utilizava-se de seu tempo de Módulo II<sup>34</sup> para comparecer no Fórum. O dia disponibilizado, para que ele comparecesse às reuniões do Fórum, era a sexta-feira. No ano em que foi necessário ministrar aulas na sexta-feira, pedia liberação nos dias das plenárias. Por ter feito a opção de fazer um segundo curso superior, o entrevistado deixou de participar das reuniões do Fórum, mas reafirma que “o amor não acabou não”.

Percebe o Fórum como um lugar para a busca do aperfeiçoamento profissional e para o aprofundamento nos estudos relativos à educação. Avaliou que o Fórum seja um espaço muito importante para isso e que, também, ele seja um espaço de reivindicação.

O entrevistado falou que, algumas vezes, se emocionou com os relatos de experiência que aconteciam no Fórum e que este espaço

era um incentivo profissional, para ver: olha, tá acontecendo em outros lugares e porque não pode acontecer na nossa escola. [...] eu vejo assim que as pessoas que vão lá, elas estão assim, elas estão lá porque querem estar de coração, não é aquela coisa assim, ah eu estou lá obrigada, só para cumprir tabela, para assinar uma lista de presença, não, elas estão lá é por que estão comprometidas, eu percebo isso também, comprometimento das pessoas que estão lá com uma educação no Brasil. (ELIZABETH TAYLOR).

Cary Grant já foi homenageado em uma das reuniões do Fórum e disse ter ficado muito feliz e orgulhoso por ter sido lembrado. Acredita que a grande contribuição que o Fórum trouxe, no âmbito individual, foi a questão do espaço de formação e entende que o mesmo contribuiu para um entendimento melhor do que seja a Educação de Jovens e Adultos. Mas, o grande ganho foi o coletivo, “foi de a gente ter essa representação de formação e política, de ser respeitada, eu acho que esse foi o ganho maior, quer dizer que eu trouxe de lá pra cá”. (CARY GRANT).

---

<sup>34</sup> Horário para que os professores realizem atividades de planejamento e reuniões pedagógicas, e que, na maioria das escolas da Rede Estadual de Educação de MG, se concentra em um dia da semana, de livre escolha do docente.

### **2.2.2 O Fórum (história, objetivos, ações, alcance, resultados).**

Procurou-se observar, nesta pesquisa, as percepções dos participantes do Fórum Mineiro de EJA sobre sua participação no mesmo e o conhecimento que estes possuíam sobre a instituição aqui mencionada.

Como já dito, a metodologia de pesquisa foi a entrevista. Assim, os entrevistados, previamente selecionados, expuseram a respeito da estrutura, da organização, dos objetivos e sobre outras considerações a propósito do Fórum Mineiro de EJA.

Ava Gardner fez considerações pessoais a propósito do papel exercido pelo Fórum, dizendo que a função social desta instituição é a de aglutinar as pessoas, fazer análises críticas e propor, assim, práticas de Educação de Jovens e Adultos. “O Fórum tem um papel que é um papel aglutinador das ações que estão sendo desenvolvidas em cada sala de aula, em cada escola, em cada rede, em cada município, em cada estado, em cada lugar no mundo, em relação ao educando da EJA”. (AVA GARDNER).

Mencionou que, embora seja imprescindível a existência deste espaço de discussão aqui considerado, o Fórum não consegue transformar as decisões elaboradas no encaminhamento dos trabalhos desta instituição em ações efetivas. Entende que isso aconteça devido existir, na dinâmica de organização e na estruturação do Fórum, o desafio de se conviver com a diversidade, o que, muitas vezes, significa haver discordância nos objetivos pretendidos. Dessa forma, entende que o Fórum possui um papel formativo, um papel educador, já que “o espaço do Fórum é um espaço para a gente ir se educando, ir se burilando e burilando as nossas concepções até que a gente consiga, efetivamente, um quadro melhor para a Educação de Jovens e Adultos”. (AVA GARDNER).

Ainda, o entrevistado menciona que o Fórum

já chegou onde ele dava conta de chegar. O Fórum de EJA já fez tudo o que ele tinha para fazer e acredito que nós ainda vamos fazer muito mais do que isso. Porque as condições em que a gente faz as coisas funcionarem, elas são condições de militância, isso para mim é claríssimo, elas são condições de militância. [...] todos nós estamos porque a gente acredita nisso que a gente está fazendo. Então eu acho que o Fórum fez tudo que ele tinha para fazer. [...] dada às condições de militância em que nós estamos fazendo as coisas, nós fomos além do que a princípio poderíamos ter ido. (AVA GARDNER).

Prossegue falando que

o Fórum é um espaço onde elas [as pessoas] se juntam, se solidarizam e trocam experiências entre si. Muito mais do que as palestras, elas falam entre si, aquela conversa de boca miúda. Então esse espaço de encontro e

solidariedade sai um pouco da solidão que muitas vezes a luta pela EJA leva as pessoas em seus municípios. (AVA GARDNER).

Ao ser perguntado sobre sua opinião a respeito da atuação do Fórum no cenário político do Estado de Minas Gerais e em Belo Horizonte, o entrevistado lembrou-se da época em que militava no movimento estudantil, quando, durante os encontros da União Nacional dos Estudantes (UNE), os estudantes cantavam o refrão do hino da UNE que diz: “a UNE somos nós, a nossa força é a nossa voz”. Mencionou que, ao cantar esse refrão, os estudantes estavam dizendo daquilo o que acontecia de fato. Para ele, o Fórum só é o que é hoje por que as pessoas que dele participam cantam o refrão desse hino. E finaliza dizendo que

aquelas coisas que a gente fala, pautadas na Pedagogia da Libertação, na Pedagogia da Autonomia, que aquelas coisas a gente não tá falando só para teorizar, a gente tá acreditando que tem que viver daquele jeito, tem que se organizar daquele jeito, tem que conviver daquele jeito. (AVA GARDNER).

Para Marilyn Monroe, a discussão sobre o papel do Fórum no Estado de Minas Gerais acontece há muito tempo e as pessoas que participam dele não conseguiram chegar a um consenso:

Eu acho, inclusive, que os fóruns assumem um pouco esse papel de formação em função de que é um papel mais fácil, você não vai para o embate. Isso significa, alguns momentos você vai chegar no embate. [...] O Estado não tem formação nenhuma. As pessoas bateram muito pesado nisso. O Estado não tem. A necessidade de formação colocada por esses municípios, inclusive pela rede estadual e delegacias de ensino, era enorme. Então esse caráter formativo ele atende a expectativa você pensando no Estado, de uma forma geral, mas quando você pensa em Belo Horizonte eu fico agoniada. (MARILYN MONROE).

Tal afirmativa vem ao encontro da discussão sobre os aspectos da formação precária de educadores para a Educação de Jovens e Adultos, quando

as estatísticas disponíveis computam a existência de quase 190 mil professores atuando na educação básica de jovens e adultos, aos quais devem somar-se alguns milhares de voluntários engajados em projetos de alfabetização no meio popular. Em ambos os casos, as pesquisas apontam uma formação inicial insuficiente que vem sendo suprida com programas continuados de formação em serviço realizados por instituições de ensino superior, organizações não governamentais especializadas e equipes técnicas dos organismos públicos. (DI PIERRO; GRACIANO, 2003, p.44).

Marilyn Monroe concluiu que muitas pessoas se sentem contempladas com aquilo que adquirem através do Fórum. Exemplificou que, quando chega uma pessoa de uma cidade distante, para participar de uma plenária do Fórum, ocorre um diálogo interativo, formativo e informativo, envolvendo sujeitos oriundos de toda parte, mas que participam de uma mesma luta em prol da EJA. Isso é uma conquista, avaliou, visto

que, pela própria configuração política e geográfica de Minas Gerais, o atendimento da demanda das pessoas ligadas à EJA, para ele, seja um fato real no Fórum.

Mencionou que, no que diz respeito ao horário no qual ocorrem as plenárias do Fórum, não há um favorecimento para que haja mais pessoas presentes. Exemplifica trazendo o seu próprio caso, já que não tem participado dos fóruns, pois existe o problema de incompatibilidade de horários das plenárias com o seu horário trabalho.

Ao falar um pouco sobre a história do Fórum, disse que a instituição surgiu como um espaço de reflexão. Relatou a chegada do poder público nas discussões que as universidades faziam sobre a EJA e que, aos poucos, o próprio poder público convidou os educadores a aderirem ao que ocorria. Avaliou que, em Minas Gerais, o movimento surgiu de forma diferente, a questão da política pública aparentava um tom reflexivo, apenas. Explicou essa diferença específica do movimento em Minas Gerais, pela pouca tradição de Minas no movimento de educação popular, ao contrário de outros estados, já que “[...] a realidade de Minas é outra, não se tem isso mesmo, a discussão sobre o direito. A cidade não discute isso, o estado não discute isso, a população não se envolve com isso”. (MARILYN MONROE).

Avaliou a participação de instituições, que possuem uma representação social e política no Fórum, dizendo que a mesma foi possível devido ao perfil e à ideologia dos atores responsáveis por essa representação:

no caso do CEDEFES, do CME-BH, dessas instituições, elas, eu acho que passa pelas pessoas que estavam lá. Então tem uma questão da disposição da militância, que isso, durante os anos 80 e 90, você tinha muito forte nas pessoas, hoje você não tem isso mais. [...] eu acho que não é uma questão de interesse das pessoas, exatamente, eu acho que as frentes vão se abrindo na medida que você tem disponibilidade de militância, que é o caso do CME-BH. A EJA no CME-BH se ela, na minha época, ela teve todo esse destaque no Fórum, porque eu era uma militante na Educação de Jovens e Adultos, antes de ser uma militante do CME-BH.[...] então a representação forte que o CME-BH teve nesse período tinha a ver com essa militância. Hoje não tem ninguém, então não tem ninguém. (MARILYN MONROE).

Greta Garbo disse que, em sua opinião, muitas coisas fugiam à competência do Fórum, citando a questão do financiamento da EJA como exemplo<sup>35</sup>. Afirmou que não sabe muita coisa sobre o funcionamento do Fórum, principalmente de detalhes. Sempre percebeu as pessoas se organizando, ligando umas para as outras, demonstrando que a

---

<sup>35</sup> Aqui, o entrevistado se referiu, especificamente, ao veto do presidente Fernando Henrique Cardoso, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que retirou a Educação de Jovens e Adultos dos cálculos do Fundo.

participação no Fórum era espontânea. Ainda em relação ao Fórum, sente-se contemplado em suas questões.

Marlon Brando mencionou que o Fórum possui o que ele denominou de objetivos explícitos e destacou que, dentre eles, existe a socialização de experiências de EJA e a contribuição com as discussões da política pública. Nesse aspecto, avaliou que o Fórum cumpre um bom papel, já que se torna um espaço onde seja possível haver uma visão panorâmica das várias ações que acontecem na Educação de Jovens e Adultos e da diversidade de sujeitos que a compõem. Disse que, implicitamente, está o papel social daquilo que chamou de plural, de múltiplo, das várias vozes, da possibilidade do confronto das idéias.

Então você tem que o espaço do Fórum é o lugar que você tem, que você convive, lado a lado, com pessoas que têm posições e concepções políticas, muitas vezes, até antagônicas dentro da sociedade. Então eu acho que, quando você fala assim, é um objetivo implícito, para mim, do Fórum é permitir que você conheça essas várias vozes. (MARLON BRANDO).

Greta Garbo não pôde afirmar como está a organização atual do Fórum, como ocorre o seu funcionamento interno. Mas disse que, ao estar presente na última comemoração de aniversário do Fórum, considerou que a forma é semelhante a do tempo em que participava da sua organização.

James Dean acredita que o Fórum realiza várias contribuições para as pessoas que dele participam. Em sua trajetória profissional como “historiador educador”, comprometido com a Educação de Jovens e Adultos e com o processo de ensinar e aprender história com a EJA, o Fórum o tem auxiliado, cada vez mais, a pensar a si próprio, no exercício de sua função. Disse que o Fórum contribuiu para que ampliasse a visão que tinha do ensino de história, para além da questão do saber específico.

Quanto ao funcionamento interno, disse que o Fórum Mineiro é diferente do sindicato: há um processo mais flexível, não é tão estruturado. Percebe que, no Fórum, tudo é mais fluido, menos pragmático, talvez, natural. Pensa que o Fórum é mais pedagógico e menos político.

Eu diria que ela dá uma ênfase maior ao processo pedagógico, de movimento, minha leitura pelo menos é essa. [...] no Fórum, há uma relação política, agora não estou sabendo expressar muito bem não, tem uma questão política, mas há uma preocupação com processo do movimento fluir, uma maior fluidez no movimento e no sindicato, vamos dizer assim, você tem aquela coisa com o poder público, do poder público ser parceiro fica meio, você tem que pisar em ovos. [...] o Fórum é mais multicultural, amplo, aberto e o espaço do sindicato está meio que resistente ainda. (JAMES DEAN).

Percebe que aconteceram algumas mudanças durante o passar dos anos e que houve

um processo de amadurecimento, de organização, de envolvimento dos vários segmentos, um movimento de interiorização do Fórum, ele está indo para as realidades, onde a EJA vem acontecendo, o Fórum vem amadurecendo através do diálogo com as várias realidades, com os vários segmentos, avanços políticos pedagógicos de proposições para as políticas públicas. (JAMES DEAN).

Acredita que nem todas as expectativas que teve e tem em relação ao Fórum foram contempladas, mas avaliou que este não é o espaço para se resolver questões localizadas ou pontuais, como, também, de atender interesses específicos de determinado segmento. Quando isso ocorre, é devido a falta do envolvimento do poder público com as demandas da população.

Em sua avaliação, o Fórum, ainda,

não alcançou, para a maioria dos professores de Educação de Jovens e Adultos, um lugar simbólico que ele deveria estar ocupando hoje, ele não atingiu esse lugar de reconhecimento, de formação, lugar legítimo, que não é o espaço do governo, mas também não é o espaço do sindicato. Ele é um lugar que tem múltiplas vozes, é um bom espaço para a pessoa, politicamente, se formar. Porque ali ele pode perceber o caráter multifacetado da educação, especialmente do campo da Educação de Jovens e Adultos. (JAMES DEAN).

Isso porque

no Fórum Mineiro você não tem um lugar que você vai ter a ditadura do pensamento único, você não vai ter uma ditadura simbólica. É o espaço da possibilidade, da construção. Aí eu acho que é o lado eficiente dele, para a democracia. Não dá para ver em números, não dá para quantificar isso, mas para a democracia eu acho que é importante ter espaços como esse. Porque eu acho que de certa maneira, um espaço como esse que é um espaço do lúdico, do plural, abre espaço, também, de você não se fechar em única forma de ver a realidade. (JAMES DEAN).

Elizabeth Taylor analisou que o Fórum deva ter como objetivo uma luta política, que ultrapasse os seus domínios com o próprio poder público, e que sua função deva ser a da construção de um “espaço de luta, de reivindicação, mobilização, de formação do professor, encontro, relato de experiências, encontro de pesquisadores do Brasil, de alunos, também, da EJA que se encontram nesse espaço”. (ELIZABETH TAYLOR).

No Fórum, em sua opinião, torna-se possível estabelecer uma aliança entre a pesquisa e o ensino, ponto que considera fundamental, já que as questões não ficam polarizadas, fazendo com que teoria e prática caminhem juntas. Mencionou que o Fórum motivou seu crescimento pessoal e profissional, pois se mostrou um lugar para “mobilizar, para agir, não é só aquele espaço para você discutir, entendeu, ouvir as palestras, porque aquilo te toca internamente, então você age no mundo, entende. Então, pra mim, pessoal e profissional foi muito importante naquele momento”. (ELIZABETH TAYLOR).

Elizabeth Taylor também alegou não conhecer o funcionamento interno do Fórum, mesmo tendo participado de muitas plenárias, dizendo que esse funcionamento nunca foi explicitado. Mencionou que nunca perguntou com seria essa estrutura, apesar de perceber que existe espaço para essas indagações e avalia que seria

importante saber como é isso. De repente fazer um Fórum só para explicar, falar sobre essas coisas. De repente, até fala, mas não fala como se fosse um aulão, fala como é todo o funcionamento. São recortes. [...] Até mesmo para você dar sugestões, criticar, vê o que que tá bom, o que que tá ruim, o que que pode melhorar. (ELIZABETH TAYLOR).

Seu desejo pessoal é que o Fórum chegue a todas as instâncias envolvidas com a educação. Anseia também que exista uma adesão maior às discussões realizadas no Fórum pela RME-BH. Prossegue seu discurso fazendo uma comparação com a rede estadual e com a rede particular de ensino, lugares nos quais

muitas pessoas não conhecem, não têm conhecimento disso não. Até mesmo nos cursos de licenciatura não é falado, você chega aqui no curso de licenciatura as pessoas falam da EJA, mas do Fórum mesmo os professores não falam. Ele é restrito, não são todos que têm acesso não. (ELIZABETH TAYLOR).

Disse, ainda, que o Fórum alimenta o ideal da Educação de Jovens e Adultos em Belo Horizonte, já que ele é um espaço que transcende o seu próprio lugar, ele é um movimento de luta da história do nosso país.

Cary Grant participou do Fórum desde a origem do movimento na Capital Mineira. Refletiu sobre o alcance dos objetivos desta instituição sob um outro olhar. Para ele,

a gente conseguiu atingir os objetivos e o principal deles foi criar o Fórum, que a gente era [sic] com muita dificuldade. Mas foi uma grande vitória quando a SMED-BH foi e começou inclusive a participar, secretariar, foi construção. Então aquilo que a gente tinha como objetivo, a gente conseguiu. Depois conseguimos trazer a Secretaria Estadual, conseguimos trazer algumas entidades, conseguimos trazer as escolas particulares, também, a rede privada participar, quer dizer, a gente conseguiu ampliar bastante, então eu acho que foi atingido os objetivos. E os encontros eram bons, as discussões eram boas. (CARY GRANT).

Ressaltou que, no surgimento do Fórum, havia um trabalho coletivo intenso e, em função disso, o Fórum existiu e existe até hoje. Mesmo não participando, atualmente, das reuniões, disse que se sente

feliz do Fórum existir até hoje e estar cada vez mais forte e as pessoas participando. Eu participei desse processo e a intenção era que ele fosse coletivo e hoje ele é coletivo, então ele atende uma demanda muito grande. O objetivo dele era esse e eu acho que ele atingiu esse objetivo. (ELIZABETH TAYLOR).

Citou que, quando o Fórum surgiu, a intenção do movimento era a de se oportunizar um espaço para a formação de educadores e, principalmente, de discussão e de

avaliação das modalidades de educação oferecidas ao público jovem e adulto em todo o Estado de Minas Gerais. Considera que o Fórum seja fundamental nesse espaço de formação e troca, tanto para Belo Horizonte quanto para o interior, mas avaliou que o interior é o maior beneficiário das ações desenvolvidas pelo Fórum.

Mencionou a sua dificuldade pessoal em participar das plenárias, devido ao fato de estar trabalhando à tarde; a sua saída da escola seria algo inviável. Relembrou que, no surgimento do Fórum, uma das razões alegadas para que as plenárias se realizassem à tarde seria a de que o horário vespertino favoreceria a presença das pessoas do interior, pois o horário de retorno delas para suas respectivas cidades seria mais ameno.

Pessoalmente, teve suas expectativas, em relação ao Fórum, amplamente contempladas e os ganhos obtidos foram significativos. A proposta inicial que o Fórum se propunha a discutir era muito interessante e rica, segundo o entrevistado, e as pessoas que vinham participar das plenárias se tornavam um público selecionado, visto que a participação era voluntária, era de quem queria aquela formação.

### **2.2.3 O Fórum e a representatividade dos participantes**

Nesta pesquisa, uma categoria considerada para análise foi a da representatividade, buscando-se, através dela, perceber como as pessoas visualizam o Fórum e como entendiam o papel desempenhado por quem o compunha.

Para Ava Gardner, o Fórum possui a “cara” de todos.

Ele é diplomático, igualzinho ao Fulano, busca as palavras com a delicadeza da Ciclana e com a precisão do Beltrano. É menino que nem o José, militante que nem a Maria e estudioso que nem o Joaquim<sup>36</sup>.

Porque, para mim, assim como qualquer outro organismo, como qualquer outra reunião de sujeitos, ele [o Fórum] é um somatório das características desses sujeitos, com o seu entorno, com os desafios colocados no momento, com as possibilidades pensadas, é um somatório disso tudo. Então, assim, eu acho que o Fórum tem essas caras. (AVA GARDNER).

O entrevistado prosseguiu dizendo que, durante algum tempo, todos os segmentos que estavam presentes nas discussões do Fórum recorriam à academia para ouvir o que ela tinha para dizer, como se o teor e o conteúdo da fala dos outros segmentos não tivesse importância. Isso preocupava o entrevistado. Mas avaliou que, atualmente, houve um amadurecimento por parte das pessoas que freqüentam as plenárias, no sentido de

---

<sup>36</sup> Os nomes utilizados nesse parágrafo são fictícios, já que na entrevista foram citados os nomes reais de pessoas que participam do Fórum.

“escutar” a todos, valorizando e percebendo que outros segmentos trazem, também, contribuições significativas em suas falas.

Acredita, ainda, que seja viável o Fórum se fazer representar, institucionalmente, em espaços de formulação de políticas educacionais, desde que existam propostas discutidas e definidas, em consenso, nas instâncias de deliberação.

Para Marilyn Monroe, a representatividade de segmentos variados é uma característica importante do Fórum e o entrevistado percebe esta representatividade como um componente do próprio movimento do Fórum Mineiro. A propósito da participação dos atores nas plenárias, avaliou:

O que eu acho é que ele se modifica com a entrada desses atores sociais que são novos, que eram novos naquele movimento ali. E esses atores sociais eles surgem vinculados a uma discussão nacional, em relação à EJA, em relação à educação de uma forma em geral. Eles surgem no Fórum fazendo a discussão da questão do direito à educação para todos. (MARILYN MONROE).

Mencionou que o Fórum não possui a cara do Professor Leôncio<sup>37</sup>, da UFMG, pois

tem a cara da gente. Pode ter até gente que diz que o Fórum tem a cara do Léo, mas é porque o Léo personifica a universidade. Eu acho que o problema é que a universidade na EJA é o Léo. [...] a UFMG como é considerada excelência, então o Léo é a referência do Fórum. Não sei se tem a cara dele, mas ele é a referência”. (MARILYN MONROE).

Greta Garbo apresentou opinião distinta e mencionou que o Fórum “tem uma cara”, pois considera que, numa visão geral, isso aparece e

acaba que tem [uma “cara”] . Não tem, mas tem. A gente identifica, identifica as pessoas, porque são as pessoas que participam mais, são as pessoas que pegam no chifre do boi. Então, o Fórum Mineiro ele tem a cara do Leôncio, não tem jeito da gente falar que não tem. Talvez ele não queira que isso aconteça, mas é inevitável. (GRETA GARBO).

Greta Garbo analisou esta situação como uma interferência positiva para o funcionamento do Fórum, visto que, em sua opinião, “o Leôncio se constitui uma liderança e sem liderança os movimentos não acontecem”. Ressaltou que, há três anos, não participa das reuniões do Fórum, portanto não podia avaliar se a situação atual é a mesma de seu tempo. Reforçou que “naquela, época, o Léo dava o tom do Fórum e que essa era uma ação muito bem feita, pois agregava as pessoas, permitindo o aparecimento de novas lideranças”.

Marlon Brando disse que o Fórum “não possui uma cara e sim voz”, porque

tem voz que tem mais voz de se impor do que outra, pelo lugar que ocupa dentro das práticas sociais. Eu acho que a universidade ela tem uma

---

<sup>37</sup> O Professor Leôncio, também conhecido por Léo, é a pessoa de referência da FaE-UFMG no Fórum Mineiro de EJA.

legitimidade na fala maior, por exemplo, do que o SESI, a Prefeitura de Belo Horizonte tem uma legitimidade maior do que o Estado, naquele tempo. (MARLON BRANDO).

Conforme Dantas (2005), para o fato de que as pessoas ligadas à Academia sejam contempladas com um destaque maior quando se fala dos fóruns, há uma explicação. Segundo a autora, falando sobre a experiência do Fórum do Rio de Janeiro,

cabe ressaltar que os representantes de universidades, das quais muitos já possuem experiências anteriores em processos de mobilização, acabam tornando-se elementos decisivos para o êxito das intervenções e das articulações externas que o Fórum consegue estabelecer. O fato de seus interlocutores estarem em meio à produção de conhecimento nas universidades e de participarem de conferências internacionais da área, possibilita um poder de ação e de discurso consistentes, junto às municipalidades e aos espaços institucionais do Estado do Rio de Janeiro. (DANTAS, 2005, p.34-35).

Marilyn Monroe mencionou que os participantes do Fórum traziam, para os encontros, as visões das instituições nas quais trabalhavam ou militavam, muitas vezes, sem o poder real da representação. Explicou que, em sua opinião, existia uma considerável relação do Fórum com as pessoas, em detrimento dos lugares que estavam representando:

a representação é muito das pessoas, a representação no Fórum era muito das pessoas, as pessoas que tinham uma relação com aquele processo direto, que é o meu caso, da Beltrana, a medida que essas pessoas saem, essa representação deixa de existir. Era o que eu percebia um pouco. (MARILYN MONROE).

Greta Garbo ponderou que o fato de representar o poder público, durante a discussão do processo de regulamentação no Fórum, ocasionou um tratamento diferenciado em relação à sua pessoa. Disse que

ouvida eu era, mas eu via caras e bocas, a gente percebe, o corpo fala. Então eu sentia caras e bocas, porque, por exemplo, pensava assim. “Ah mas é porque é da SMED-BH!” “Ah, mas tá representando o executivo!” Via as caras e bocas, mas acho que as pessoas percebem que é a diversidade mesmo que constrói o trabalho. (GRETA GARBO).

Na opinião de Marlon Brando, o lugar que a instituição ocupa na sociedade determina a representação que a pessoa exerce no Fórum, pois o que fortalece as pessoas é a instituição e “a legitimidade da fala está pelo lugar, da posição política das pessoas, do lugar que a pessoa está ocupando”.

Marlon Brando continuou dizendo que, em sua opinião, existe no Fórum, luta e disputa de poder, apesar das universidades colocarem a Educação de Jovens e Adultos na periferia de seus interesses. E, assim como nas práticas dos movimentos populares, quem “tem uma boa articulação nas falas, tem maior força de impor, de ganhar essa disputa de concepções de Educação de Jovens e Adultos”. (MARLON BRANDO).

James Dean avaliou que o Fórum é um movimento “mais horizontalizado nas relações e nas parcerias que estabelece”. Concordou que, por diversos fatores, uns segmentos destacam-se mais que outros, mas isso, em sua visão, não exclui o caráter múltiplo do Fórum.

Existe uma grande preocupação em mostrar e colocar todos os segmentos que participam do Fórum, acho que há essa preocupação [...] pela história, pela mobilização, acho que os segmentos das universidades e das administrações públicas, acho que pela própria capacidade de estar mais envolvido, [...] acho que as contingências fazem com que ora as universidades, as administrações públicas, estejam representando, as contingências, mas há a preocupação de aglutinar os vários segmentos. (JAMES DEAN).

Mencionou, ainda, que o Fórum “não é um movimento instituído que, talvez, sei lá, poderia se dizer instituinte, ele não é tão institucional, mas é mais fluído, vai acontecendo.” (JAMES DEAN).

Elizabeth Taylor fez considerações semelhantes e pontuou não haver uma separação dentro do Fórum, acreditando que todos os segmentos participam. Avaliou que, possivelmente, haja uma participação maior do segmento dos educadores. Destacou que sente falta da presença dos alunos nas reuniões.

Cary Grant avaliou que o Fórum é independente e que a participação das entidades ocorre no sentido da colaboração para que o Fórum exista e seja um espaço democrático de discussão e formação. Ressaltou que não compete ao Fórum formatar uma opinião própria sobre um determinado assunto, uma posição política que seja favorável ou contrária a alguma coisa. Disse que existe uma horizontalidade dentro do Fórum e que “nunca vi isso de um ser mais do que o outro, eu nunca vi isso”. (CARY GRANT).

#### **2.2.4 O Fórum como espaço formativo e educativo**

O intuito desta categoria de análise foi o de se problematizar, junto aos entrevistados, o papel do Fórum diante da perspectiva formadora que este espaço traz consigo. Partindo do princípio de que as dimensões formativas e educativas são distintas nas relações do ser humano com os espaços que frequenta, procurei perceber de que forma os entrevistados viam estes aspectos nas ações do Fórum e se existia diferença neste entendimento por parte deles.

Ava Gardner disse perceber a educação “como um movimento no sentido de se tornar humano e, a partir disso, tudo, para mim, é educativo”. Segundo ele, nesse processo “algumas coisas formam, outras deformam e outras conformam” e que “aquelas que formam são as que moldam as pessoas de alguma maneira, fazendo com que elas se

sintam bem com a forma”. Assim, concluiu que “o Fórum é educativo porque eu acho que ele, o tempo todo, constrói”.

Marilyn Monroe avaliou o Fórum como um espaço de formação e de informação. Este é um desafio que o Fórum precisa enfrentar e que já está colocado há algum tempo. Necessita discutir que, além de espaço de formação, ele precisa ser um espaço capaz de interferir na política geral.

Para Marilyn Monroe, do ponto de vista educacional, o Fórum é um espaço de formação e de informação, cujo objetivo é o de esclarecer as pessoas sobre a EJA, no Brasil e em Minas. Ele se torna um espaço privilegiado para essas informações, já que, mesmo que elas sejam encontradas em outros lugares, o Fórum é o local no qual as pessoas se sentem familiarizadas e informadas.

Greta Garbo pensa a partir de uma concepção de educação mais ampla que a de formação. Acredita que a educação acontece em todos os espaços e que a formação é mais específica. Assim, o Fórum “pode ter o caráter formativo, mas o ideal é que ele continue, porque ele já é educativo. O Fórum é formativo em determinado momento, mas ele é muito mais que formativo, ele, para mim, tem o caráter educativo”. (GRETA GARBO).

O Fórum, em sua opinião, representa sensibilidade, trabalha com a inteligência emocional, ou seja, não possui, como objetivo, apenas a cognição. “Ele te abre as portas, diz vai lá, ouse. Foi o que aconteceu comigo, como educador, ele me abriu as portas para ousar. Fui lá e usei. Por isso, é que ele é educativo. Ele é um pouco Paulo Freire”. (GRETA GARBO).

Conforme Dantas (2005),

o Fórum, na sua metodologia de ação, apresenta uma importante dimensão educativa, pois permite a troca de experiências e a construção de novos conhecimentos. Outro elemento que identifiquei do caráter educativo deste coletivo é o movimento constante de conquista da cidadania, já que a EJA tem como uma de suas premissas a diminuição das desigualdades sociais, por meio da democratização e do direito de acesso ao conhecimento. (DANTAS, 2005, p.39).

Marlon Brando disse que o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos possui a sua legitimidade e que os encontros se configuram como um momento de formação, principalmente para as pessoas que participam de forma mais ativa, já que

ele contribui muito para a formação política, para a formação teórica, para poder a pessoa disputar nos seus espaços uma concepção de EJA mais ligada à Educação Popular. Aí, nesse sentido, eu acho que o Fórum Mineiro

cumprir e vem cumprindo um papel fundamental pra a gente pensar a Educação de Jovens e Adultos em Minas Gerais. (MARLON BRANDO).

Marlon Brando considerou os conceitos formativo e educativo como sinônimos, pois, para ele, a formação está implícita em todo ato educativo. Prosseguiu dizendo que o processo educativo requer uma organização mais sistemática de tema, pensando-se em uma lógica formal. Sendo assim, o Fórum, para ele, pode significar as duas coisas.

A minha participação ali me ajudou muito a discutir com os professores no interior da escola, discutir dentro da Prefeitura, também, quando em determinado momento, ficou muito claro a idéia da Prefeitura, de algumas pessoas dentro da Prefeitura, de colocar a Educação de Jovens e Adultos como algo não tão relevante, mas de ter fundamentação teórica, de ter dado para colocar, inclusive, que faz parte de uma administração democrático-popular, legitimar a Educação de Jovens e Adultos. (MARLON BRANDO).

Para James Dean, o Fórum é um espaço de formação e, na prática, não separa o caráter formativo do educativo, já que os dois caminham juntos. Disse isso a partir da visão que o entrevistado possui da intencionalidade da ação exercida pelo Fórum. Considera que

[...] ele tem sim um espaço de relação, é um espaço, vamos falar assim, onde se discute, de encontro, de relações, de socialização de pesquisas de cunho acadêmico, de socializações de práticas, então ele trabalha com as duas perspectivas, que seria tipo educativo e formativo, acho que pensando enquanto movimento e pensando enquanto militante, eu diria que os dois processos estariam juntos e bem retratados dentro do Fórum. (JAMES DEAN).

Elizabeth Taylor não qualifica diferença entre os termos educativo e formativo e considera que existe uma relação entre eles, da qual ele não consegue fazer distinções. Sendo assim, em sua opinião, o Fórum é um espaço educativo e formativo, mas que isso somente se faz possível se houver uma relação entre o sujeito que participa e o Fórum.

Cary Grant afirmou que espaço formativo é a mesma coisa que espaço educativo e que o Fórum possui espaço de formação mais visível, se comparado ao espaço político.

Ele é político, mas eu acho que ele acaba sendo mais até formativo do que político pelos momentos que eu participei, justamente que a gente discute a política, mas em raros momentos a gente tem, vamos dizer assim, uma atitude política pra tentar forçar enquanto a reunião de um grupo que vai reivindicar isso ou aquilo, não. Nós não tivemos muitos espaços assim de forçar alguma coisa, até por ser um espaço mais de discussão e bem democrático lá, então a gente acaba mais é ouvindo as pessoas falando, colocando as posições diferentes e cada um formando a sua própria opinião, a partir dessa formação, então eu acho que ele é mais formativo, talvez até mais formativo do que político, mas de coisas que são de interesse do Fórum. (CARY GRANT).

### **2.2.5 O Fórum enquanto ação coletiva**

Outra categoria a ser trazida para análise, nesta pesquisa, é a que discute o pertencimento do Fórum ao campo da Sociologia das Ações Coletivas, visto que existe

uma indefinição no campo teórico sobre o lugar das ações e dos movimentos, configurados à maneira do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos.

Nos últimos anos, a discussão sobre os fóruns, entendidos como um movimento social, ampliou-se, principalmente nos ENEJAs. Este entendimento é combatido por outra parcela de militantes nestes espaços. Eles são vistos como uma nova e criativa forma de

organização da sociedade na luta pelos direitos educacionais dos jovens e adultos. [...] constituídos por diversos setores da sociedade civil – ONGs, sindicatos, movimentos sociais – os fóruns passaram a ser espaços de diálogo com representantes dos setores públicos, acadêmicos e professores das redes públicas e privadas, entre outros. (HADDAD, 2007, p.14).

Diante dessa indefinição conceitual, na entrevista, foram apresentados, três conceitos para que os entrevistados pudessem refletir e dizer sobre a noção que eles tinham a respeito da importância de se rotular o pertencimento do Fórum a algum dos conceitos propostos. Os entrevistados deveriam, também, emitir uma opinião sobre o assunto. Os conceitos foram estes: movimento social, ação coletiva e movimentos em rede. Ressalto que esses termos já foram discutidos, anteriormente, na revisão teórica desse trabalho.

Ava Gardner não entende o Fórum como um movimento em rede, porque a isto se supõe que o Fórum seja algo que não possui uma forma. Disse, ainda, que o Fórum não tem liderança, todas as pessoas possuem as mesmas funções, as mesmas tarefas, as mesmas atividades.

Pensando o Fórum a partir das pessoas que dele participam, é possível inferir, segundo Ava Gardner, que o Fórum funciona, de fato, como um movimento em rede. Contudo, analisou que, em relação a quem o vê externamente, percebe-se que o Fórum não funciona dessa forma. O movimento em rede pressupõe linearidade e essa não é uma característica do Fórum. Avaliou que o Fórum seja um movimento social, porque ele tem como meta analisar e propor, o que o difere de uma ação coletiva, já que essa é a própria proposta, e ele não se configura como um grupo que vai elaborar e externar uma proposição.

Ava Gardner afirmou que não vê importância em dar uma denominação para o Fórum, no âmbito da Sociologia, visto que isso não é uma preocupação deste espaço. Pensa que a preocupação do Fórum deva ser em não perder de vista a sua função social, já que, no campo teórico, sempre aparecerá um estudioso que vai denominar, de maneira diferente, algo que já recebeu outros nomes antes.

O entrevistado prosseguiu e defendeu que se o Fórum mantiver a função

de aglutinar ações de Educação de Jovens e Adultos, de analisar criticamente essas ações, de propor criticamente a alteração ou a manutenção delas e apresentá-las a quem de direito, sempre buscando a questão da EJA como educação pela vida, sempre buscando a questão da EJA como educação de qualidade social, sempre buscando trabalhar dentro do campo do que seja educação libertadora e emancipadora, por mim pode chamar do que quiser. (AVA GARDNER).

Disse, ainda, que aqueles que participavam do Fórum, eram “pessoas que ali representavam o poder público, que ali representavam a universidade, que essas pessoas, também, tinham uma compreensão do Fórum como um movimento social e não como uma extensão, não como um prolongamento de seus espaços de origem”. (AVA GARDNER).

Marilyn Monroe começou sua resposta abordando a organização do movimento da EJA feito nas comunidades locais e disse que o movimento não possuía uma organização na cidade. Os encontros aconteciam dentro das escolas, ou seja, a relação da Educação de Jovens e Adultos em Belo Horizonte com o movimento social, em sua visão, é uma relação enfraquecida. O segundo entrevistado lembrou-se de que a situação era diferente na Educação Infantil, já que esta tinha uma longa história de discussão na cidade e no estado, enquanto que a EJA não possuía esta história.

Tal afirmativa vem ao encontro do pensamento que afirma que

existe uma vasta literatura sobre a luta que realizaram e realizam [os pais] para garantir escolas para seus filhos. No entanto, quando se trata de reivindicarem acesso a para eles próprios isso não acontece, pelo menos não com a mesma intensidade. Não é comum registrarmos ações coletivas ou mesmo movimentos sociais da população jovem e adulta, parte dela no papel de pais, lutando pela garantia do seu próprio direito à educação. (HADDAD, 2001, p.209).

Considerou, ainda, que seria interessante pensar o movimento dos fóruns a partir da discussão que a Sociologia traz do ator coletivo. Não crê que o Fórum seja, exatamente, uma ação coletiva, porque a ação coletiva não é uma ação espontânea e sim uma ação articulada, a partir de um bem coletivo. Assim, segundo Marilyn Monroe, o Fórum não se enquadrava na categoria das ações coletivas. Para ele, se o Fórum fosse uma ação coletiva ou uma ação em rede, sua representatividade no cenário político do país seria bem mais ampla:

[...] se comprometer coletivamente para uma ação coletiva significa você reelaborar a perspectiva daquela instituição que você está representando para aquela ação a ser construída. E não é muito isso. Essas pessoas não se comprometem, se comprometem com aquilo que não transgride nada, que não interfere no funcionamento de sua instituição e eu acho isso difícil, é um negócio que está ficando grande demais. (MARILYN MONROE).

Avaliou, ainda, que o Fórum Mineiro não atua como um movimento social, embora seja este o desejo de Marilyn Monroe. Para ele, não há influência ou relação do movimento social com o Fórum e vice-versa. Afirmou que “[...] a gente não pode desconhecer que o movimento social não discute o direito à educação, não discute, porque, se discutisse, os movimentos teriam uma outra interferência nesses espaços e não se tinha essa luta tão solitária [...]”. (MARILYN MONROE).

Marilyn Monroe mencionou, durante a entrevista, que o fato de o Fórum receber um “rótulo” deveria significar coerência de ação com a categoria de pertencimento a qual o nome determinasse. Pensa que seja possível dizer que o Fórum se configura como um movimento institucional, do governo, do Sistema S, nada além, já que o mesmo se constitui em um espaço que não aglutina o movimento social, mas, se o movimento social quisesse, o faria:

Acho que se o Fórum tivesse um outro tipo de atuação com esse viés, pensasse um pouco mais, se ele fosse mais ideológico, eu acho, de pensar o direito, de trabalhar nessa perspectiva do direito à educação, como se trabalhou no movimento de defesa pela escola pública, eu acho que ele poderia estar encabeçando o movimento nesse sentido sabe, de lutar de fato pelo direito, independente de quem estivesse no governo ou não. Mas eu não acho que ele é movimento social exatamente do jeito que eu vivi o movimento social, que eu participei, não acho que é não, assim, ele não tem essa característica, essa radicalidade que o movimento social impõe, ele não tem. (MARILYN MONROE).

Para Greta Garbo, o Fórum se aproxima mais de um “movimento em rede” e das “ações coletivas”. Ele percebe o Fórum como um modelo de gestão democrática, visto que o mesmo, para ele, apresenta uma diversidade de idéias e de segmentos e que, no processo de seu funcionamento, todos podem falar, propor discussões e construir novas idéias. Este entrevistado acredita que o Fórum é melhor caracterizado, por sua configuração, como um movimento em rede. Encerrou sua fala dizendo que não dá muita importância para isso, pois pensa que as classificações dadas ao Fórum são apenas detalhes: “O fato dele ser chamado não tem tanta importância, a importância tem na forma dele executar, porque, se ele executar de forma democrática um trabalho feito em rede, eu acho que ele vai ter, efetivamente, cumprido os objetivos dele”. (GRETA GARBO).

Já Marlon Brando disse que não possuía muito conhecimento dos conceitos apresentados, mas acreditava que o Fórum Mineiro fosse um movimento social. Avaliou que existe um objetivo maior no movimento social que não contempla o Fórum, pois este último não é um espaço onde os alunos e os que estão fora da escola frequentam; aqueles que demandam o serviço não participam das reuniões do Fórum. Por isso,

considerou que o Fórum seja um conjunto de ações coletivas, de grupos distintos. Imagina que movimento em rede seja um lugar constituído por uma rede de informações, de um lado e do outro, com um fluxo coordenando as ações. Neste caso, reflete que esse pode ser o conceito que mais se aproxima do funcionamento do Fórum, mas que esta determinação é irrelevante, visto que isso não altera a natureza do Fórum e nem a sua dinâmica.

James Dean entende o Fórum como um movimento. Tende a vê-lo como “um movimento social, um movimento de tipo diferente”. Disse que o Fórum é mais flexível, sem a rigidez e estruturação de outros movimentos. Por isso é que

ele é um movimento social, aí até esse movimento, eu diria um movimento social de tipo diferente, acho que um movimento social de tipo diferente, que é mais fluido, é mais fluido, não é tão estruturado, não tem aquele estatuto com normas rígidas, maleável, flexível, [...] acho que é um movimento de homens, pessoas humanas, acho que isso. (JAMES DEAN).

Acredita que seja importante a denominação, pois essa denominação é imbuída de significado, que aponta um caminho.

[...] quem não conhece o retrato do Fórum, para quem desconhece, então essa denominação contribui, ajuda a entendê-lo, acho que não é rotular, acho que rotular até contrariaria as perspectivas do fórum, rotulá-lo, categorizá-lo, vamos falar assim, hermeticamente, categorizá-lo hermeticamente, então fecharia, esse movimento ele tem alguns princípios norteadores. (JAMES DEAN).

James Dean alertou para o fato de que seja preciso tomar cuidado com essas possíveis denominações para o Fórum, porque, historicamente, o movimento busca “não se tornar um gueto, se fechar nele mesmo, se estruturar em demasia, para não se transformar em um espaço fechado”.

Já Elizabeth Taylor pensa que a base de qualquer ação conjunta é um fator político, assim percebe que exista uma ação conjunta no Fórum que tende a um movimento social, que pode ser coletivo, considerando-se a sua função de reunir a classe de professores. Mas avaliou que o Fórum seja mais amplo que qualquer denominação, visto que “não é ali só assistir, é um movimento engajado, tem um porque, uma finalidade”. (ELIZABETH TAYLOR).

Já Cary Grant possui por opinião que o Fórum seria parte dos “movimentos em rede”, porque possibilita o trabalho com diferentes grupos, como uma rede, ou seja, os fios que formam esta rede. Disse que “se fosse possível estabelecer um vínculo com o trabalho, talvez, não sei como, se através de um nome ou da teia que forma essa rede, com certeza, o Fórum se fortaleceria”.

## 2.2.6 O Fórum no cenário político e no campo da educação

Outra discussão trazida para esta investigação é a que aborda a percepção acerca da atuação do Fórum fora de seus limites. A investigação procurou identificar como os frequentadores das reuniões do Fórum Mineiro avaliavam e percebiam a sua disseminação e os desdobramentos dos debates realizados em seu interior nos espaços externos a ele, especificamente em relação aos reflexos ocorridos nos campos político e educacional.

Para Ava Gardner, o Fórum não é suficientemente conhecido e/ou reconhecido. Em sua opinião, seria interessante que o Fórum influenciasse todas as instâncias voltadas para a educação, fossem elas municipais, estaduais ou nacionais. Avaliou que o Estado, no momento que lhe convier, estará participando, efetivamente, do Fórum. Para o entrevistado, este é um motivo de preocupação, pois deixa entender que essa participação do Estado poderia não contemplar os interesses políticos, formativos e educacionais do Fórum.

Mencionou, ainda, que o Fórum, em sua opinião, não mantinha um posicionamento político, pois gestores públicos participavam das plenárias como qualquer outro cidadão que acompanhava o movimento.

Marilyn Monroe afirmou que o Fórum “nunca” conseguiu interferir na política pública, principalmente no âmbito do Estado. Disse que a chegada de representantes do CME-BH e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao Fórum – fatos que ocorreram na mesma época – mudou um pouco esta realidade, mas refletiu que a interferência das instituições no espaço do Fórum foi maior do que a interferência do Fórum no espaço da política pública.

Citou que a regulamentação da EJA, em Belo Horizonte, era um processo que estava acontecendo no país inteiro, em diversas cidades, naquele momento. Dessa forma, percebeu que alguns fóruns intervinham mais que outros. Em Belo Horizonte, a interferência na construção da política pública para o município era menor. Disse que esse fato poderia ser explicado pelo próprio formato do Fórum, cujo alcance não era extenso.

Isso reforça a idéia de Haddad (2007, p.11), quando apresenta o fato de que o processo de descentralização das responsabilidades, ocorrido no estado brasileiro, “aproxima os serviços da demanda e do controle da sociedade, podendo favorecer a democratização

dos serviços públicos, ao potencializar a participação social nas instâncias locais de poder”.

Marilyn Monroe prosseguiu dizendo que essa situação não significou que o Fórum não tenha sido representativo, pois a representatividade aconteceu considerando-se a participação das pessoas, já que “a medida que ele ia ampliando a sua participação, as pessoas iam reivindicando cada vez mais que ele tivesse esse caráter, porque elas não têm informação, em especial quem era professor”. (MARILYN MONROE).

Em sua avaliação, seria importante o Fórum agrupar as ações no campo educacional e no campo político, sem dissociá-las, para um melhor alcance nas soluções. Prosseguiu dizendo que, politicamente, o Fórum não é um espaço que possa ser desconsiderado, pois existe um reconhecimento de sua existência, mesmo que suas ações interfiram minimamente na política em geral. Disse, ainda, que um dos desafios do Fórum é o de fazer intervenções na política pública do Estado, o que ainda não foi alcançado. “Ele nunca conseguiu se organizar e essa discussão nunca teve um alcance para impactar, diferente de outros estados”. (MARILYN MONROE). Completou dizendo que

o Fórum ele nunca se posiciona, porque se ele se posicionar você compromete alhos e bugalhos, então ele não tem posição política, diferentemente, eu acho, que o da educação infantil, que é um Fórum mais tradicional e que assume, em determinados momentos, ele assume uma posição política, mesmo, enquanto Fórum. (MARILYN MONROE).

Finalizou sua fala dizendo que, atualmente, os fóruns são contemplados no MEC. Pensa que essa relação, que ocorre entre os fóruns e o MEC, poderá ser positiva ou não, considerando-se a maneira como o MEC fará suas intervenções: se imprimirá seu posicionamento, nas discussões dos fóruns, de forma autoritária, não reconhecendo a autonomia desses espaços de discussão, ou se respeitará esta autonomia e contribuirá para o enriquecimento da mesma.

Greta Garbo avaliou que a experiência com o Fórum em Belo Horizonte ajudou a disseminar a idéia do movimento por todo o Estado, visto que o CME-BH divulgou, em muitas cidades de Minas Gerais, esta experiência. Afirmou que o Fórum é pouco conhecido nas escolas e que, normalmente, as notícias chegam através de quem possui um perfil de participação e militância e que está no interior das mesmas:

Pelo que eu conheço lá das 31 escolas, ele é desconhecido. Eu não sei se te dizer se é divulgação, porque eu não sei se os cartazes chegam lá, se isso é mandado via malote, se teria que ter um corpo a corpo. Acho que mesmo se chegasse o cartazinho do Fórum, tinha que ter um corpo a corpo. Alguém ir apresentar e dizer por que, para que veio, qual o objetivo de agora para frente. (GRETA GARBO).

Para Greta Garbo, o Fórum constrói políticas públicas. O entrevistado avaliou que as pessoas que constituíam o Núcleo de EJA da SMED-BH, na época da regulamentação, levavam, para as discussões internas da Secretaria, os desdobramentos do pensamento do Fórum. Ressalvou que isso foi possível naquele momento, visto que, atualmente, as políticas são definidas de forma centralizada e, em sua opinião, para haver participação na construção das políticas públicas, é necessário vontade política do executivo. Sustentou seu argumento exemplificando que, na época em que aconteceu a regulamentação da EJA em Belo Horizonte, o CME-BH possuía militantes que lutavam em prol do direito à educação e da EJA.

Tal pensamento vem corroborar a idéia de que os fóruns deveriam

estar no centro da formulação de políticas públicas, oferecendo idéias, concepções pedagógicas, experiências não-formais, porém sérias de organização dos currículos, dos tempos e espaços e do trabalho de professores e alunos; apresentando aos governos propostas viáveis para a remoção dos entraves que historicamente vêm limitando o acesso e permanência dos setores populares à educação no próprio sistema escolar. (ARROYO, 2005, p.48).

São palavras de Marlon Brando:

entre as inúmeras atividades da SMED-BH, das preocupações que tinham as pessoas do CAPE e da CPP, na época, ter as problemáticas levantadas pelo Fórum como algo a preocupar mais, não era, naquele momento, algo importante, a não ser alguma coisa que redundasse em vantagem política para a SMED-BH. [...] lá tem uma centena de atividades. Essa não era, até onde eu percebi, uma atividade que a secretaria se preocupava. Ela deixava para alguém da SMED-BH responder, era uma atividade que não era considerada da Secretaria. (MARLON BRANDO).

Por esta fala, é possível deduzir que não havia interesse, por parte da SMED-BH, sobre o que se discutia no Fórum Mineiro de EJA. Da mesma forma, a presença de um representante da Secretaria no Fórum era a forma encontrada para dizer que a SMED-BH estava presente nas discussões que envolviam a Educação de Jovens e Adultos, mas, internamente, essa presença cumpria, apenas, um papel institucional.

Por outro lado, segundo o entrevistado, havia a participação, no Fórum, dos professores que compunham as equipes de acompanhamento pedagógico das regionais da PBH. Estes profissionais viam no Fórum um espaço para fomentar a discussão da Educação de Jovens e Adultos. Eles tinham interesse nas discussões e aquele espaço era significativo, mas a participação era voluntária, não fazendo parte das atividades dos Departamentos de Educação.

Sobre o alcance e a repercussão do Fórum junto aos professores com os quais trabalhava, o entrevistado disse que “o Fórum não representava nada para os colegas” e

relatou que, apesar da divulgação feita na escola, a discussão não era considerada importante e muitos não percebiam o Fórum como um espaço de formação. Afirmou que os professores que iam ao Fórum faziam isso porque tinham um perfil de militantes no movimento da educação.

Ao comparar a presença dos professores da RME-BH com a presença dos professores da rede estadual, nas plenárias do Fórum, disse que eram raros os professores do estado que, sistematicamente, participavam do Fórum e que, mesmo havendo uma participação individual dos professores municipais, essa era significativa, em relação aos do Estado.

Assim, para ele, o Fórum não tinha força política e a sensação do entrevistado era “de que o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos não pode ser visto como um movimento social organizado, porque ele não tinha coesão nas suas ações. Cada um falava de um lugar. A vantagem dele é de ser um espaço que várias vozes podiam se manifestar, mas as ações não eram conjuntas”. (MARLON BRANDO).

Acredita que em uma situação hipotética, na qual houvesse divergências entre uma resolução da Prefeitura de Belo Horizonte e a posição do Fórum, em relação à Educação de Jovens e Adultos, a Prefeitura iria “tratorar” o Fórum. Da mesma forma, comparou a participação do SESI no Fórum, quando disse que

ele [o Fórum] não tem força para mudar a concepção de Educação de Jovens e Adultos que tem no SESI. Agora, os sujeitos que estão lá, sim. As pessoas começam a participar e podem mudar a sua concepção. Isso não quer dizer que ela vai mudar a prática da instituição que ela está representando. (MARLON BRANDO).

Na opinião de James Dean, o Fórum conquistou seu lugar em Belo Horizonte e possui uma certa ressonância junto aos gestores e educadores. Em relação ao Estado, expõe dúvidas sobre o reconhecimento do Fórum, por parte de outras cidades. Politicamente, avaliou que, em Belo Horizonte e na Grande BH, existe uma tendência maior em se preocupar com Educação de Jovens e Adultos e que por isso, há um campo para o Fórum atuar. Apesar de existir um movimento de interiorização do Fórum, uma preocupação em criar “braços para poder aglutinar forças”, no Estado, o Fórum precisa ser reconhecido, já que “ele tem pouco ou quase nada” de reconhecimento.

Para Elizabeth Taylor, o Fórum “é um espaço de aprendizagens, de encontro com outros relatos de experiências, de encontro com os profissionais, de encontro com os alunos, de distanciamento e reflexão da sua prática, de mobilização, de luta, de reivindicação”. (ELIZABETH TAYLOR).

Por isso, mesmo considerando que o Fórum não tenha uma grande visibilidade, mencionou que, dentro do espaço da educação, o Fórum adquire uma maior capilaridade, uma comunicação maior. No campo político, isto é, com prefeitos e secretários, o entrevistado não percebe essa mesma visibilidade. Mas, acreditando que o Fórum seja um espaço de combate e de luta política, disse que o Fórum deve funcionar como um apoio para a educação, por ser um espaço amplo, um espaço de reivindicação, mas que necessita ser mais eficiente na sua atuação.

Cary Grant considera que o Fórum cumpre um papel muito importante, principalmente para as cidades do interior, já que Belo Horizonte possui mais possibilidades de discussão das questões educacionais em outros espaços. “Sempre achei importante o Fórum, a contribuição que traz do interior e que também vai para as pessoas que vão para o interior”. (CARY GRANT).

Em sua opinião, o Fórum é ouvido e é politicamente respeitado, mas ressaltou que não foi sempre assim. Relatou que, no início da existência do Fórum, ocorreram dificuldades, mas que a conquista do espaço político, com a chegada de várias instituições no Fórum, proporcionou estabilidade para o seu funcionamento. Disse que “o que é tratado lá, sempre que a gente ouve, que alguém que vai, que traz pra gente informações é sempre respeitado. As pessoas têm muito carinho, vamos dizer assim, muito carinho com o Fórum Mineiro de EJA”. (CARY GRANT).

Continuou dizendo que, para ele, a existência do Fórum não é para “forçar alguma coisa politicamente”, mas avaliou que

ele existe politicamente, tem uma força política, que as pessoas que constituem o Fórum têm já uma certa discussão, um bom relacionamento nos meios aí da política educacional mesmo, então, por esse convívio ele é respeitado politicamente, mas eu acho que o objetivo dele mais é discutir a política educacional, enquanto formação, enquanto embasamento, [...] ele tem essa função política, mas não reivindicatória e sim de se colocar por ser respeitado. Na verdade, a força política que ele tem é por ser respeitado. (CARY GRANT).

### **2.2.7 CME-BH / Fórum / Processo de regulamentação da EJA em BH**

Na discussão sobre a maneira como ocorreram os encaminhamentos entre o CME-BH e o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, durante o processo de regulamentação da EJA em Belo Horizonte, foi investigada a forma que esses dois espaços interagem.

Para Ava Gardner, não havia uma pauta comum entre o CME-BH e o Fórum. Existia uma colaboração do CME-BH, já que

como o Fórum não tem nenhum centavo, então era muito comum que essa conselheira viesse até nós, tanto na presidência, quanto na mesa diretora, quanto por vezes em plenária, para trazer a demanda de que o CME-BH bancasse ou a passagem, ou o lanche nesse dia de reunião, ou a hospedagem dessa pessoa, e era muito comum que a gente solicitasse. (AVA GARDNER).

Em decorrência da interação entre o CME-BH e o Fórum Mineiro, muitas ações, empreendidas por esses dois espaços, passaram a ser comuns, mas nada que explicitasse ser um espaço era mais importante do que o outro, no que diz respeito à definição dos seus trabalhos.

O entrevistado prosseguiu lembrando que existia um interesse muito grande, por parte do CME-BH, principalmente da comissão relatora do processo de regulamentação do parecer e da resolução de EJA, na atuação do Fórum, visto que este último se configurava como um parceiro que exercia interlocução com vários setores, que eram importantes para o momento vivido pelo Conselho. Em contrapartida, avaliou que não houve interesse maior do Fórum em privilegiar alguns assuntos, que o CME-BH estava fazendo durante o período da regulamentação.

Cita os momentos nos quais a participação do Fórum foi mais marcante. Foi quando aconteceu a interlocução com alguns pesquisadores da EJA. Segundo o entrevistado, “o Fórum não privilegiou, ou não deu, na minha avaliação, o espaço que deveria ter dado àquele momento de elaboração”. (AVA GARDNER).

Questionado sobre se o Fórum tinha ou defendia uma proposta para a EJA em Belo Horizonte, respondeu afirmativamente e completou que a proposta do Fórum foi defendida por sua relatora no CME-BH, mas que foi esta uma ação isolada. Houve, em sua opinião, muitas questões das quais o Fórum participou, mas no CME-BH, estas foram tratadas como uma proposta da relatora e não do Fórum.

Concluiu dizendo que o Fórum, no CME-BH, era mais visível na representação feita pelos seus interlocutores. “Eu não me lembro de uma situação em que, posso estar muito equivocada, mas eu não me lembro de uma situação que apareceu que isso era uma proposta do Fórum, apesar de achar que isso seria, perfeitamente, cabível”. (AVA GARDNER).

Marilyn Monroe, que participou diretamente do processo da regulamentação da EJA pelo CME-BH, disse que a construção do parecer foi um processo coletivo, de construção de diretrizes, algo bem interessante. Mencionou que o resultado foi satisfatório. Sentiu, que, contudo, há falta de consonância com a política pública, quanto a sua interferência e sua influência. Para este entrevistado, alguns pontos foram

atingidos, como a questão da estrutura, do funcionamento da EJA, mas não se interferiu na política pública para que o município a assumisse de uma outra forma.

Para ele, o Fórum não participava do CME-BH oficialmente. Havia as informações que eram levadas para o CME-BH e as demandas que ele, enquanto participante do Fórum, apresentava. Muitas questões analisadas no Fórum eram discutidas na Câmara Pedagógica do CME-BH, da mesma forma que discutia-se aquilo que o CME-BH considerava importante no Fórum. Afirmou que isso acontecia em função da militância do entrevistado e de que as tarefas relacionadas ao Fórum eram tarefas dele, enquanto conselheiro.

Quanto às pautas, disse que, apesar de semelhantes, não existia uma construção conjunta das mesmas entre o Fórum e o CME-BH. O que se poderia dizer é que o Fórum trazia, para o seu interior, questões sobre as quais o CME-BH estava interferindo. Em sua opinião, a participação do Conselho no Fórum foi uma grande conquista para o próprio Fórum. Prosseguiu relatando que não havia uma institucionalidade do Fórum, nos espaços promovidos pelo CME-BH, durante o processo de regulamentação, mas as pessoas que freqüentavam o Fórum estavam presentes.

Você tinha militante. Você tinha o povo que estava na administração, que estava no Fórum e estava no CME-BH, era o mesmo povo, nas plenárias do CME-BH você tinha a militância das escolas que ia para o Fórum e ia para as discussões do CME-BH, você tinha o sindicato que tinha uma participação fluida no Fórum, mas obrigatoriamente teve que participar das plenárias do CME-BH porque ele foi convocado a discutir, a ajudar a pensar, então ele tinha que estar lá. Então eram as mesmas pessoas que estavam nos dois espaços. (MARILYN MONROE).

Para Marilyn Monroe, no que tange aos encaminhamentos e às intervenções realizadas pelo CME-BH, não é factível dizer que o Fórum estivesse presente no CME-BH, pelo menos enquanto instituição, visto que não havia este tipo de articulação. Salientou que o que havia eram cobranças por parte de alguns educadores, que consideravam que o Fórum deveria fazer este tipo de ação. “O Fórum, em si, não era um reconhecimento comum”. (MARILYN MONROE).

Já Greta Garbo acredita ter sido importante sua participação no Fórum durante o processo de regulamentação da EJA em Belo Horizonte, pois pôde conhecer as pessoas que assistiam no Fórum e estreitar as relações interpessoais. Disse que foi uma

oportunidade da pessoa ver que você não é um técnico, ou então que você é um pau mandado de um técnico. [...] ele foi importante porque ele abriu o espaço das pessoas conhecerem e pararem para te ouvir com paciência.

Tinham paciência para ouvir, dialogar e até negociar. Então abriu espaço sim para o Fórum municipal [sic], abriu espaço para a inserção nas plenárias do CME-BH e abriu para outros eventos que foram acontecendo. (GRETA GARBO).

Avaliou que o Fórum e o CME-BH sempre “andaram muito juntos” e que, se não existisse o Fórum, acredita que a regulamentação aconteceria, mas isso seria de uma forma mais lenta, “a passos mais curtos, talvez não tivesse nem saído, ainda”. (GRETA GARBO).

Quando perguntado sobre o resultado do processo de regulamentação, considera que

os militantes dessa EJA, são heróis, porque eles conseguiram enquadrar dentro do que se chama de escolarização, uma modalidade que eu acho que, pelo menos na época, agora eu não sei, mas na época, no Brasil não poderia ser considerada escolarização, seria considerado curso livre que depois faria uma prova de certificação, um supletivo, mas eles conseguiram. (GRETA GARBO).

A respeito das discussões que esta pessoa entrevistada realizava e ouvia no Fórum e da maneira como as mesmas eram levadas, internamente, para a SMED-BH, disse que foi possível estabelecer uma interlocução entre a SMED-BH e o Fórum, já que existiam preocupações comuns, o que foi muito discutido na Secretaria. O resultado foi a feitura de uma proposta cuja organização fosse flexível e que não era, em forma, diferente de como se organizavam os professores de outras modalidades de educação. Então, considera que foi possível trazer para a avaliação interna da SMED-BH aquilo que se discutia no Fórum e as preocupações que lá eram externadas e, assim, tornou-se possível a negociação.

O entrevistado acrescentou que a proposta de regulamentação da EJA em Belo Horizonte foi influenciada pelas idéias do Léo<sup>38</sup>, mas que há muita coisa do PET, do trabalho de educadores e escolas da RME-BH. Ideologicamente, há muito do Leôncio. Crê que, se o Fórum não existisse, a regulamentação teria sido diferente, “porque o Fórum arregimentou essas várias, esses vários segmentos. O Fórum, ele geriu democraticamente essa discussão da EJA no município. No Estado, eu não posso dizer”. (GRETA GARBO).

Para Marlon Brando, o CME-BH mantém uma relação muito boa com o Fórum. No entanto, atribuiu isso às relações bem próximas do professor Leôncio com algumas pessoas do Conselho. Em sua opinião, “o Fórum é um elemento que legitimava várias concepções do CME-BH. De olhar os sujeitos, o tempo do sujeito, a especificidade da

---

<sup>38</sup> Aqui o entrevistado faz referência ao professor Leôncio Soares, da UFMG, que era participante ativo do Fórum.

Educação de Jovens e Adultos. Era um ponto que as pessoas que estavam no CME-BH poderiam recorrer para defender determinado tipo de posição”. (MARLON BRANDO). Marlon Brando não comunga da idéia de que, no tempo da regulamentação da EJA em BH, existissem pautas comuns entre o CME e o Fórum, mas entende que as tensões inerentes a cada um desses espaços eram trazidas pelas pessoas que deles participavam. Contudo, para ele, essas tensões nunca eram vistas como passíveis de solução no Fórum, visto que este era composto por atores diversos e de instituições diferenciadas. Os temas que eram levados para as plenárias do Fórum, segundo o entrevistado, eram definidos no próprio âmbito do Fórum. Mas, o Fórum levava muitas discussões tanto para dentro do CME-BH, quanto para a SMED-BH, já que “as pessoas se alimentavam das discussões do Fórum para travar, para legitimar sua fala em outros espaços”. (MARLON BRANDO).

Reafirmou que nenhuma discussão do Fórum foi pensada a partir do CME-BH e que a regulamentação era uma discussão interna da SMED-BH. Para o entrevistado, as pessoas que estavam interessadas em aprofundar algum assunto, levavam a discussão para o Fórum. Em sua opinião, não havia interesse da SMED-BH em se fazer a discussão da regulamentação no Fórum, já que isso poderia explicitar as disputas internas que havia dentro da Secretaria. Avaliou que “é muito mais o Fórum alimentando as discussões do Conselho do que as discussões do Conselho alimentando as discussões do Fórum”. (MARLON BRANDO).

Para James Dean, o Fórum concedeu considerável contribuição no processo de regulamentação da EJA em Belo Horizonte. Acredita que o Fórum despertou, nas pessoas, o interesse pela importância da discussão proposta naquele período: “se não existisse o Fórum não seria possível construir o parecer com tanta profundidade. [...] Não posso afirmar se houve uma implicação consistente, mas, pelo menos, vamos dizer assim, alguns *insights*, para detonar, um detonador, pelo menos isso, agora há implicação aí, como é que fala, eu pessoalmente, eu ouvi notícias”. (JAMES DEAN).

Para Elizabeth Taylor, o Fórum contemplava as discussões do CME-BH. Para ele, o papel do Fórum foi fundamental para que ocorresse a regulamentação e, segundo sua visão, caso o Fórum não existisse, a regulamentação não teria sido construída, ou melhor, poderia ter acontecido, mas não haveria continuidade nas escolas: “até acho que, pela força do próprio movimento, eu percebi que tinha a mão, o dedo, a força do

Fórum para a aprovação da questão da lei para regulamentar, aqui, na rede municipal”. (ELIZABETH TAYLOR).

Cary Grant expressou que as pessoas participavam do Fórum e do CME-BH, porque estavam discutindo EJA, se interessavam por EJA, ou seja, a participação era algo espontâneo. Não se recorda do Fórum ter participado, de forma marcante, durante o processo de regulamentação da EJA em Belo Horizonte.

Eu não lembro alguma coisa que tenha marcado, que alguém chegou lá e falou que foi em nome do Fórum. Talvez tenha faltado isso, talvez tenha faltado do Fórum tirar alguma posição sobre aquilo, pra ir lá falar em nome do Fórum. Eu acho que o Fórum não fez isso, porque talvez seria alguma coisa que ficasse marcante. (CARY GRANT).

O entrevistado avaliou que a participação de quaisquer indivíduos no Fórum atribui-se a isto: ao fato de serem atores politizados, desejosos de exercer participação política, e ao prazer, ao gosto de participar da coisa pública. Para ele, o Fórum contribuiu para a formação de várias pessoas e que isso interferiu nas idéias e nas concepções que elas defenderam durante a regulamentação da EJA no Conselho.

Creio que o entrevistado só ressalta, com o seu pensamento, a necessidade de que, principalmente, os educadores sejam atores políticos e politizados, atentos à sociedade na qual estão vivendo, visto que essa condição, também, ajuda no crescimento profissional, pois

os processos de conscientização política podem ser um mecanismo de recuperação de dimensões de nosso ofício [ser professor] que foram perdidas no tecnicismo marcante de nossa tradição escolar. A professora e o professor que avançam na visão política encontram novos sentidos sociais de seu fazer. Recuperamos o sentido social perdido. (ARROYO, 2000, p.207).

Como já afirmado anteriormente, durante o processo de regulamentação da EJA, havia pessoas que freqüentavam o Fórum e o CME, fato que, segundo o parecer de Cary Grant, colaborou no encaminhamento das discussões. Este entrevistado reafirmou que o Fórum Mineiro de EJA não participava, enquanto instituição, da discussão da regulamentação da Educação de Jovens e Adultos na RME, embora houvesse pessoas do Fórum, presentes nas reuniões. Sua fala:

mas, agora, enquanto entidade, falar em nome de grupo, falar em nome do Fórum Mineiro, ou seja, ele aparecer politicamente, ‘Nós estamos aqui, estamos aqui, somos do Fórum Mineiro de EJA, nós temos essa posição, nós falamos sobre isso que nós discutimos lá’, essa fala não ocorreu, não tinha isso. (CARY GRANT).

Ouvidos os sujeitos da pesquisa, buscarei, agora, estabelecer os elementos que poderão indicar se a hipótese levantada no início desse trabalho pode ou não ser comprovada.

Além disso, dois fatores: o próprio caráter do objeto de estudo e, o segundo, que os entrevistados eram elementos que tinham e/ou têm uma trajetória junto a ele, o resultado trará contribuições, para que o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos possa refletir acerca de sua caminhada histórica, levando em consideração o que pensam os seus frequentadores.

## CAPÍTULO 3 - AÇÃO

### 3.1 MONTAGEM - Considerações Finais

Concluo este trabalho de pesquisa mencionando que o mesmo representa uma referência, um possível caminho que possa elucidar alguns impasses e provocar a concretização dos sonhos e utopias daqueles que acreditam nos fóruns, o que é nada mais do que a busca do “inédito viável”<sup>39</sup>.

[...] o inédito-viável é a materialização historicamente possível do sonho almejado. [...] O risco de assumir a luta pelo inédito-viável é, pois, uma decorrência da natureza utópica, própria da consciência crítica, e encerra em si uma perspectiva metodológica, visto que faz do ato de sonhar coletivamente um movimento transformador. A capacidade de sonhar coletivamente, quando assumida na opção pela vivência da radicalidade de um sonho comum, constitui-se numa atitude de formação que orienta-se não apenas por acreditar que as situações-limites podem ser modificadas, mas, fundamentalmente, por acreditar que essa mudança se constrói constante e coletivamente no exercício crítico de desvelamento dos temas-problemas sociais que as condicionam. (FREITAS, 2005).

Primeiramente, analisando-se os dados obtidos em relação às presenças nos encontros do Fórum, foi possível perceber, observando-se os temas tratados, que nem sempre o anseio dos frequentadores foi contemplado nas plenárias. Ficou patente, na fala de alguns entrevistados, a intenção de que as reuniões contemplassem, com maior frequência, experiências voltadas para a formação dos educadores, privilegiando, principalmente, os relatos de experiências e as práticas pedagógicas desenvolvidas por aqueles que estão no cotidiano das salas de aula de Educação de Jovens e Adultos.

Constatei que temas mais amplos, que proporcionam uma formação de caráter mais político e com menos foco nas questões de ordem prática para o cotidiano dos educadores da EJA, são tratados nos encontros com maior frequência. Isso ficou comprovado ao se verificar que assuntos relacionados à Política e ao Direito à Educação, ao Histórico e às Diretrizes da EJA e aqueles ligados aos Sujeitos da EJA são os que mais apareceram nas discussões.

---

<sup>39</sup> Categoria criada por Paulo Freire na qual o sujeito, diante de “situações-limites”, percebe-a como fronteira entre o ser e o mais ser, ou seja, é quando os homens, ao nível da “consciência real”, se vêem limitados na possibilidade de perceber mais além das “situações limites”. (FREIRE, 1987, p.94,107).

Em números percentuais, a presença de cidades mineiras no Fórum pode ser considerada pequena, se compararmos essa presença com o número de municípios do Estado. Havia, em Minas Gerais, na época do levantamento, 827<sup>40</sup> cidades, o que significa dizer que somente 10,9% delas chegaram a participar, através de pessoas que as representavam, ao menos uma vez, do Fórum Mineiro. Tal fato, provavelmente, possa ser explicado, pela extensão territorial do estado mineiro, e devido às dificuldades inerentes ao deslocamento em direção à Capital para que se possa participar do Fórum.

Para corroborar com esta constatação, verificou-se que mais de 50% das cidades (em torno de 45), que estiveram presentes nas reuniões do Fórum Mineiro, estão localizadas a uma distância de até 200 km da capital, Belo Horizonte.

Quanto à frequência dos municípios nos encontros do Fórum, Belo Horizonte esteve representada em todas as reuniões, já que é a cidade sede dos encontros e a secretaria do Fórum sempre esteve a cargo de uma instituição localizada na capital. Com participação semelhante à de Belo Horizonte, ou seja, com presença atestada em 100% dos encontros, verificou-se a cidade de Contagem, circunvizinha à BH e pertencente à região Metropolitana da Capital. Ipatinga esteve presente em 73% dos encontros, Divinópolis e Betim se igualaram, com 66% de participação. Viçosa apresentou 60%, seguida de Itaúna e Itatiaiuçu, com 40% de presença nos encontros. As outras cidades apresentaram percentual de participação menor que 40%.

Ao analisar a relação entre os temas tratados na reunião do Fórum e a atratividade que eles traziam para o público, buscando perceber em quais assuntos tratados havia maior número de pessoas presentes, verifiquei que, no período estudado, as temáticas “Relato de Experiências”, “Contribuição de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos” e “Sujeitos e educação inclusiva” foram as mais atraentes. Isso permite inferir que a presença de público nas reuniões do Fórum, no que diz respeito à atratividade dos assuntos tratados para os presentes, não apresenta uma relação direta. Um fato que chamou a minha atenção, e por este motivo cabe relatá-lo, é que, ao verificar os encontros do Fórum Mineiro, analisados para esta pesquisa, nos quais a presença de público ultrapassou o número de 125 pessoas presentes, encontrei um total de sete plenárias. Seis destas plenárias ocorreram no primeiro semestre do ano, nos meses de março, abril e maio.

---

<sup>40</sup> Atualmente, o estado de Minas Gerais possui 853 municípios.

Com relação ao número de cidades representadas no Fórum, o encontro marcado com o maior número de municípios contou com a presença de representantes de 34 cidades mineiras. O segundo maior, contou com a participação de representantes de 31 cidades e o terceiro, com o total de representantes de 27 municípios. Constatei que os temas tratados nesses encontros tiveram abordagens diferenciadas – Contribuição de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos; Políticas Públicas para a EJA em Minas Gerais e Relatos de experiência em EJA. Concluo que a representação das cidades no Fórum não possui relação direta com o assunto tratado. Analisados os sete maiores encontros do Fórum Mineiro de EJA, agora relacionados ao número de cidades que enviaram representantes, seis deles aconteceram no primeiro semestre do ano.

Essas últimas constatações podem indicar uma tendência das pessoas em comparecerem aos encontros ocorridos no primeiro semestre do ano, o que merece um aprofundamento em pesquisas futuras. Outro fato constatado, durante a análise dos dados obtidos das listas de presença, é que a grande maioria do público, presente nas plenárias do Fórum Mineiro, é constituída de educadores da rede pública municipal e estadual.

Convém assim, em minha opinião, repensar o porquê da diminuição de frequência de municípios e dos participantes no II semestre, nas reuniões do Fórum. Garantir assiduidade em todo o ano favorecerá o acesso e a permanência do cidadão educando em uma escola de qualidade, possibilitando o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil, como signatário da Agenda do Futuro, documento final da V CONFINTEA, que foi reafirmado na Conferência Internacional V CONFINTEA “*Midterm Review Meeting*”, realizada em setembro de 2003, na cidade de Bangkok, Tailândia.

Pode-se perceber que a presença do público, representante das cidades nos encontros do Fórum Mineiro de EJA, não é proporcional à grandiosidade do Estado de Minas Gerais. O número de cidades representadas no Fórum é muito pequeno. Além disso, a presença esporádica (a maior parte das representações dos municípios somente esteve presente, nas reuniões do Fórum, uma única vez) indica que pode haver uma descontinuidade nas discussões das questões educacionais discutidas no Fórum neste Estado. Acredito que seja necessário um empenho maior na divulgação das reuniões para que a Educação de Jovens e Adultos seja discutida e levada a um número maior de pessoas e localidades. Creio ser necessário que o poder público, principalmente o estadual, se empenhe de forma mais efetiva, criando condições para participação de um número maior de

municípios, fazendo com que a EJA seja mais discutida com o intuito de se propiciar a melhoria da oferta e da qualidade da escola pública, já que

os fóruns vêm contribuindo para a discussão e o aprofundamento do que seja a educação de jovens e adultos no Brasil. Além de estabelecer uma interlocução fecunda entre a sociedade civil e o estado, têm possibilitado uma mobilização permanente em torno das questões que envolvem a EJA. (SOARES, 2003, p.21).

Penso que a criação de fóruns regionais tenha sido uma forma de sanar as dificuldades de acesso aos encontros do Fórum Mineiro na Capital, muito em função da extensão territorial do estado e das dificuldades de locomoção advindas de tal realidade. A exemplo do Fórum do Leste de Minas, criado em março de 2002 na cidade de Ipatinga, que era o único Fórum Regional existente no período pesquisado, outras iniciativas foram e têm sido realizadas pela secretaria do Fórum Mineiro. O intuito é o surgimento de novos fóruns regionais, possibilitando acesso facilitado aos encontros para as pessoas ligadas à educação de jovens e adultos. Atualmente, Minas Gerais conta com onze fóruns regionais: o “Fórum do Oeste de Minas” (criado em 2004; Divinópolis), “Norte de Minas” (criado em 2004; Montes Claros), “Zona da Mata” (criado em 2004; Juiz de Fora), “Vertentes” (criado em 2004; São João Del Rey), “Inconfidentes” (criado em 2005; Mariana), “Sudeste de Minas” (criado em 2005; Viçosa), “Região Metropolitana de Belo Horizonte” (criado em 2006; Vespasiano), “À Caminho do Mar” (criado em 2007; Manhuaçu), “Triângulo Mineiro” (criado em 2007; Uberlândia) e “Noroeste de Minas” (criado em 2008; Unaí).

Outra constatação feita na trajetória desta pesquisa é a predominância da participação das pessoas da cidade de Belo Horizonte nas reuniões do Fórum. Provavelmente isso se explica pelo fato de que o Fórum tenha sido iniciado por pessoas que residiam na Capital Mineira e por ser, nesta cidade, o local de todas as reuniões. Os entrevistados demonstraram, através de suas respostas, que o poder público municipal dispensa uma atenção maior às discussões sobre educação com a sociedade civil, se comparada com os cuidados despendidos pelo poder público estadual. Isto explica o fato de uma maior presença de educadores da RME-BH às plenárias do Fórum. Outro fato, explicitado nas entrevistas, é a pouca importância que a SEE-MG concede no sentido de estabelecer uma política pública específica para a EJA, o que torna frágil a presença de pessoas ligadas à Secretaria Estadual e suas superintendências nas reuniões do Fórum, fato agravado pelas dimensões territoriais de Minas Gerais que, como já mencionado neste

trabalho, dificulta o deslocamento de pessoas residentes em cidades que não ficam próximas a BH.

O reflexo do descaso do poder público, em relação ao Fórum, pode ser percebido nas escolas que trabalham com a oferta da EJA, influenciando até mesmo o trabalho dos educadores lotados nas mesmas. A carência de espaços de formação e de discussão é sempre voz recorrente, quando os profissionais da educação participam do Fórum Estadual, queixa que se intensifica nas reuniões do movimento, nos fóruns regionais.

Não foi possível encontrar indícios mais concretos que possam relacionar a presença de pessoas nas reuniões com a continuidade e difusão do movimento pelo estado, mas verifiquei que aquelas cidades que apresentavam uma frequência maior no Fórum foram pólos atuantes no processo de regionalização dos fóruns.

Ireland (2007) caracterizou as reuniões da V CONFINTEA (Hamburgo, 1997) e da CONFINTEA V “*Midterm Review Meeting*” (Bancoc, 2003) como “atos de resistência em defesa da educação de adultos.” Ainda no mesmo trabalho, ele diz que

[...] Bancoc representou senão o fortalecimento do campo, pelo menos, a sua capacidade de sobrevivência num ambiente adverso. [...] para a maioria dos governos, a educação de adultos continua sendo uma atividade de importância marginal na agenda das políticas educacionais [...] O Encontro de Bancoc constituiu um ato de resistência às pressões diversas para quem a EJA representa, no melhor, uma excrescência.

Como já mencionado neste trabalho, o movimento dos fóruns no Brasil é consequência direta de todo o processo, ocorrido em nosso país, de preparação para a V CONFINTEA e da presença de pessoas que trouxeram as discussões realizadas em Hamburgo para o país e, também, para Minas Gerais. Comprovam-se, assim, as afirmativas de Ireland (2007), sobre a característica de resistência e a capacidade de sobrevivência deste movimento, em relação à realidade do que acontece com o movimento do Fórum Mineiro no Estado de Minas Gerais.

Foi possível constatar, pelas entrevistas, que o Fórum Mineiro é o foco de resistência e de luta pela EJA, no Estado, por parte daqueles que comungam a idéia de que seja possível trabalhar no sentido de se reconhecer tal modalidade da educação básica (EJA) como direito do cidadão. Para isso, o Fórum é o espaço privilegiado das discussões que mantém acesa a chama do reconhecimento da educação, ao longo da vida, como um objetivo a ser conquistado nas instâncias do poder público.

Não existe, comprovadamente, uma necessidade de se inserir o Fórum, dentro de uma perspectiva sociológica, em alguma categoria definidora do que ele seja em relação às

ações coletivas desenvolvidas no âmbito da sociedade. O primeiro fato que pude constatar é que as pessoas não têm claro quais são os conceitos tratados pela Sociologia, remetendo-se ao senso comum e aos conceitos pessoais, para se justificar alguma possível categoria de pertencimento do Fórum.

Também há uma tendência em se aceitar o Fórum como um movimento. Concordo que o uso simplificado da palavra movimento é o mais indicado para se identificar aquilo que, pelo viés sociológico, poderia trazer muito mais complexidade do que aquilo que aqui está posto. No Fórum, há uma constante troca (seja de pessoas, de temas, de cidades ou de debates), há articulação de pessoas, há uma constante busca em se mostrar ao poder público que existem preocupações e defensores da EJA que, no seio da sociedade, estão atentos ao que os governantes fazem, há uma constante articulação de encontros de discussão. Entendo que movimento torna-se uma denominação adequada ao Fórum.

Ser denominado de movimento social, rede, ou qualquer outra categoria na qual o Fórum, enquanto uma ação coletiva, possa ser nomeado não é um assunto que tenha importância para as pessoas que dele participam: a importância se encontra na perspectiva de se manter ativo este movimento e em se empunhar a bandeira da luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Em relação ao papel político, percebi que não seja possível delinear, com suficiente clareza, como o Fórum exerce esta atuação. É fato, comprovado pelas entrevistas, que o Fórum não se constitui como um espaço institucionalizado e, como tal, ele passa a não ser reconhecido como interlocutor em diversos espaços públicos de discussão sobre educação. Fortalecendo tal situação, as pessoas que freqüentam as suas reuniões, a partir da militância individual, não se apresentam como representantes do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, retirando-lhe a força representativa no cenário político. O fato de várias escolas e, também, professores da EJA não possuírem conhecimento da existência desse espaço de informação e formação pode demonstrar que não exista uma estrutura de representação política, que possa assumir e falar em nome de todos que são sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Por outro lado, não se pode desconsiderar a importância dos espaços do Fórum enquanto locais fomentadores e construtores de um ator político, pois são lugares nos quais se percebe que os

tempos de consciência política, de análises globais, de elaboração de princípios e de mobilizações têm sua especificidade, podem ser tempos ricos, abrir horizontes, mostrar vínculos entre escola, prática, ser professor(a) e as macroestruturas de poder, ideologias e políticas. (ARROYO, 2000, p.208).

Uma constatação na pesquisa diz respeito a uma das características das pessoas que acompanham o movimento do Fórum Mineiro. A militância em diversos outros tipos de movimentos no âmbito da sociedade é marca desses sujeitos. Isso deixa transparecer que a vivência em movimentos de intervenção social, em outros espaços de atuação e em tempo anteriores, atua como forma de *modus vivendi*, fazendo com que o Fórum, também, seja encarado como um espaço de articulação social, onde a militância é, via de regra, condição para a ele pertencer.

Posso inferir que, como consequência de tal militância, os frequentadores mais contumazes do Fórum estabelecem com o mesmo uma relação bastante estreita, tratando-o e defendendo-o de maneira aguerrida, como se ele fizesse, diretamente, parte da vida de cada um. Por um lado, acredito que isso pode ser um ganho para o próprio Fórum, mas, por outro, isso tende a desenvolver leituras acríticas e pouco reflexivas sobre os acontecimentos que povoam esse espaço, assim como de julgamentos parciais sobre os caminhos que ele deve seguir.

Um fato a ser considerado é a importância dada pelos entrevistados em relação ao caráter formativo do Fórum, bem como ao cuidado e à consideração que se deva ter com os municípios do interior do estado, visto que sendo este um dos poucos espaços disponíveis e que, frequentemente, realiza discussões em torno da EJA, ele não pode deixar de fazer deferências a esse público, procurando atendê-lo nas suas necessidades.

Ao se discutir o papel do Fórum e as intervenções nas políticas públicas, ficou comprovada a influência do Fórum em Belo Horizonte. Tal fato ficou patente na fala de um dos entrevistados, quando disse que “as pessoas se alimentavam das discussões do Fórum para travar, para legitimar sua fala em outros espaços”.

Em relação à capacidade do Fórum em trazer contribuições para seus frequentadores no sentido de provocar mudanças nas idéias e concepções dos mesmos acerca da EJA, foram recorrentes as falas como “reformular o seu pensamento” e a “a importância que o Fórum tem no seu crescimento individual”, dentre outras. Entendo que a presença dessas pessoas nas plenárias trouxe ganhos considerados positivos por elas no que tange ao crescimento e ampliação da visão, que são inerentes ao campo profissional.

Durante o processo de regulamentação da Educação de Jovens e Adultos na RME-BH, em Belo Horizonte, o que se pode precisar, a partir da pesquisa realizada, é que o Fórum não atuou enquanto uma instituição ou espaço reconhecido como “defensor” desta modalidade de educação. A influência que ele exerceu – e exerce – sobre aqueles que participaram de suas plenárias ficou visível, devido às posturas e às falas dessas pessoas. As pessoas entrevistadas têm percepção da importância do Fórum enquanto espaço formador e concordaram que ele atuou diretamente para que elas pudessem intervir durante o processo de regulamentação da EJA, instaurado pela SMED-BH

A participação do Fórum no processo de regulamentação da EJA, na cidade de Belo Horizonte, foi um fato real. O que se pode questionar é a forma da participação, já que esta pode ser considerada uma participação seletiva – visto que foi realizada por aqueles que optaram por estarem presentes nos espaços do CME-BH e do Fórum – e restrita – levando-se em consideração que esta foi realizada por aqueles que têm como característica individual a militância em ações coletivas no âmbito da sociedade. É necessário que isso seja objeto de reflexões internas no sentido de que aqueles que compõem as estruturas organizacionais do Fórum avaliem as perspectivas de ampliar o alcance desse movimento que defendem e ao qual pertencem, tornando-o mais amplo e levando-o ao maior reconhecimento por parte da sociedade civil e política.

Outra constatação propiciada pela pesquisa foi o aumento do movimento dos fóruns em Minas Gerais, no que diz respeito à sua abrangência, coadunando com afirmativas trazidas no corpo teórico deste trabalho. Mas, efetivamente, isso não significou reconhecimento e ampliação do Fórum, enquanto instância de representação, fato esse referendado nas falas dos entrevistados, que não perceberam o Fórum nos espaços de discussão da EJA, no âmbito do Estado.

Para além da dificuldade de estabelecimento de um diálogo profícuo entre o Fórum e o Estado, durante a pesquisa, detectou-se que, na relação entre os fóruns e a CNAEJA, não é possível explicitar o alcance do atendimento das reivindicações dos Fóruns por esta instância, já que a Comissão, talvez por sua composição heterogênea, não atua de forma a atender as demandas trazidas pelo movimento. Assim, é possível inferir que, caso houvesse uma parceria maior entre os dois, a interlocução com os estados poderia ser favorecida e os Fóruns se tornariam um interlocutor privilegiado nesse espaço.

Uma questão não ficou confirmada na pesquisa e carece de maior aprofundamento: diz respeito ao compromisso dos fóruns com a “Agenda do Futuro”, emanada da V

CONFINTEA. Não houve subsídios suficientes para afirmar que exista compromisso do Fórum Mineiro em estar pautando suas ações no que está determinado nesta agenda, conforme afirma Di Pierro (2005, p.1131) ao dizer que “os fóruns tomaram para si os compromissos firmados pelo país na V CONFINTEA”. Creio ser importante esclarecer: Qual a dimensão desta continuidade, tão afirmada pelos estudiosos? Em qual proporção poder-se-ia afirmar que as pessoas que participam dos eventos dos fóruns conhecem as deliberações da Conferência?

Alguns fatos recentes podem ilustrar as questões relativas ao movimento de fóruns no país. Nas reuniões regionais, que antecederam a preparação para a VI CONFINTEA, organizadas pelo MEC, havia a disposição inicial do custeio das despesas relativas ao deslocamento e às acomodações, para que os delegados, de cada estado, estivessem presentes nos encontros. Nos dias que se antecederam aos mesmos, foi divulgado pelo MEC que este órgão financiaria somente as despesas de metade dos delegados, fato que gerou um clima de apreensão em muitos militantes do movimento dos fóruns.

Um segundo acontecimento diz respeito às mudanças ocorridas na SECAD, na última semana do mês de maio de 2008, quando a representante, indicada pelos fóruns e que coordenava a diretoria de EJA naquele órgão, assumiu uma coordenação dentro da própria Secretaria, mas de caráter hierárquico inferior. O membro titular da SECAD não consultou os fóruns para realizar a indicação de um novo nome para o lugar, colocando naquela diretoria uma pessoa de sua confiança e sem militância no movimento.

Cabe aqui lembrar as palavras de Ireland (2007), quando avalia que a caminhada que se desenvolve no Brasil desde 1996/1997 é parte integrante daquilo que ele chamou de “movimento de resistência”. O movimento é levado à frente por aqueles que acreditam e lutam em favor da EJA, mesmo que isso não signifique ter o apoio de governos e de políticos. Talvez seja uma caminhada insólita, mas que, ainda, prossegue no sentido de se buscar os direitos negados àqueles que sempre sofreram práticas excludentes.

Creio que uma reflexão merece ficar no encerramento desta pesquisa: a fala feita para os presentes à plenária que comemorava o nono aniversário do Fórum Mineiro, a qual objetivava levar os participantes, naquele momento, a repensar o futuro do movimento.

Afinal, em nossas mãos estão mais nove ou dez anos para construir uma EJA que acompanhe o direito dos jovens-adultos populares a uma vida mais humana. Como? Aproximando-nos do que há de mais dinâmico em nossa sociedade, os movimentos sociais populares que retomam bandeiras que foram da educação de jovens e adultos: a transformação social, a libertação e emancipação. (ARROYO, 2007).

### 3.2 PERSPECTIVA - Contribuições para o Movimento dos Fóruns

A trajetória desta pesquisa aponta contribuições para o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, a partir das sugestões de cada um dos entrevistados.

Um dos entrevistados mencionou ser fundamental que o Fórum discuta os motivos da não participação dos educandos em suas plenárias. Relembrando a fala do Professor Sérgio Haddad no Interfórum: “dependendo do que se pretende com o Fórum, os estudantes devem estar lá ou não”. Ou seja, existe a necessidade da discussão da não presença dos educandos e por quais motivos isso ocorre, uma vez que são eles os maiores beneficiários daquilo o que se postular nos encontros.

Outra sugestão é que o Fórum se estabeleça como um espaço de referência para a EJA, tanto em Belo Horizonte quanto em Minas Gerais, criando possibilidades para a realização de levantamentos de dados<sup>41</sup> em relação a essa modalidade de educação, visto que não haja registros centralizados e específicos, com tais dados se encontrando dispersos em várias instâncias governamentais. Aponta-se, também, para que o Fórum se torne mais independente, para “andar um pouco mais com as próprias pernas”, criando instrumentos de comunicação próprios e realizando as discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos, “que a escola não dá conta de fazer”.

Outro entrevistado acredita que haja, realmente, a necessidade de uma maior divulgação do trabalho realizado pelo Fórum, o que ampliaria a conscientização dos envolvidos com a EJA, já que o alcance do mesmo ainda é pequeno em relação à dimensão do Estado. Segundo ele, não há garantia da disseminação das idéias discutidas no Fórum por todo o território das Minas Gerais. Complementando essa idéia, outros entrevistados mencionam a necessidade de um investimento para que a divulgação do Fórum seja possível e eficaz, apontando que as secretarias de educação poderiam pensar no Fórum como um espaço de formação e legitimá-lo como tal, além de vê-lo como lugar da troca de experiências e de discussão política.

Outro entrevistado lembrou a necessidade do aumento do número de participantes do segmento dos educadores nas reuniões do Fórum, entendendo ser esse um fator

---

<sup>41</sup> Tal sugestão vem ao encontro da iniciativa da SECAD que, em fevereiro de 2008, realizou Oficinas de Formação em Organização e Análise de Dados para o Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos, por todo o país. Nesta ocasião, os fóruns estaduais foram responsáveis por buscar e consolidar os dados sobre a EJA, com o objetivo de apresentá-los nos encontros preparatórios para a VI CONFINTEA.

fundamental para a disseminação do Fórum e para a mobilização dos educandos. Da mesma forma, alertou que o Fórum “deveria chamar o sindicato para estar mais presente, porque une forças. São pessoas que estão lutando pelos mesmos objetivos”. Disse que o movimento do Fórum não pode acabar: deve ser revigorado e, por meio de seus representantes, ir para as escolas, com o intuito de se divulgar o trabalho nele desenvolvido e de se mobilizar pessoas.

Uma outra contribuição trazida por um dos entrevistados diz respeito à necessidade de que o Fórum possa se organizar para oferecer parte de suas atividades em outro turno, principalmente ao se pensar a cidade de Belo Horizonte, especificamente a RME-BH, que poderia ser assistida no período noturno. Isso se justifica pelo fato de as escolas que oferecem a EJA, em sua grande maioria, ofertarem aulas à noite e o dia de sexta-feira ser dedicado para a formação dos educadores, não havendo aulas para os educandos. Assim, sexta à noite poderia ser uma boa opção, por exemplo, pois permitiria a participação de educadores e educandos em encontros do Fórum. Devem partir do próprio Fórum Mineiro as iniciativas no sentido de articular um encontro no período noturno. Segundo um dos entrevistados, a estrutura atual não privilegia “o professor que, realmente, está ali na sala de aula, trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, em Belo Horizonte”.

Como foi lembrado nas entrevistas, anos atrás, o Fórum enviava mensagens via *e-mail* para as pessoas que assinavam as listas de presença e se cadastravam durante as plenárias. Esta ação propiciava a divulgação das reuniões, dos temas que seriam discutidos e de quem falaria no encontro seguinte. Atualmente, isso não acontece e, também, as convocações não chegam mais às escolas. É necessário que o próprio Fórum retome esta prática.

Procurei fazer desta pesquisa uma reflexão do que foi parte de minha vivência com a EJA, trazendo apontamentos para que possamos nós, educadores, repensar o Fórum, este lugar que promove uma discussão profícua e democrática sobre a educação e sobre a igualdade de direitos. Um lugar que pauta a necessidade de se fortalecer os espaços de participação da sociedade civil na discussão daquilo que é do interesse da mesma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGORA NET. **Dicionário Político**. Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia, s/d. Disponível em <http://www.agoranet.org.br/az.htm>. Acesso em: 08 jan 2008.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. de Castro; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel González. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?. **REVEJ@** - Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, ago. 2007 Disponível em: <http://www.reveja.com.br/revista/0>. Acesso em: 24 mai 2008.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituições Híbridas. **Teoria e Sociedade**. Belo Horizonte: Número Especial, mar, 2005. p. 16-41.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Institucionalização de regiões no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 1, 2006 . Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000100015&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 mai 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2<sup>a</sup> ed., 2001.

DANTAS, Aline Cristina de Lima. **Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro: tecendo novas práticas políticas na esfera pública**. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro. 2005. 59 f.

DI PIERRO, Maria Clara. O financiamento público da educação básica de jovens e adultos no Brasil no período 1985/1999. **23<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: GT-18, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas: vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005.

DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. A educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, jun. 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/reloreal.pdf>. Acesso em: 23 abr 2008.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DOIMO, Ana Maria. **NMS.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por olavo\_ferreira@bol.com.br em 13 de mai 2004.

DOWBOR, Ladislau. O Poder Local diante dos Novos Desafios Sociais. In: **O Município no Século XXI - Cenários e Perspectivas - Cepam 30 Anos.** São Paulo. 1999. Disponível em <http://www.cepam.sp.gov.br/v10/cepam30anos/index2.asp>. Acesso em: 22 mai 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, 35 (1): 119-144, jan/fev. 2001.

FERREIRA, Aurélio B.H. **Miniaurélio Século XXI Escolar:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: 4ª ed., Nova Fronteira, 2001.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 26ª ed., 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed., 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 19ª ed., 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Pedagogia do inédito-viável: contribuições de Paulo Freire para fortalecer o potencial emancipatório das relações ensinar-aprender-pesquisar. **V Colóquio Internacional Paulo Freire.** Recife. 2005.

GAETANI, Francisco. Gestão e avaliação de políticas e programas sociais: subsídios para discussão. **Cadernos de Textos.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo de Minas Gerais, n° 3, jul. 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sócias e Educação. **Alfabetização e Cidadania.** São Paulo: RAAAB, número 18, set. 2004.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória; HAMEL, Pierre. Movimentos Sociais e Mudanças na Democracia: no contexto da globalização contemporânea. In: ROMÃO, José Eustáquio; SANTOS, José Eduardo de Oliveira (Coords). **Questões do Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2003.

GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

HADDAD, Sérgio. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: MAZAGÃO, Vera Ribeiro (org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras: ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

HADDAD, Sérgio. Por uma cultura de Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. In: HADDAD, Sérgio (coord.). **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Global, 2007.

IRELAND, Timothy. **Notícias da V Confintea + 6**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por olavo@pbh.gov.br em 14 de dez. 2003.

IRELAND, Timothy. De Hamburgo a Bancoc: a V CONFINTEA revisitada. **REVEJ@** - Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, ago. 2007 Disponível em: <http://www.reveja.com.br/revista/0>. Acesso em: 24 mai 2008.

KÄRNEN, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008.

MATOS, Júlio. **Fórum Mineiro de EJA – Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte. Dezembro, 2002. mimeo.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

OLIVEIRA, Henrique J.C. de (Coord.). **Vamos ao Fórum**. 2000. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/hjco/ForumWeb/index.htm>. Acesso em: 27 mai 2007.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp. 1999.

PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAIVA, Jane; DUTRA, Any. **Parceria no Fórum de Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro**: Novos Conceitos e Práticas. Projeto de Extensão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação. Rio de Janeiro – RJ. Dezembro/2000. mimeo.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea, 1996/2004. Brasília: Unesco, MEC, 2004.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Para um conceito de política. In: **Caderno de Ciências Sociais**. Belo Horizonte: v.6, n.9, p. 11-20, ago 1999.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel V. de. **O Estudo da Política, Tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Milton. O país distorcido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2/05/99, Editoria Mais!, p.5-7. Disponível em <http://br.geocities.com/madsonpardo/ms/folha/msf03.htm>. Acesso em: 26 mai 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs) **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, Benedicto (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Carlos Antonio (Coord.). **O que são redes?**. Disponível em: [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_oqredes.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm). Acesso em: 23 abr 2008. s/d.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **O Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba**: uma nova configuração em movimentos sociais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. João Pessoa. 2003. 168 f.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO, Hermano; ARAÚJO, Tânia Maria de. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: v.8, n.4, 2003.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Leônicio José Gomes. Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos: articular, socializar e intervir. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Editora Dimensão, v.9, n.54, nov/dez, 2003. p.14-21.

TOURAINÉ, Alain. **Cómo salir del liberalismo?** Paidós, México, 1999. Disponível em <http://www.insumisos.com/Articulos/Alain%20Touraine%20Nuevos%20Movimientos%20Sociales.pdf>. Acesso em: 01 mai 06.

TOURAINÉ, Alain. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília: v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

ASSEMBLEIA LEGISLATICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Fórum Técnico de Educação de Jovens e Adultos. **Documento Final**. Belo Horizonte: junho. 2000.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE. Parecer nº 093 de 07 nov. 2002. **Regulamentação da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais de Belo Horizonte**. Relatora Maria Clemência de Fátima Silva. 2002.

FÓRUM DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Educação de jovens e adultos**: subsídios para a elaboração de políticas municipais. São Paulo: CEDI, Série Documentos. 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes para uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos**. Cadernos de Educação Básica, Série Institucional, volume 8. Brasília. 1994.

## ANEXO 1

### Roteiro de entrevistas para a pesquisa

- Identificação do entrevistado
- Relação do entrevistado com o Fórum
- Funcionamento do Fórum
- Concepção/Ideologia do Fórum
- Ações do Fórum
- Fórum e Ações Coletivas/Movimentos sociais
- Fórum e Políticas Públicas
- Fórum e Formação

1. Identificação do entrevistado: nome, profissão, instituição onde trabalha, etc.
2. Fale um pouco sobre o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, relatando como o conheceu, sua participação, as razões da participação, as relações de você com o Fórum, as contribuições que porventura ele trouxe para você, etc.
3. Discorra sobre o papel, objetivos, ações e intervenções, alcance, dificuldades, eficácia do Fórum Mineiro e, também, da sua estrutura e forma de organização.
4. Como você caracterizaria o Fórum Mineiro, com relação aos seus participantes e os segmentos que representam.
5. Quando se participa de determinado evento, alguma expectativa existe, seja lá qual for o aspecto a ser analisado. Fale se elas foram contempladas, explicitando os motivos que o levam a pensar assim.
6. Fale um pouco sobre o que você entende por Ações Coletivas, Movimentos Sociais, Movimentos em Redes e se existem diferenças entre esses termos nos campos práticos e/ou conceituais. Relate, também, como você percebe o Fórum perante a essas definições e se isso tem importância ou interfere no seu funcionamento.
7. Como você vê a participação do Fórum Mineiro no cenário educacional e político em Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais.
8. Fale um pouco sobre espaços educativos e formativos e se existem vínculos entre esses espaços e o Fórum.
9. Considerações finais